

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SUBJETIVIDADES, POLÍTICAS E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS**

LUCÉLIA MARIA LIMA DA SILVA GOMES

PSICOLOGIA, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ENSINO SUPERIOR

**MACEIÓ
2020**

LUCÉLIA MARIA LIMA DA SILVA GOMES

PSICOLOGIA, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ENSINO SUPERIOR

Dissertação de Lucélia Maria Lima da Silva Gomes apresentada à banca examinadora ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adélia Augusta Souto de Oliveira.

MACEIÓ
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

G633p Gomes, Lucélia Maria Lima da Silva.
Psicologia, assistência estudantil e ensino superior / Lucélia Maria Lima da
Silva Gomes. - 2020.
140 f. : il. color.

Orientadora: Adélia Augusta Souto de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 113-123.
Apêndices: f. 125-140.

1. Psicologia. 2. Assistência estudantil. 3. Política de permanência. 4.
Ensino superior. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDU: 159.9:378.37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCÉLIA MARIA LIMA DA SILVA GOMES

Título do Trabalho: **"Psicologia, assistência estudantil e ensino superior"**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof. Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira (PPGP/UFAL)

Examinadoras:

Prof. Dra. Claisy Maria Marinho Araújo (PG-PDS/UnB-Brasília)

Prof. Dra. Paula Orchiucci Miura (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 12 de fevereiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

À **Deus**, por estar comigo sempre e permitir percursos tão valorosos ao aprendizado existencial.

À minha orientadora, Professora **Adélia Oliveira**, pela acolhida e condução segura no campo da pesquisa. As intervenções e os momentos de troca propiciados por este encontro produziram ressonâncias que se estendem aos campos pessoal e profissional. Sou imensamente grata!

Às professoras **Paula Miura** e **Claisy Marinho-Araújo** pela disponibilidade em fazer parte da banca e trazer contribuições importantes para esta pesquisa.

À **Pró-reitoria Estudantil** por ter possibilitado, a partir da concessão do afastamento, a dedicação e o investimento na formação continuada.

Ao meu esposo, companheiro de todas as horas, **Francis S. Gomes**, por ser incentivo, afago, auxílio e cuidado em todo percurso. Buscar um lugar ao Sol e ter você ao meu lado é um presente que o universo me proporciona. Obrigada por fazer tudo parecer mais fácil!

À **minha família**, que mesmo distante fisicamente, foi e é presença no exemplo. Tê-los comigo, olhar para trás e pensar os desafios enfrentados, é me permitir rir de alguns deslizes cotidianos e sorrir por inteira das conquistas alcançadas. Grata por isso!

Aos **amigos** e **colegas** pelo apoio e carinho nesse trajeto, em especial, Edma, Fátima Neves, Francine, Vanessa Valença, Kyssia e Flávio. Meu muito obrigada!

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Políticas de acesso e permanência foram implementadas no ensino superior, com vistas à inserção social através da educação. No ensino superior federal, ganha destaque o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que além de ampliar o acesso aos sujeitos que estavam à margem da sociedade, propiciaram a entrada de servidores de áreas diversas, dentre essas a Psicologia. A experiência como psicóloga na assistência estudantil, em consonância com os achados da literatura, aponta a carência de nortes específicos para atuação nesse novo contexto. Nessa direção, esta pesquisa, a partir dos aportes teóricos da abordagem Sócio-histórica, tem como objetivo principal apreender como a Psicologia se apresenta no contexto da assistência estudantil das universidades públicas federais brasileiras. Especificamente, busca desenhar um quadro das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e suas implicações para a Psicologia; mapear a produção acadêmica brasileira da presença da Psicologia no espaço da assistência estudantil; aplicar método da metassíntese à análise documental com Núcleos de Significação; realizar um panorama sócio-histórico da Psicologia na assistência estudantil no Nordeste brasileiro; identificar áreas, subáreas de conhecimento envolvidas na atuação da assistência estudantil; descrever as ações da Psicologia no contexto da assistência estudantil; interpretar os Núcleos de Significação que sustentam as práticas psicológicas no contexto da assistência estudantil. Trata-se de pesquisa qualitativa com busca de dados, através de pesquisa bibliográfica e documental. A etapa de revisão bibliográfica, realizada de maio a agosto de 2018, permitiu identificar que a Psicologia desenvolvida na assistência estudantil se caracteriza por formas de atuação ‘tradicionais’ voltadas, em sua maioria, para o seu corpo discente. No que concerne à análise de documentos oficiais, a fase exploratória foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2018, nos *sítios* eletrônicos das Instituições Federais de Ensino Superior. A identificação expressiva de documentos nacionais levou aos recortes seguintes: documentos produzidos no âmbito das instituições da região Nordeste, dentre os quais Relatórios de Gestão Institucionais, os da Assistência Estudantil e as Informações da Psicologia na assistência estudantil. Após leitura flutuante dos 474 documentos encontrados, nove instituições apresentam todos os documentos com presença da Psicologia, que totaliza 88 documentos, os quais passaram para fase descritiva e interpretativa. Conforme resultados da fase descritiva o *corpus* da pesquisa classificou-se quanto ao tipo, a vinculação institucional e série histórica. Assim, os relatórios, atos administrativos, manuais e informações se encontram vinculados, em sua maioria, às universidades mais antigas, com total de 65,9% de documentos. Quanto à série histórica, os documentos se apresentaram de 2004 a 2018 com crescimento do número de universidades que apresentaram termos relacionados à Psicologia, a partir da implementação das políticas de expansão, acesso e permanência no ensino superior. Os significados resultantes da fase interpretativa partiram das análises intra e internuclear. Esses revelaram que a Psicologia Escolar e Educacional, na assistência estudantil, apresenta ênfase na prática clínica, como outrora na educação básica, embora a dinâmica do contexto sugira a possibilidade de atuação de diversas áreas de atuação e especialidades da Psicologia. Ao mesmo tempo, ressalta pontos de ruptura para a Psicologia no ensino superior, a partir da implementação de políticas públicas de acesso e permanência, permitindo, assim, a ampliação do número de profissionais de Psicologia e implemento de inovação de práticas nesse contexto. A repercussão do estudo reside na contribuição para a produção bibliográfica e estratégias de intervenção, referente à temática de políticas públicas no ensino superior, uma vez que se trata de política com pouco tempo de inserção nesse nível de ensino.

Palavras-chave: políticas públicas; ensino superior; psicologia; assistência estudantil

ABSTRACT

Access and permanence policies were implemented in higher education, with a view to social inclusion through education. In federal higher education, the Federal Universities Restructuring and Expansion Plans Support Program and the National Student Assistance Program stand out. In addition to broadening access to subjects who were on the fringes of society, these programs allowed the entry of servers from various areas, among them Psychology. The experience as a psychologist in student assistance, in line with the findings of the literature, points to the lack of specific north to act in this new context. In this sense, this research, based on the theoretical contributions of the Socio-historical approach, has as its main objective to understand how Psychology is presented in the context of student care at Brazilian federal public universities. Specifically, it seeks to draw a framework of public policies of access and permanence in higher education and its implications for Psychology; map the Brazilian academic production of the presence of Psychology in the student care space; apply the meta-synthesis method to document analysis with Meaning Nucleus; to make a socio-historical panorama of Psychology in student care in Northeast Brazil; identify areas, subareas of knowledge involved in student care activities; describe the actions of Psychology in the context of student assistance; interpret the Meaning Nucleus that support psychological practices in the context of student care. It is a qualitative research with data search through bibliographic and documentary research. The bibliographic review stage, conducted from May to August 2018, allowed us to identify that the Psychology developed in the student assistance is characterized by 'traditional' forms of action mostly focused to its student body. Regarding the analysis of official documents, the exploratory phase was carried out between October and November 2018, on the websites of the Federal Institutions of Higher Education. The expressive identification of national documents led to the following clippings: documents produced within the institutions of the Northeast region, including Institutional Management Reports, Student Assistance Reports and Psychology Information in student assistance. After fluctuating reading of the 474 documents found, nine institutions present all the documents with the presence of Psychology, which totals 88 documents, which went into a descriptive and interpretive phase. According to the results of the descriptive phase, the research corpus was classified according to type, institutional affiliation and historical series. Thus, reports, administrative acts, manuals and information are mostly linked to the oldest universities, with a total of 65.9% of documents. Regarding the historical series, the documents were presented from 2004 to 2018 with a growing number of universities that presented terms related to Psychology, from the implementation of the policies of expansion, access and permanence in higher education. The meanings resulting from the interpretative phase came from intra and internuclear analyzes. These revealed that the School and Educational Psychology, in student care, has an emphasis on clinical practice, as in basic education, although the dynamics of the context suggests the possibility of acting in various areas of practice and specialties of Psychology. At the same time, it highlights break points for Psychology in higher education, based on the implementation of public access and permanence policies, thus allowing the expansion of the number of Psychology professionals and the implementation of practices innovation in this context. The repercussion of the study lies in the contribution to the bibliographic production and intervention strategies, regarding the theme of public policies in higher education, since it is a policy with little time of insertion in this level of education.

Keywords: public policy; higher education; psychology; student assistance

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Política de expansão em números – o REUNI.....	25
QUADRO 2. Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.....	28
QUADRO 3. Ocorrência e disponibilidade de documentos nos sites das IFES.....	49
QUADRO 4. Panorama quantitativo dos documentos por IFES antes (S/LF) e após leitura flutuante (C/LF) – Região Nordeste.....	51
QUADRO 5. Panorama descritivo do <i>corpus</i> da Pesquisa.....	53
QUADRO 6. A presença da Psicologia nos documentos das IFES.....	57
QUADRO 7. Sistematização dos pré-indicadores em indicadores.....	81
QUADRO 8. Sistematização dos Núcleos de Significação.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Distribuição dos documentos	58
GRÁFICO 2. Atos administrativos da assistência estudantil das Ifes e a presença da Psicologia.....	59

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O desmame do móvel-alimento.....	21
FIGURA 2 – Roteiro de acesso à página principal das IFES.....	48
FIGURA 3 – Fichamento dos documentos das IFES.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS

AE – Documento da Assistência Estudantil
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CACOM – Coordenadoria de Assistência Comunitária (UFPI)
CAFS – Campus Amílcar Ferreira Sobral
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CERES – Centro de Ensino Superior do Ceridó
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAP – Coordenadoria de Apoio Psicossocial
COASE – Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (UNILAB)
CONSUP – Conselho Superior da Universidade
COSBEM – Coordenação de Saúde e Bem-estar
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSHNB – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
DAE – Departamento de Assistência ao Estudante
DST – Doença Sexualmente Transmissível
ENEM- Exame Nacional de Ensino Médio
FIES- Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GA – Google Acadêmico
GATS – Grupo de Apoio Psicoterapêutico
GAPS - Grupo de Apoio Psicossocial
GT – Grupo de Trabalho
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana (do inglês: *Human Immunodeficiency Virus*)
HUPAA – Hospital Universitário Professor Alberto Antunes
IES – Instituições de Ensino Superior
IF – Instituto Federal
IFCE – Instituto Federal do Ceará
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IFG – Instituto Federal de Goiás
IFPE – Instituto Federal de Pernambuco
INCLUIR - Programa de Acessibilidade na Educação Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP – Informações da Psicologia
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MT – Ministério do Trabalho
NAE: Núcleo de Assistência Estudantil
NASE – Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante
NIAS – Núcleo Interdisciplinar de Atenção às Subjetividades
NUAP – Núcleo Universitário de Apoio Pedagógico da UFCA
PAAPE – Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante
PBP - Programa Bolsa Permanência
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G - Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PHE – Projeto de Extensão Hábitos de estudos
PIASE – Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior
Públicas Estaduais
PRAEC – Pro-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROAES- Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROBEM – Programa de Bem-estar Mental
PROEST – Pró-reitoria estudantil
PROGEP – Pro-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
PROGEST – Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão
PROPAE – Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROUNI - Programa Universidade para Todos
QRSTA - Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo
QV – Qualidade de Vida
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
REU – Residência Universitária (UFPI)
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais
RGI – Relatórios de Gestão Institucional
RU - Restaurante Universitário
SAPS - Serviço de Atendimento Psicossocial aos Discentes
SAPSI - Serviço de Apoio Psicológico
SAU - Serviço de Assistência ao Universitário
SATEPSI – Serviço de Atendimento Psicológico
SEPE – Serviço Pedagógico
SEPS – Serviço Psicossocial
SESu – Secretaria de Educação Superior
SISu - Sistema de Seleção Unificada
SOU - Serviços de Orientação ao Universitário
SUS – Sistema Único de Saúde
TCU- Tribunal de Contas da União
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal da Amazônia
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFCA - Universidade Federal do Cariri
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA- Universidade Federal Rural do Semiárido
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB- Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFsCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB - Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB - Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa
UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WHOQOL –Organização Mundial de Saúde e Qualidade de Vida (do inglês: *World Human Organization of Quality of Life*)

LISTA DE LEGISLAÇÃO

Resolução CFP nº 013, de 2007 - Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Lei nº 10.260, 12 julho de 2001 – Dispões sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do ensino superior e dá outras providências.

Medida Provisória nº 213, 10 de setembro de 2004 - Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005 - Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005 - Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA-RN e dá outras providências.

Decreto 6.096, 24 de abril de 2007 - Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Portaria nº 39, 12 dezembro de 2007 - Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Decreto 7.234, 19 julho de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Lei 12.289, de 20 de julho de 2010 - Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências.

Lei nº 12.202, 14 de janeiro de 2010 - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Lei nº 12.711, 29 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Lei de Cotas).

Lei 12.818, de 5 de junho de 2013 - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA, e dá outras providências.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O QUADRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	21
2.1 Do que salta aos olhos: Dalí e o acesso e a permanência na Educação Superior – aproximações.....	22
2.1.1 Do suporte na travessia - a assistência estudantil no Brasil.....	27
2.2 Do que escapa aos olhos: das contradições de uma “senhora porta”	31
2.3 Mais cores à assistência estudantil: legitimando espaços e pincelando possibilidades para a Psicologia.....	33
3 A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: OCUPANDO ESPAÇOS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	35
3.1. Psicologia e ensino superior.....	35
3.2. A Psicologia na assistência estudantil – recortes da atuação na literatura.....	36
4 MÉTODO	45
4.1 Procedimento de busca e de análise de informações.....	47
4.1.1 Fase exploratória e composição do <i>corpus</i> analítico.....	48
4.1.2 Fase descritiva.....	51
4.1.3 Fase interpretativa.....	52
5 PANORAMA DESCRITIVO: PERCURSO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO NORDESTE BRASILEIRO	53
5.1 Tipo de documento.....	53
5.2 Vinculação Institucional.....	55
5.3 Série Histórica.....	56
5.3.1. A Psicologia que se apresenta nos documentos.....	59
6 (RE) PRODUÇÃO DE PRÁTICAS DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL EM CONTEXTO EMERGENTE DE ATUAÇÃO?	81
6.1. Implicações da política de permanência para a atuação na assistência estudantil.....	82
6.2. A assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco.....	91
6.3. A ênfase das ações da Psicologia Escolar e Educacional na assistência estudantil....	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Em 2014 inicio minhas atividades como psicóloga em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Esse período foi marcado por concursos públicos para a Educação Superior, cujo objetivo era atender a demanda de novos estudantes ingressantes a partir de políticas públicas de acesso. Nessa direção, temos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISu) e a Lei de Cotas, que abriram importantes espaços para os estudantes vindos de escolas públicas, com baixas condições socioeconômicas e com outras características que os excluíaam do cenário das Instituições de Ensino Superior (IES) (MARINHO-ARAÚJO, 2016).

Para atender a demanda dos novos ingressos foram contratados professores e técnicos administrativos, no total de 69 mil docentes e 105 mil técnicos nas 59 universidades federais (ANDIFES, 2011). O ano de 2014 foi apontado nas pesquisas como aquele que apresentou maior número de servidores ingressos por concurso público no poder executivo, com o total de 33.477 (Ministério do Planejamento - MP, 2018). O aumento na contratação de servidores técnico-administrativos, incluindo profissionais de Psicologia, pode estar relacionado a publicação do Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA), a partir do ano de 2010, que permite às universidades a reposição automática das vagas originárias de aposentadorias, óbitos, exonerações, dentre outros e a contratação via concursos públicos (BRASIL/SESu/MEC, 2012).

O concurso público que prestei não especificava a área de atuação da Psicologia. No edital constava, apenas, a categoria “psicólogo” com as seguintes atribuições do cargo:

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFPE, edital nº. 25, de 30 de março de 2012¹).

A definição utilizada é a estabelecida pelo Código Brasileiro de Profissões (Ministério do Trabalho - MT, 2018) que traz uma descrição sumária da atuação profissional, sem especificar uma área da Psicologia. A descrição acima não difere de outros editais de concursos

¹ Edital n. 25/2012 (https://cvest.ifpe.edu.br/concurso2012_ed25/).

realizados por outras IFES. A título de exemplo, a informação é a mesma encontrada nos seguintes editais: de nº 13/2014 da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do edital de nº 018/2017; e do Edital de nº 26/2014 da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)². Em dois desses editais (UFRN; UFAL), mesmo com a descrição acima, o cargo apontado era o de Psicólogo Clínico. Concordamos com Moura (2015, p. 90) ao afirmar que “muitas vezes, a descrição do cargo é generalista e, por vezes, pautada em uma concepção clínica de atendimento”. Desta feita, na prática, o psicólogo pode ser direcionado para setores de acordo com as necessidades institucionais e desenvolver ações nas áreas de Psicologia Clínica, Escolar e Organizacional.

Já empossada, fui direcionada para o setor de assistência estudantil de um dos *campi* do Instituto Federal (IF), localizado na Região Metropolitana do Estado. Se tratava de um *campus* de 2007, originário do processo de expansão da rede de ensino federal, decorrente do REUNI. Contava com 5 cursos técnicos e um curso de nível superior, voltados para as demandas da área em que o *campus* havia se instalado.

O setor de assistência estudantil tinha a função de auxiliar o estudante durante a sua formação, a fim de viabilizar a permanência e o êxito. Era composto por uma equipe multiprofissional designada por portaria interna, formada por psicólogo, assistente social e pedagogo, que respaldavam suas atividades na Política de Assistência Estudantil do IF, documento de 2012, que estava fundamentado no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

No texto da Política de Assistência Estudantil do IF as atribuições dos profissionais e da equipe eram apontadas, dentre estas a do profissional de Psicologia. Várias possibilidades de atuação cabiam ao psicólogo que deveria propor ações, a partir dos nortes apontados na Política. Paralelo a isso, e por tratar-se de prática recente, era problematizada e revista a atuação do profissional nesse contexto, através dos Grupos de Trabalho (GTs) de Psicologia existentes na instituição. Estava-se em busca de uma identidade profissional da Psicologia na assistência estudantil, compreendida como metamorfose e movimento permanente de transformação (BOCK, 1999).

² Edital n. 13/2014 (http://historico.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com_content&view=article&id=6792:editais-2014&catid=142:editais&Itemid=899); edital n. 18/2017 (http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/concursos/ufrn_201718/edital.php); e edital n. 26/2014 (<http://www.copeve.ufal.br/sistema/anexos/Tecnico-Administrativo%20UFAL%20Efetivo%20-%20Edital%20n.026-2014%20-%20Maceio%20Arapiraca%20e%20Sertao/Edital%20-%20Retificado%20em%2017.03.2014.pdf>)

Esse período apresentou-me as diversas (e novas) realidades sociais do contexto da educação federal tecnológica. As políticas de acesso e permanência expressavam as suas contradições e possibilidades, e o psicólogo era chamado a atuar com vistas a “assegurar os objetivos da Política da Assistência Estudantil na instituição” (IFPE, 2012, p. 13), voltadas para a redução das taxas de evasão e retenção. O cotidiano apresentava vozes angustiadas sobre o desconhecimento do que fazer com os estudantes em situação de formação básica insuficiente, mesmo após realização de aulas de “nivelamento”. Apontava-se o auxílio financeiro disponibilizado pela assistência estudantil como principal condição para o sucesso acadêmico. As queixas da instituição sugeriam recair sobre o estudante. Frente ao contexto da assistência e seus contornos, questionava-me sobre o que cabia à Psicologia.

Após um ano e dois meses, por questões pessoais, fui redistribuída, a pedido, para outro Estado. O novo contexto de atuação passou a ser a assistência estudantil de uma universidade que, também, possuía como respaldo o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. De acordo com o Decreto 7.234 de julho de 2010,

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

O novo contexto se apresentava mais extenso, tanto com relação à quantidade de programas e ações executados, como à quantidade de estudantes atendidos pelo setor de assistência estudantil – de quatrocentos estudantes atendidos no instituto federal, na universidade esse número aponta para próximo de três mil estudantes. Ao mesmo tempo, demandas mais diversificadas, ações pouco definidas e a ausência de documentos institucionais referentes à assistência estudantil faziam parte desse novo cenário. Apenas o PNAES era utilizado como respaldo para os programas desenvolvidos. A equipe de referência também se mostrava mais extensa, porém, pequena para as demandas que existiam. A necessidade de criar normas internas e fluxos resultava em aumento de demanda do trabalho dessa equipe, uma vez que não ficava claro qual papel dos profissionais ou do próprio setor. Claramente, havia diferenças quanto a execução, na prática, da Política de Assistência Estudantil nas instituições em que o PNAES era executado, nesse caso, nas quais transitei: em um instituto federal e em uma universidade federal.

No que concerne à entrada de profissionais de Psicologia na assistência estudantil da universidade em que ingressara, era recente, mais precisamente, no final de 2014. As demandas

que surgiam visavam acompanhamento psicológico, verificação e comprovação da condição emocional para manutenção da bolsa³, intervenções para mediação nos desligamentos da bolsa, avaliação psicológica e intervenção em situações de desorganização mental ou crise, além de “convites” para a realização de plantões psicológicos nas unidades acadêmicas. A Psicologia era, frequentemente, chamada a atuar quando algum problema já havia se instalado (SANTOS *et al*, 2015). Ou seja, a Psicologia era convidada a intervir em situações específicas, de caráter individual, e muitas vezes descontextualizadas.

Com o objetivo de iniciar as atividades da Psicologia no setor, em 2015, o acolhimento psicológico foi implantado. Ampliou-se assim o leque das ações existentes na assistência estudantil, uma vez que as atividades realizadas estavam relacionadas, em sua maioria, a distribuição de auxílios financeiros diversos, concedidos após processo seletivo, através de edital (Bolsa Pro-Graduando; Auxílio Moradia; Auxílio Alimentação; Ajuda de Custo para apresentação de trabalho em congressos acadêmicos. Além desses, havia o Programa de Residência Universitária que disponibilizava moradia e refeições gratuitas no restaurante universitário da Universidade, acesso também concedido por edital.

O foco do acolhimento psicológico se voltou para as questões relacionadas à vivência universitária do estudante de graduação presencial, preferencialmente, os estudantes vinculados aos programas da assistência estudantil. O objetivo era propiciar um espaço de escuta com vistas à orientação e reflexão conjunta, bem como o alívio da angústia. Cabia, assim, ao profissional de Psicologia ouvir as queixas e depois, junto com o estudante, refletir sobre o que foi verbalizado e efetuar encaminhamento, quando necessário.

Importante salientar que o acolhimento psicológico se diferenciava da psicoterapia ou do acompanhamento psicológico. Quando identificada a necessidade de encaminhamento para tratamento, destinava-se para os profissionais que compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado, para os serviços existentes na universidade que se destinavam ao atendimento psicológico de estudante, bem como para outros setores da Pró-Reitoria Estudantil como o Serviço Social e a Pedagogia.

A atividade mencionada se configurou como espaço de circulação de afetos e de palavras, uma vez que possibilitou aos sujeitos refletirem sobre suas inquietações, demandas, possibilidades, limitações, esforços para superação e enfrentamentos necessários ao contexto universitário. Os desdobramentos dessa atividade, especialmente, a necessidade de

³ A permanência em alguns programas de auxílio financeiro estava condicionada a indicadores de assiduidade e rendimento acadêmico. Caso não fossem apresentados, em algumas situações, justificava-se pela presença de adoecimento psíquico.

encaminhamentos a outros serviços e articulação com a RAPS, reverberou na produção do Guia de Atenção Psicossocial como instrumento de apoio, discussão de casos, e orientação a profissionais e familiares⁴. Percebeu-se a importância do trabalho em equipe também nesse contexto.

Além disso, os resultados da experiência apontaram para a necessidade de se repensar as estratégias da Psicologia na educação superior, inserida no contexto da política de permanência, frente às inúmeras demandas (para além do auxílio econômico) do universo estudantil. Assim, apresenta-se um novo contexto de atuação, com diversos desafios teóricos, metodológicos, ético-políticos.

A intervenção mencionada reforçou a ideia de que a Psicologia precisava caminhar no tocante a identidade profissional naquele contexto. Tinha-se a clareza de que se tratava de uma prática específica de uma determinada IFES, dentre as várias outras que se respaldam no PNAES. Importante mencionar que alguns discursos, decorrentes do contexto universitário, bem como algumas pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) sugeriam que a Psicologia se voltava para uma área específica do PNAES, a área de Atenção à Saúde. Vale salientar que no Decreto 7.234 não encontramos direcionamentos para a atuação das categorias profissionais, referente às áreas específicas do PNAES.

Por se tratar de um cenário recente, com recortes específicos e diversidades contextuais, refletir e pesquisar sobre “...aquilo que identifica e apresenta o profissional, o modo como ele se mostra, algo que vai sendo construído com o tempo e com as atividades de trabalho, e que conduz à incorporação de um papel” (MAZER; MELO-SILVA, 2010, p. 288), se tornava cada vez mais imperativo. Em outras palavras, pensar sobre a identidade da Psicologia, na assistência estudantil das IFES, se mostrou pertinente para suporte necessário à atuação profissional nesse contexto.

Frente ao disposto, identifica-se a relevância de estudos que abordem sobre a Psicologia no contexto da assistência estudantil nas IFES, que como mencionado, encontra-se na busca de uma identidade profissional. Nesse sentido, o percurso trilhado em IFES somado aos achados da literatura, trazem à tona questões que balizam esta pesquisa: como se apresenta o movimento sócio-histórico da Psicologia, no contexto da assistência estudantil das universidades federais

⁴ As atividades mencionadas foram apresentadas, em formato de pôster, no V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. GOMES, L.M.L.S.; OLIVEIRA, A. A. S. A Psicologia na Assistência Estudantil: um relato de experiência. In: V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, 2018, São Paulo. Disponível em: <http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/cbp/2018/anais/detalhe.cfm?id=17196> (Ver apêndice A).

brasileiras? Quais são os aspectos teóricos e metodológicos dessa prática? Quais as implicações trazidas para a Psicologia a partir da implementação do PNAES?

É, portanto, objetivo principal dessa pesquisa, apreender a Psicologia no contexto da assistência estudantil das universidades públicas federais. Como objetivos específicos, pretende-se desenhar um quadro das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e suas implicações para a Psicologia; mapear a produção acadêmica brasileira da presença da Psicologia no espaço de atuação na assistência estudantil; aplicar método da metassíntese à análise documental com Núcleos de Significação; realizar um panorama sócio-histórico da Psicologia na assistência estudantil no Nordeste brasileiro; identificar áreas, subáreas de conhecimento envolvidas na atuação da assistência estudantil; descrever as ações da Psicologia no contexto da assistência estudantil; interpretar os Núcleos de Significação que sustentam as práticas psicológicas no contexto da assistência estudantil.

Buscar-se-á realizar análise documental de documentos oficiais disponíveis nos sítios eletrônicos das IFES. Esse estudo se apresenta como relevante, porque busca contribuir no avanço teórico e metodológico de práticas psicológicas no ensino superior, principalmente, no contexto das políticas de acesso e permanência. Por fim, espera-se contribuir para a produção bibliográfica e estratégias de intervenção, referente à temática de políticas públicas na Educação Superior, uma vez que se trata de política com pouco tempo de inserção no ensino superior.

Desta forma, a dissertação assim se apresenta:

No capítulo 2 será apresentado o quadro das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, a partir de uma analogia com o quadro *O desmame do móvel-alimento*, do pintor Salvador Dalí. Ganha destaque a assistência estudantil no Brasil, contexto de inserção dessa pesquisa, que, mesmo com um longo percurso histórico no país, passa a ter visibilidade e investimentos específicos, com a implementação do Decreto 7.234, de julho de 2010.

Após a contextualização acima realizada, o capítulo 3 apresenta a relação entre Psicologia e ensino superior, com destaque para a atuação profissional na assistência estudantil, a partir de levantamento bibliográfico realizado em artigos científicos, no banco de dados *Google Acadêmico* (GA) com intuito de mapear os estudos e realizar aproximação com o objeto de estudo.

O capítulo 4 apresenta o método do estudo e os procedimentos de busca e análise das informações. Para tanto, fez uso das etapas da metassíntese e, por isso, foi dividido em três fases: a fase exploratória e composição do *corpus* analítico, com a busca dos documentos referentes à apresentação da Psicologia, na assistência estudantil, das universidades federais; a

fase descritiva dos documentos e expressão de seu conteúdo; e a fase interpretativa, com a discussão conceitual baseada na Psicologia Sócio-Histórica (manutenções e rupturas) e Psicologia Escolar e Educacional.

No capítulo 5, realiza-se a descrição do *corpus* documental desta pesquisa, quanto ao tipo de documento, à vinculação institucional e à série histórica. Nessa última realizou-se também a descrição dos termos referentes à Psicologia presentes nos documentos, de maneira que permitiu identificar um percurso histórico da Psicologia na assistência estudantil e demarcações das políticas de permanência para a Psicologia. Destaca-se ainda que, para realização da descrição dos termos, teve início a delimitação dos pré-indicadores, etapa inicial do procedimento denominado Núcleos de Significação, realizado na etapa interpretativa.

No capítulo 6, interpretam-se os achados desta pesquisa, através dos núcleos de significação definidos a partir da sistematização dos indicadores que, por sua vez, foram encontrados a partir da articulação dos pré-indicadores. Foram identificados dois núcleos de significação, intitulados “implicações da política de permanência para a atuação na assistência estudantil” e “a assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco”, que a partir da análise intranuclear e internuclear permitiram discutir os resultados dessa pesquisa.

Por fim, as considerações e repercussões da presente dissertação residem na importância para a atuação em Psicologia no ensino superior, preferencialmente na política pública de permanência, considerado contexto emergente para a prática, em especial, da Psicologia Escolar e Educacional.

2 O QUADRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR⁵

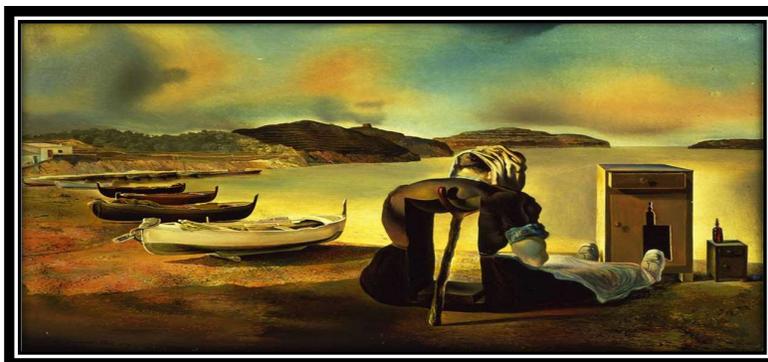


Figura 1. O desmame do móvel-alimento (Salvador Dalí, 1934)⁶.

Profissional de Psicologia, atuante no contexto das políticas públicas de acesso e permanência para o ensino superior desde 2014, pude experimentar uma vivência estética (VIGOTSKI, 2001), a partir do quadro de 1934 do pintor espanhol Salvador Dalí (1904-1989), pintura surrealista denominada *O desmame do móvel-alimento*. O quadro traz elementos da infância do pintor, como Portlligat, o local em que residiu, e Lúcia, sua enfermeira e babá, que desmamou Dalí de sua mãe. Na sua infância,

Dalí associava sua mesinha de cabeceira e mamadeira à sua enfermeira e os via como parte intrínseca de seu ser. Então, neste trabalho, ele os “retirou” fisicamente do corpo dela, sugerindo que sua enfermeira e esses objetos inanimados eram duas partes da mesma identidade, a mobília encaixada em um buraco retangular esculpido em suas costas. Sua remoção cria um vazio que requer uma muleta... (MUSEUM, 2018).

O quadro é utilizado nessa exposição como imagem que produz sentido para a autora a partir da vivência em outro “quadro”: o das políticas públicas de acesso e permanência para o ensino superior. Neste sentido, concorda-se com Boehm (2015, p. 29) ao apontar que as imagens “nos dão a ver alguma coisa, nos colocam alguma coisa sob os olhos” e, portanto, “produzem sentido, sem obrigação de fazer uso das regras da predicação, da atribuição um predicado a um sujeito”. Considera-se o subsídio teórico do materialismo histórico e dialético

⁵ Parte de reflexões aqui empreendidas foi publicada em capítulo de livro: GOMES, L; OLIVEIRA, A.A.S. Pincelando reflexões sobre a Psicologia no quadro das políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior. In: OLIVEIRA, A. A. S e MIURA, P. O (Orgs). Artes e Humanidades. Maceió: Edufal, 2019. (Ver apêndice B).

⁶ Disponível em: http://archive.thedali.org/mwebcgi/mweb.exe?request=record;id=1671;type=101_

de Vigotski (2001), em especial, suas produções acerca de vivências. Nessa direção, a arte se apresenta como uma das funções vitais da sociedade, técnica social dos sentimentos em permanente relação dos pares objetividade/subjetividade.

Dividida em três tópicos, a exposição apresentada nesse capítulo possuirá o seguinte percurso: “Do que salta aos olhos: Dalí e o acesso e a permanência na Educação Superior – aproximações”, em que se buscou apresentar o conteúdo factual da obra do pintor Salvador Dalí e as relações possíveis com o quadro das políticas públicas de acesso e permanência para o ensino superior; “Do que escapa aos olhos: das contradições de uma ‘senhora porta’”, onde foram apontadas algumas contradições relacionadas às políticas públicas em questão; e o último tópico, denominado “Mais cores à assistência estudantil: legitimando espaços e pincelando possibilidades para a Psicologia”, em que algumas considerações sobre a legitimação dos espaços referentes à assistência estudantil nas universidades federais e as possibilidades à Psicologia nesse contexto são apontadas. Vamos à exposição!

2.1 Do que salta aos olhos: Dalí e o acesso e a permanência na Educação Superior – aproximações

Um primeiro lançar de olhos no quadro *O desmame do móvel-alimento*, Dalí nos apresenta um cenário com vários elementos próprios de sua infância (MUSEUM, 2018): barcos, rio, montanhas, casas, um horizonte, etc. Ao dedicarmos certo tempo de contemplação, as figuras tomam sentido e dialogam, adquirindo como pano de fundo as concepções dessa espectadora. Os barcos sugerem àqueles que estão à margem aguardar para realizar a travessia. O navegante que opte por aventurar-se nas águas do rio, aparentemente calmo, necessita estar preparado e ter persistência, condição socioeconômica satisfatória, capacidade física e mental adequadas, capacidade para tomar decisões, condição de alimentar-se bem e de saber lidar com a distância do ambiente familiar. São ferramentas essenciais para a permanência e conclusão da jornada. Trata-se de um novo ambiente ao qual será necessário adaptar-se e cujas repercussões para o navegante serão percebidas ao longo do percurso. Algo semelhante ao início da jornada no ensino superior.

Um estudo (SANTOS *et al*, 2015) aponta que a entrada nesse nível de ensino traz acontecimentos singulares: a saída da casa dos pais, que implica no distanciamento do núcleo familiar e na mudança de cidade; a saída do ambiente escolar para o acadêmico, que envolve mudanças de professores e da rede social; além da necessidade de escolhas pessoais e profissionais por parte do estudante, que exigem a adaptação a novos ambientes. Esse novo

contexto requer do estudante atributos que lhe permitam fazer frente às novas demandas surgidas.

No entanto, nem sempre navegar nas águas desse rio chamado ensino superior foi vislumbrado de maneira igualitária pelos jovens brasileiros. Por muitos anos, o ensino superior no Brasil foi considerado elitista e muitos sujeitos ficavam à margem desse nível de ensino. Em 1981, Gadotti *apud* Vasconcelos (2010, p. 608) apontou que “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder”, de maneira que a educação era considerada elitista e antipopular.

Atualmente é ressaltada a importância da democratização do ensino superior. Para tanto, ações de acesso e permanência foram implementadas visando reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas por estudantes oriundos de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem na vida acadêmica com sucesso (ALVES, 2002). O foco é suplantar a característica elitista de acesso ao ensino superior, com o intuito de garantir a educação como mecanismo de redução de desigualdade social no país, com prioridade para o estudante proveniente de escola pública, com baixa condição socioeconômica, que estava à margem desse nível de ensino.

Dentre as ações, destacamos as seguintes políticas e programas: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa Universidade de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas. Permite-se assim, a democratização do acesso ao ensino superior, principalmente, entre os anos de 2003 a 2014.

Na concepção de Souza (2006, p. 26) política pública é compreendida como um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Possui como característica principal o princípio distributivo, uma vez que pretende produzir oportunidades iguais para sujeitos em situação desigual. Nesse caso, no processo de formulação das políticas públicas leva-se em consideração as desigualdades estruturais existentes na sociedade. No que concerne ao âmbito da educação “tal medida torna-se ainda mais necessária, visto que, historicamente, a mobilidade social ascendente nas sociedades capitalistas é dependente dos níveis educacionais aos quais os indivíduos têm acesso” (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 13).

O FIES foi o primeiro programa implementado e teve como objetivo financiar o ensino superior de estudantes, matriculados em instituições privadas que tiveram avaliação positiva do Ministério da Educação (MEC). Criado em 1999 e convertido na Lei nº 10.260 em 2001, o

programa assumiu o posto do mais importante instrumento de financiamento estudantil existente atualmente (BRASIL/SESu/MEC, 2014). Este programa prioriza o estudante mais bem colocado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo elegíveis estudantes cuja renda familiar não ultrapasse vinte salários mínimos.

Por meio do FIES, o Governo Federal assume os gastos com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação. De acordo com o perfil e o interesse do contratante, o valor financiado varia de 50% a 100% do montante total. O reembolso do capital inicia-se após período de carência, que se inicia com a conclusão do curso ((BRASIL/SESu/MEC, 2014, p.58).

O programa passou por modificações com vistas a ampliar o acesso de estudantes ao ensino superior, e em 2010 foi promulgada a Lei 12.202, que alterou a Lei 10.260 de 2001. Assim, “a gestão do Fundo foi internalizada no Ministério da Educação, por meio da operacionalização pelo FNDE, e ampliou-se a participação de agentes financeiros do programa” (BRASIL/SESu/MEC, 2014, p.58). Como consequência, houve aumento do número de financiamentos contratados, totalizando 660 mil estudantes em 2014.

Uma das particularidades do FIES é a possibilidade de sua combinação com a bolsa do PROUNI, programa que tem como objetivo a concessão de bolsas, parciais ou integrais, em instituições privadas de ensino, que recebem isenção de impostos federais. O PROUNI, criado por meio da Medida Provisória nº 213 de 2004, convertida na Lei nº 11.096 de 2005, se destina “a brasileiros que não possuam diploma de curso superior, as bolsas de estudo são concedidas, observando a renda familiar mensal *per capita* dos estudantes, que deve ser de até um salário mínimo e meio para bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial” (BRASIL/SESu/MEC, 2014, p.53).

Como condicionalidades para ingressar no programa,

além de atender aos requisitos de renda e de ter participado do Enem, atender a uma das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ser pessoa com deficiência ou ser professor da rede pública de ensino e concorrer a bolsas em cursos de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica (BRASIL/SESu/MEC, 2014, p.54).

Cabe ressaltar que os programas mencionados se voltaram para a iniciativa privada. Como resultado, houve expansão do ensino superior privado, principalmente no período de 2000 a 2010, o que compensa a inflexão e estagnação apresentadas por este setor em 1980 e início da década seguinte (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016).

No tocante ao ensino superior público federal, ganha destaque o REUNI, lançado em 24 de abril de 2007, através do Decreto 6.096, que objetivou “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). O programa possibilitou a expansão de vagas, a criação de novos *campi*, cursos e novas universidades, tendo como consequência o aumento significativo das vagas na graduação presencial, do número de matrículas (BRASIL, SESu/MEC, 2014) e da demanda por assistência estudantil nas universidades.

Conforme o quadro abaixo, se observa que, do ano de 2002 para o ano de 2014, o REUNI alcança um aumento expressivo no número de vagas nos cursos de graduação, no número de universidades, no aumento da oferta de cursos noturnos, e na quantidade de estudantes no ensino superior público.

QUADRO 1. Política de expansão em números - o REUNI

	2002		2014
Universidades	45		63
<i>Campi</i>	148		321
Cursos de graduação presencial	2.047		4.867
Vagas na graduação presencial	113.263		245.983
Matrículas na graduação presencial	500.459		932.263
Matrículas na educação a distância	11.964		83.605
Matrículas na pós-graduação	48.925		203.717
Número de municípios atendidos	114		289

Fonte: a autora com base nos dados do BRASIL/SESu/MEC de 2014.

O REUNI ancora-se em seis diretrizes, a saber:

- I - Aumento do número de matrículas, por meio da redução das taxas de evasão, da ocupação de vagas ociosas e do aumento da oferta de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos flexíveis, baseados no aproveitamento de créditos e na circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III – Revisão da estrutura acadêmica, por meio da reorganização dos cursos de graduação e da atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

Ainda como políticas voltadas para o ensino superior federal, em particular às universidades, têm-se o SiSU e a Lei de Cotas. Instituído em 2010, o SiSU é considerado o

mecanismo de seleção para admissão no ensino superior público. Conforme consta em seu próprio *site*, o SiSU é um “sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem”, voluntariamente (MEC, 2019). De acordo com Ariovaldo e Nogueira (2018, p. 152) “até então, o acesso ao ensino superior público se dava por meio do vestibular tradicional, processo seletivo descentralizado, formulado e aplicado pelas instituições isoladamente ou, no máximo, por um conjunto de instituições parceiras”. O programa possibilitou uma igualdade na diversificação da escolha, por parte de todos os candidatos, e acelerou o processo de inclusão nas instituições públicas (CUNHA *et al*, 2014).

A Lei de Cotas, por sua vez, foi sancionada em agosto de 2010, através da Lei 12.711/2012. Essa tinha como objetivo proporcionar o ingresso de alunos, oriundos integralmente do ensino médio realizado em escolas públicas, através da reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas das instituições federais, vinculadas ao MEC (BRASIL, 2012). As vagas deveriam ser preenchidas

por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (*Idem*, 2012).

No entanto, a disponibilização da “senhora porta” não ofereceu garantias para a permanência nesse nível de ensino. A passagem pelo rio, denominado ensino superior, necessitava de intervenções que reduzissem as diversas interferências no processo de ensino-aprendizagem. Nessa direção, foram tomadas iniciativas voltadas para a assistência estudantil nas IFES, a saber: o REUNI, que possibilitou a construção de moradias estudantis e restaurantes universitário - até o ano de 2012 as IFES utilizavam recurso do REUNI para a assistência estudantil (ANDIFES, 2019); o Programa Bolsa Permanência (PBP), o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (PNAEST)⁷.

A assistência estudantil no Brasil apresenta um longo percurso, mas somente a partir de 2010 é estabelecido o PNAES através do Decreto 7.234, que tinha como foco estratégico

⁷ Para mais informações sobre os programas consultar <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoas>.

proporcionar “transformações nas histórias de desigualdades sofridas pelos grupos excluídos do ensino superior” (PAN; ZONTA, 2017, p. 37). Nessa direção, o próximo item abordará sobre o percurso da assistência estudantil desenvolvida nas IFES brasileiras.

2.1.1 Do suporte na travessia - a assistência estudantil no Brasil

Em suas diretrizes, o REUNI apontou a redução das taxas de evasão e a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2007). Desta feita, no mesmo ano é lançado o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído através da portaria nº 39, de 2007, publicada pelo MEC, sendo apenas sancionado como Decreto-lei (Decreto 7.234) em julho de 2010, transformando-se, assim, no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, importante instrumento para a permanência do estudante no ensino superior.

No entanto, de acordo com Palavezzini (2014, p. 14) a discussão sobre a assistência estudantil, nas IFES, não se restringe a análise do contexto das políticas atuais. São insuficientes para a compreensão, pois se trata “de um processo político definido pelas condições políticas, econômicas e sociais de cada governo”. Nesse sentido, Kowalski (2012, p. 82) afirma que a assistência estudantil no Brasil pode ser compreendida, sob o prisma de três fases diferentes:

A primeira fase compreende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o período de democratização política. A partir desse momento, identifica-se uma segunda fase na qual há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da Política de assistência estudantil nas universidades brasileiras. Em decorrência, a terceira fase abrange um período de expansão e reestruturação das IFES seguindo até os dias atuais.

Observa-se que a assistência estudantil no Brasil não se trata de uma ação recente nas IFES. Como exemplo, Araújo e Andrade (2017) apontam que, no Instituto Federal do Ceará - IFCE havia auxílio para os alunos que não podiam permanecer nos cursos, por motivo de recursos econômicos. Ressaltam que existia assim, desde o funcionamento da instituição em 1952, sendo extinto em 1985. É importante destacar que essas ações eram iniciativas isoladas e independentes, não se constituíam como política pública educacional em âmbito nacional.

Nessa direção, Kowalski (2012) apresenta a existência de vários acontecimentos da assistência estudantil no país que antecederam a institucionalização do PNAES em 2010.

QUADRO 2 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

<p>PRIMEIRA FASE</p>	<p>-1928: promoção, pelo presidente Washington Luís, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris.</p> <p>-1930: abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU*.</p> <p>-1931: marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931.</p> <p>-1934: integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica</p> <p>-1937: criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</p> <p>-1946: promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes.</p> <p>-1961: aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</p> <p>-1970: criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.</p>
<p>SEGUNDA FASE</p>	<p>-1987: criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.</p> <p>-1988: promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).</p> <p>-1990: imitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.</p> <p>-1996: aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.</p> <p>-1998: aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.</p> <p>-1999: criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES <i>privadas</i>.</p> <p>-2001: aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</p> <p>-2004: criação do PROUNI, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES <i>privadas</i>.</p>
<p>TERCEIRA FASE</p>	<p>-2007: criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</p> <p>- 2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</p> <p>-2010: sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</p> <p>-2010/2011: lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</p>

Fonte: KOWALSKI, A. V., 2012, p. 100. Legenda: (*) Restaurante universitário

Apenas em 2007 o PNAES foi instituído através da portaria nº 39, de 2007, do MEC, e sancionado como Decreto-lei (nº 7234) em julho de 2010, consolidando-se como um programa de governo. Foi através do PNAES que a assistência ao estudante universitário ganhou forma e expressão (LEITE, 2015). Até então, a assistência estudantil nas universidades ficava destinada ao interesse e recurso orçamentário de cada IFES.

Vale ressaltar que a assistência estudantil foi conquistada pelas intensas lutas sociais lideradas, principalmente, pelo movimento estudantil, organizado pelo União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Constituíram-se assim, nas principais entidades que se engajaram na luta por uma assistência estudantil, como direito social e como política pública (DUTRA; SANTOS, 2016).

O PNAES surge como desdobramento do REUNI, que aponta a assistência estudantil como uma de suas diretrizes (LEITE, 2015). Dadas às condições de acesso, através de uma “senhora porta”, era necessário estabelecer uma proposta que favorecesse a permanência nas IFES e garantisse a formação dos novos ingressos. Tratou-se de uma proposta que visava ampliar as condições de permanência dos estudantes de baixa renda, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, nas IFES. Tem prioridade o estudante, oriundo da rede pública de educação básica, ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

O foco estratégico do Decreto em questão, portanto, é o combate às desigualdades sociais e regionais no contexto da educação, sendo fundamental para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. Conforme Pan e Zonta (2017, p.36), “nesse cenário, os discursos de inclusão protagonizam os novos modelos de gestão que passam a ser difundidos nas universidades brasileiras em nome de sua democratização”.

O PNAES é uma política social que visa um padrão de equidade entre os estudantes no ensino superior (GONÇALVES, 2011), e como tal, aponta dez áreas estratégicas que poderão ser desenvolvidas pelas Instituições: moradia estudantil; transporte; alimentação; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

É neste sentido que Vasconcelos (2010, p. 609) afirma que a assistência estudantil

transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentos pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas de conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

O financiamento da assistência estudantil, nas IFES, é de responsabilidade do Estado. Cabe às IFES a implantação, acompanhamento e avaliação dos programas. Essas possuem autonomia para definir áreas em que as suas ações serão executadas, “[...] considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.” (BRASIL, 2010). Desta feita, cada Instituição poderá realizar suas ações, conforme as necessidades contextuais dos estudantes e institucionais e o orçamento disponível. O que se observa é que, mesmo tendo como fundamento do Decreto 7.234 de julho de 2010, as práticas desenvolvidas nas universidades são diversas.

No que concerne à área de saúde mental, o FONAPRACE, através do mapeamento das ações de assistência aos estudantes, praticadas nas IES, do setor público brasileiro, realizado entre os anos de 1999-2000, identificou que das quarenta instituições que participaram do levantamento, apenas 34% ofereciam algum tipo de atendimento voltado para esta área (ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Em 2010, visando atualizar informações e identificar novos parâmetros para embasar políticas, programas e projetos desenvolvidos nas universidades Federais, o FONAPRACE realiza nova pesquisa do perfil socioeconômico e cultural do estudante de graduação das universidades federais brasileiras. Nesta pesquisa, foi apontada a importância da oferta do serviço psicológico, uma vez que foi identificado que o apoio psicológico é procurado por 29% dos estudantes.

Na “IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras”, realizada em 2014, é ressaltada a importância de uma equipe em número e qualidade, capaz de lidar com as demandas de saúde mental, identificadas na pesquisa. Dentre elas, a alta taxa de ideação suicida, total de sessenta mil discentes, e quarenta mil potenciais suicidas. A pesquisa em questão resalta ainda, que estas equipes devem se respaldar por políticas nacionais que ainda estão ausentes, como as de saúde, esporte e lazer e de cultura (ANDIFES, 2016).

Cada instituição, segundo o PNAES, possui autonomia para gerenciar as ações apontadas, bem como montar suas equipes conforme as demandas existentes. Faz parte dessas

equipes o profissional de Psicologia que, ao atuar no Ensino Superior, deve fazê-lo com ética e criticidade, respaldado em “fundamentações teórico-conceituais que instrumentalizem a transformação social, a conscientização e o empoderamento de todos os atores desse contexto” (MARINHO-ARAÚJO, 2016, p. 203), devendo estar atento às contradições que se apresentam, as compreendendo como parte de suas intervenções.

2.2 Do que escapa aos olhos: das contradições de uma “senhora porta”

Uma “senhora porta” foi disponibilizada aos sujeitos que estavam à margem do ensino superior. Dito de outra maneira, políticas públicas permitiram a democratização nesse nível de ensino. Mas, assim como a “senhora-porta” do quadro de Dalí (representada pela babá que traz um buraco aberto em suas costas, semelhante a uma porta) as políticas públicas parecem necessitar de muletas frente às contradições que se apresentam.

Mancebo, Vale e Barbosa (2015, p.33), ao tratar da expansão do ensino superior, enfatizam o investimento vertiginoso na iniciativa privada em detrimento no público:

Se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais.

Esse investimento pode ser mais bem visualizado se compararmos os números da iniciativa privada com os das instituições públicas de ensino superior. De acordo com os dados apresentados pelo INEP, em 2018 o Brasil possuía 2537 IFES, sendo que desse total, 2238 eram instituições privadas e 299 eram instituições públicas. Com relação ao número de matrículas total em cursos de graduação (8.450.755), mais uma vez a iniciativa privada apresenta números elevados com relação ao ensino superior público: 6.373.274 contra 2.077.481 (BRASIL, 2018). É importante destacar que o intuito dos formuladores da Reforma Universitária em 1986, marco inicial do predomínio do setor privado sobre a educação superior no Brasil, era que o setor privado fosse complementar ao ensino superior público, e não o seu inverso (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016).

Ainda conforme Mancebo, Val e Barbosa (2015), o REUNI não atingiu seus objetivos, pois o aumento do número de estudantes não foi acompanhado pelo acréscimo necessário no número de professores e técnicos. Além disso, os recursos destinados para a construção da

estrutura física não foram suficientes para a expansão, o que afetou a qualidade da vida acadêmica e o trabalho de suporte aos estudantes dado pelos servidores técnicos.

Com relação à política de permanência, o PNAES parece caminhar para um perfil focalizador, compensatório e assistencialista, pois vem se materializando nas IFES através do repasse de auxílios financeiros os mais diversos, acompanhados por diferentes modalidades de bolsas (LEITE, 2015). As ações geralmente recaem nas áreas de moradia, alimentação e transporte (SANTOS *et al*, 2015).

Ao tratar de políticas sociais, Demo (1994, p.25) nos mostra que

política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada.

Já assistencialismo se trata de uma prática caracterizada pela ajuda filantrópica, pontual e momentânea a pessoas carentes ou necessitadas de uma comunidade, em detrimento de uma política que os tire da condição de carentes e necessitados. Logo, não é capaz de transformar a realidade das pessoas que dele se beneficiam. Tendo como referência os apontamentos de Leite (2015), parece que a assistência estudantil caminha no sentido oposto ao de uma política social.

Conforme Rocha *et al* (2017, p. 243), ao mesmo tempo em que houve aumento de estudantes, tornando o ensino superior mais diversificado e popular, as políticas não proporcionam

um tratamento que contribua para sua permanência e sucesso acadêmicos, gerando frustrações para esses sujeitos e, não raro, para suas famílias ou comunidades inteiras. Assim, ao garantir somente o acesso e não a permanência, isto devido ao fato de não se garantir um ensino que permita suprir possíveis defasagens, se reforça a desigualdade social da sociedade brasileira, mantendo e sustentando um arbitrário cultural onde o sujeito segue culpabilizado pelo seu desempenho e pela posição que lhe é atribuída numa estrutura hierarquizada e injusta.

O resultado é uma tentativa de inclusão e a legitimação de um lugar de desfavorecidos no contexto universitário a partir da classificação por níveis de vulnerabilidade socioeconômica, através do atestado de pobreza, emitido por um profissional de referência da assistência estudantil. Portanto, faz-se necessário “investimento em outras estratégias além dos benefícios financeiros [...] a fim de assegurar a qualidade de vida do estudante e as condições que garantam a sua titulação” (PAN; ZONTA, 2017, p. 37).

Dentre as estratégias efetivadas, intervenções em saúde mental realizadas por profissionais de Psicologia têm sido consideradas fundamentais e exigem o desenvolvimento de projetos que compreendam a realidade psicossocial e político-pedagógica das IFES, com o intuito de construir modelos de atuação profissional diversificados com foco na formação dos estudantes (PAN; ZONTA, 2017).

2.3 Mais cores à assistência estudantil: legitimando espaços e pincelando possibilidades para a Psicologia

Tomando como referência as pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, pode-se dizer que a universidade hoje é feminina, mais popular e negra em decorrência do processo de democratização do acesso. Portanto, é mister afirmar a necessidade de investimentos em políticas de permanência nas IFES brasileiras, de maneira que a assistência estudantil, assim como a educação, seja um direito de todos. Nesse sentido, é urgente a transformação do PNAES em política de Estado, bem como o aumento regular dos recursos financeiros e das equipes de servidores das IFES (ANDIFES, 2016).

Sabe-se que o PNAES propõe dez áreas que poderão ser desenvolvidas nas IFES; é nesse sentido que a assistência estudantil precisa avançar e ampliar as chamadas “condições de permanência” disponibilizadas. De acordo com o dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 2010), um dos primeiros conceitos apontados para a palavra permanência é o “ato de permanecer”, mas não é um “permanecer” contínuo que se preza na assistência estudantil. Para a assistência estudantil, a permanência se trata do estado ou qualidade de permanentes, constância e perseverança até a integralização do curso. Espera-se que, com a garantia do direito disponibilizado (intervenções da assistência estudantil), o sujeito seja constante e perseverante no seu processo de aprendizagem e formação profissional, a fim de que, da sua condição de necessitado, ele emergja como sujeito de seu próprio destino, como apontou Demo (1994).

Nesse contexto, refletir o lugar do sujeito vinculado à assistência estudantil, visando sua autonomia e protagonismo e, por conseguinte sua inclusão social, tem sido um dos grandes desafios dos profissionais. A intervenção seria no sentido de operar um “desmame”, como o fez Dalí ao separar em seu quadro imagens antes conjugadas, e em seu lugar abrir espaços para as potências do sujeito. Eis um desafio para o profissional de Psicologia.

No entanto, os documentos existentes, e que fundamentam a assistência estudantil no Brasil, como o PNAES, não apontam nortes para a atuação desse profissional. Questiona-se:

como a Psicologia tem se apresentado na assistência estudantil, a partir das práticas apontadas na literatura? O próximo capítulo abordará sobre a atuação da Psicologia na assistência estudantil, a partir de revisão bibliográfica realizada.

3 A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: OCUPANDO ESPAÇOS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

3.1. Psicologia e ensino superior.

Em pesquisa realizada por Serpa e Santos, em 2001, identificaram que o psicólogo é figura frequente na composição do quadro de efetivos dos serviços de atendimento ao universitário. A pesquisa objetivou identificar a existência de estruturas de atendimento e orientação ao universitário nas IES públicas, privadas e comunitárias. Além disso, buscou também “caracterizar os serviços e programas oferecidos; verificar a composição da equipe profissional; a existência de psicólogo escolar na equipe e avaliação dos serviços e programas” (p.27).

Nos últimos anos observa-se o aumento da contratação de psicólogos, ingressos por concurso público, no ensino superior federal. De acordo com Marinho-Araújo (2016), o aumento da demanda pelo profissional de Psicologia, pode ser em razão da inserção de políticas públicas (REUNI, a Lei de cotas e o PNAES) que objetivavam a ampliação e a democratização do acesso à universidade pública. Desta feita, houve aumento do número de estudantes na graduação, bem como uma pluralidade de realidades como pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, e a população economicamente desfavorecida. A realidade na universidade mudou e, com ela, se apresentam novas demandas de enfrentamento às desigualdades e diversidades.

Na concepção de Marinho-Araújo (2015), o ensino superior se configura “em uma perspectiva mais contemporânea, com renovados modelos de atuação do psicólogo escolar” (p. 134), dado o percurso tradicional voltado para as escolas, mormente a Educação Básica, “espaço preponderante da atuação do psicólogo escolar” (p. 135).

Importante destacar que uma IFES consta de diversos setores onde o profissional de Psicologia pode desenvolver suas atividades. Dentre estes podemos destacar: o setor de recursos humanos, setor responsável pela saúde do servidor, setor pedagógico, Clínicas-escola de Psicologia, Hospital Universitário e mais recentemente, com a implementação do PNAES, a assistência estudantil. Em tese, o psicólogo teria que desenvolver ações nas áreas de Psicologia Clínica, Escolar e Organizacional. Na prática, pode ser direcionado para setores de acordo com as necessidades institucionais, podendo desenvolver ações conforme áreas mencionadas.

Nessa direção, concretiza-se a presença de profissionais de Psicologia com atuação nas políticas de democratização e acesso no ensino superior, especificamente, a Política de Assistência Estudantil. Em 2016, pesquisa revelou um total de duzentos e um psicólogos vinculados à assistência estudantil (CEPÊDA, 2018)⁸. Sabe-se que se trata de uma prática com demandas atuais, reflexo da realidade do país, e, portanto, requer do psicólogo uma reflexão acerca do seu fazer profissional, coerente com o contexto de trabalho e com os aspectos éticos da profissão (SANTOS *et al*, 2015). No entanto, mesmo com uma grande demanda para a Psicologia e com o ingresso desse profissional, não existem modelos práticos e teóricos consolidados sobre tal prática nesse contexto (MATOS; SANTOS; DAZZANI, 2016).

Considerando o exposto, foi realizado levantamento bibliográfico de publicações referentes à atuação da Psicologia nesse contexto, no banco de dados *Google Acadêmico* (GA), no período de maio a agosto de 2018. O uso desse banco de dados se deu em função da inexistência do descritor “assistência estudantil” e da disponibilidade de artigos com essa temática. Importante salientar que outros bancos foram consultados, mas não obtivemos sucesso. Indica assim, temática com recente reflexão sistematizada.

3.2. A Psicologia na assistência estudantil – recortes da atuação na literatura

As estratégias metodológicas, nesta pesquisa, utilizaram-se dos descritores de busca “assistência estudantil”, “psicologia”, e “atuação”, com filtragem “todos os anos” e “todas as áreas”. Pudemos identificar publicações oriundas de todas as Regiões do país, todas de abordagem qualitativa, com predomínio da técnica de relato de experiência, que representa 60% da amostra (BRANCO; PAN, 2016; CRISTINO *et al*, 2016; FERRO; ANTUNES, 2015; PAN; ZONTA; TOVAR, 2015; PINHEIRO, 2016; RAMOS *et al*, 2018).

Do ponto de vista histórico, importante ressaltar que o ano de 2015 indica o surgimento das publicações, o que pode estar relacionado a implementação das políticas de expansão e democratização nas IFES, como o REUNI e PNAES (Portaria nº 39) em 2007. A partir dessas políticas, houve a convocação de novos profissionais, através de concurso público, para atender às demandas quantitativas e qualitativas dos novos ingressantes nas IFES.

A nosso ver, outro marco histórico relevante, de acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP, 2018) está demarcado em 2014, ano que

⁸ Resultado decorrente das 61 IFES respondentes da questão referente ao número de técnico administrativo (efetivo) vinculado ao órgão da Assistência Estudantil da IFES. A pesquisa contemplou todas as IFES vinculadas ao FONAPRACE, o que inclui dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e que totalizam 64 instituições.

aparece nas pesquisas com o maior número de servidores ingressos, por concurso público, no poder executivo, com o total de 33.477. O aumento na contratação de servidores técnico-administrativos, que inclui profissionais de Psicologia, pode estar relacionado à publicação do QRSTA a partir do ano de 2010. Permite assim, às universidades, a reposição automática das vagas originárias de aposentadorias, óbitos, exonerações, dentre outros e a contratação, via concursos públicos (MEC, 2012).

Identificamos que, na maioria das publicações a universidade aparece como local do estudo (BRANCO; PAN; 2016; OLIVEIRA; SILVA, 2018; PAN; ZONTA; TOVAR, 2015; PINHEIRO, 2016; RAMOS, *et al*, 2018; SOUZA; CURY, 2015). Em quatro dos estudos os institutos federais aparecem como campo de estudo e intervenção (ARAÚJO; ANDRADE, 2017; CRISTINO *et al*, 2016; FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018; FERRO; ANTUNES, 2015). Recomenda-se cautela na interpretação das afirmações anteriores. Não significa que a atuação da Psicologia na assistência estudantil das universidades está mais sistematizada do que dos institutos federais. Podemos inferir que a universidade é ainda o contexto que mais desenvolve pesquisa no País.

Importante mencionar que, tanto as universidades como os institutos federais possuem o PNAES como norteador das suas ações. De acordo com o Decreto 7.234 em seu Art. 4º

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

No artigo acima referido, ao apontar que se deve considerar as “especificidades, às áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente”, sugere a autonomia das IFES na execução da política. Logo, consideram-se as especificidades das demandas do contexto educacional, bem como o orçamento disponibilizado. Desse modo, compete “à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010).

A autonomia para a execução do PNAES pode ser percebida nas ações desenvolvidas pela Psicologia (ARAÚJO; ANDRADE, 2017; CRISTINO *et al*, 2016; FERRO; ANTUNES, 2015). Cristino *et al* (2016) e Araújo e Andrade (2017) realizaram pesquisa no IFCE, respectivamente no *campus* de Limoeiro do Norte e no *campus* Fortaleza, que possuem como respaldo o Regulamento da assistência estudantil, documento fundamentado no PNAES. Tais

estudos apresentaram diferenças quanto às propostas executadas e desenvolvimento do trabalho realizado entre os profissionais.

O estudo de Cristino *et al* (2016) apontou um programa (Programa IFCE+) que foi desenvolvido pela equipe multiprofissional, através de atividades nas áreas de formação, cidadania, conhecimento e cultura, fundamentadas numa perspectiva biopsicossocial de sujeito. Já no estudo de Araújo e Andrade (2017) as ações desenvolvidas pela Psicologia no *campus* Fortaleza foram aquelas apontadas no Regulamento da assistência estudantil e, tinham como objetivo apoiar a promoção do processo educativo dos estudantes, através das ações de acolhimento, acompanhamento, avaliação psicológica, orientações à comunidade escolar, mapeamento da rede de apoio, participação e assessoramento em projetos de caráter coletivo em interlocução com outros atores institucionais, apontadas no Regulamento. No entanto, na prática, as atividades se distanciavam do que era apontado no Regulamento, além de não haver integração no trabalho em equipe.

Algo semelhante foi apresentado por Ferro e Antunes (2015) que relataram o desenvolvimento da atividade de plantão psicológico em apenas dois *campi* da rede do Instituto Federal de Goiás (IFG), o *campus* Formosa e *campus* Inhumas, de um total de 15 *campi* do IFG. Os autores chamaram a atenção para o fato de que, mesmo se tratando da mesma atividade realizada, apresentam desdobramentos distintos com relação a cada local, pois a ação “assume multiplicidades de significações e distintos desdobramentos em função dos diferentes atores que nela atuam” (p.75). O texto a seguir evidencia que:

No *campus* Inhumas, a caracterização da atuação psicológica pautada em encaminhamentos se fez arraigada e pouco mutável para os discentes do Ensino Médio Técnico Integrado e Ensino Médio Integrado Integral; em contrapartida, no *campus* Formosa, fez-se maleável e passível de transformação. Infere-se que as características dos *campi* [...] são atribuídas a alguns fatores, tais como: tempo de existência das instituições [...], a caracterização da equipe pedagógica [...], bem como a existência e histórico da práxis psicológica na assistência estudantil dos *campi*: em Formosa, o profissional psicólogo sempre fez parte da composição da equipe, atuando numa perspectiva multidisciplinar com foco na prevenção e promoção do bem-estar no âmbito educacional. Em contrapartida, no *campus* Inhumas, a equipe, que conta com a presença do profissional psicólogo, foi formada recentemente, e este também atua na Assistência estudantil, que até então contava unicamente com uma assistente social (FERRO; ANTUNES, 2015, p.79).

Ao mesmo tempo em que aponta a autonomia, o PNAES aborda a necessidade do desenvolvimento de ações estratégicas, na área de Atenção à Saúde do estudante, no enfrentamento de desigualdades sociais. No Decreto não são especificadas as atividades que devem ser desenvolvidas em saúde e os profissionais que devem compor a equipe. Ficam a

cargo dos gestores da instituição os direcionamentos referentes às ações da assistência estudantil. Desta feita, mesmo com o respaldo do Decreto 7.234 de 2010, as ações em Psicologia podem assumir diversas particularidades na assistência estudantil das IFES, o que pode estar relacionado às demandas estudantis e institucionais, ao orçamento disponibilizado e à compreensão das demandas e dos contextos de desigualdades por parte dos gestores e profissionais que compõe a assistência estudantil.

Partindo dessa premissa, a maioria dos estudos apresentou como público-alvo todos os estudantes de graduação presencial da Instituição (ARAÚJO; ANDRADE, 2017; CRISTINO et al, 2016; FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018; FERRO; ANTUNES, 2015; OLIVEIRA; SILVA, 2018; PAN; BRANCO, 2016; PINHEIRO, 2016). Em um estudo, as ações foram ampliadas para a comunidade universitária, com inclusão de servidores (SOUZA; CURY, 2015). Os resultados mencionados vão de encontro ao PNAES, uma vez que este prioriza as ações para o enfrentamento das desigualdades sociais aos “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010). Em apenas dois artigos observou-se recortes com relação ao perfil estudantil (PAN; ZONTA; TOVAR, 2015; PINHEIRO, 2016).

As atividades apontadas nos artigos, sejam individuais ou em formato de grupo, foram desenvolvidas pela assistência estudantil, através dos profissionais nela lotados (ARAÚJO; ANDRADE, 2017; CRISTINO et al, 2016; FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018; FERRO; ANTUNES, 2015; OLIVEIRA; SILVA, 2018; PINHEIRO, 2016; SOUZA; CURY, 2015) ou através de parcerias com outros setores da Instituição (BRANCO; PAN, 2016; PAN; ZONTA; TOVAR, 2015; PINHEIRO, 2016; RAMOS et al, 2018). Importante salientar que as parcerias foram identificadas nos estudos que possuem como *locus* a universidade.

Essas parcerias se apresentaram em formato de projetos de extensão (BRANCO; PAN, 2016; PAN; ZONTA; TOVAR, 2015; RAMOS et al, 2018) ou de serviços disponíveis em outros setores (PINHEIRO, 2016). Nos projetos de extensão, as atividades eram realizadas por estudantes de graduação em Psicologia e se destinavam ao corpo discente da instituição. Infere-se que tal dinâmica pode estar relacionada ao número elevado da demanda de saúde mental apresentado nas universidades, e ao baixo número de profissionais disponíveis. Ao mesmo tempo, é importante salientar que a proposta do PNAES se refere a articulação das atividades da assistência estudantil com pesquisa, ensino e extensão (BRASIL, 2010).

No estudo de Pinheiro (2016), as atividades desenvolvidas pelo Programa Estudante Saudável, programa da assistência estudantil, eram realizadas na Clínica de Psicologia da

universidade e no Serviço de Atendimento Psicossocial aos Discentes (SAPS) que atendia os estudantes no Instituto de Ciências da Saúde da universidade. Ambas as atividades tinham como objetivo realização de atendimento individual ao discente.

Ressalta-se que um dos estudos aponta a universidade como *locus*, bem como o psicólogo em atuação multiprofissional na assistência estudantil (OLIVEIRA; SILVA, 2018). Em dois dos estudos é destacada a presença de vários profissionais que fazem parte da assistência estudantil, no entanto, não deixa claro se existe um trabalho realizado em equipe (PINHEIRO, 2016; SOUZA; CURY, 2015).

Nos estudos em que o Instituto Federal aparece como *locus*, foi possível identificar a presença de vários profissionais que compõe a assistência estudantil, sendo apontado o desenvolvimento das ações da Psicologia em equipe. Portanto, as atividades desenvolvidas envolvem a relação com outros profissionais. O programa apresentado por Cristino *et al* (2016, p.15), defendia uma visão de sujeito biopsicossocial e tinha como objetivo

contribuir para a formação cidadã e foi uma ferramenta que pretende possibilitar a superação de obstáculos de ordem social, econômica, biológica e psicológica que influenciam a permanência dos alunos na instituição.

No estudo de Ferro e Antunes (2015), além da atividade de plantão psicológico apresentada, atividades de grupo com temáticas específicas foram desenvolvidas pela equipe, como o cinema comentado, visitas domiciliares, oficinas e palestras. Observa-se que as práticas desenvolvidas se mostraram direcionadas tanto para o atendimento individual como para o atendimento em grupo, com foco no discente.

Nos estudos com a perspectiva de atendimento individual apareceram atividades como o plantão psicológico (FERRO; ANTUNES, 2015; PAN; ZONTA; TOVAR, 2015), o acolhimento (ARAÚJO; ANDRADE, 2017), o atendimento individual e a psicoterapia (PINHEIRO, 2016; RAMOS *et al*, 2018; SOUZA; CURY, 2015) e a triagem psicológica (RAMOS *et al*, 2018). Além desses, o estudo desenvolvido por Oliveira e Silva (2018), com profissionais de Psicologia, atuantes na assistência estudantil das universidades mineiras, identificou como ações: a orientação psicológica, psicopedagógica e profissional, o acompanhamento psicopedagógico e intervenção em Psicologia Escolar e Educacional. Indicam ainda, o apoio na concessão de benefícios sociais à comunidade acadêmica e a defesa à continuidade, por parte dos psicólogos, de ações que ainda traduzem uma prática de “caráter psicoterapêutica e individualizante” (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018, p.189), bem como as visitas domiciliares (ARAÚJO; ANDRADE, 2017; FERRO; ANTUNES, 2015).

Os achados se assemelham aos resultados encontrados na I e na II “Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil – um mapeamento de capacidades e instrumentos”, em que o acompanhamento psicológico foi apontado como uma das “demandas mais específicas do público universitário” (CEPÊDA, 2017, p. 113; 2018, p. 132). Nas pesquisas mencionadas, os dados numéricos referentes ao quantitativo de atendimentos realizados e a quantidade de psicólogos são apresentados no tópico referente à “Cobertura de Programas e Atenção à Saúde” e sugerem foco na perspectiva individual de atendimento em Psicologia⁹.

Na perspectiva de atendimento grupal, os artigos apontaram diversas atividades, tais como: os grupos temáticos e terapêuticos, oficinas temáticas e terapêuticas, palestras, rodas de conversa, assessoria e/ou participação nos projetos coletivos (BRANCO; PAN, 2016; CRISTINO, et al, 2016; OLIVEIRA; SILVA, 2018; RAMOS et al, 2018; SOUZA; CURY, 2015).

Cristino *et al* (2016) relataram um programa de assistência estudantil, denominado IFCE+, que tinha como finalidade “contribuir para uma educação emancipadora que busca a formação de sujeitos políticos, críticos e participativos e fomentar o desenvolvimento biopsicossocial dos discentes” (p.12), através do desenvolvimento de ações socioeducativas nas áreas de formação, cidadania, conhecimento e cultura. As atividades desenvolvidas foram grupos e oficinas e contavam, além da presença do psicólogo, com outros integrantes da equipe multiprofissional.

As oficinas apareceram também como umas das ações desenvolvidas em um dos projetos de extensão, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizado em parceria com a assistência estudantil. As atividades abordaram temáticas tais como, desenvolvimento de habilidades sociais, orientação aos estudos, controle de ansiedade e estresse (RAMOS *et al*, 2018). Cury e Souza (2015) apontaram o grupo terapêutico e Branco e Pan (2016), as rodas de conversa. Essas se constituem como espaços

nos quais os estudantes podem compartilhar, entre os pares, o que pensam e sentem sobre suas experiências acadêmicas, de forma a propiciar maior compreensão a respeito das demandas apontadas pelos participantes, no tocante às suas relações com a universidade (BRANCO; PAN, 2016, p.160).

⁹ Importante destacar que o questionário utilizado na pesquisa apresentou questões, objetivas e quantitativas, para atendimentos e profissionais.

Ainda no que concerne a atividades na perspectiva grupal, o estudo de Oliveira e Silva (2018) identificou atividades grupais e/ou coletivas tais como grupos temáticos e terapêuticos, psicoterapias grupais, palestras, seminários e minicursos, oficinas temáticas e terapêuticas.

Embora se perceba em alguns estudos (BRANCO; PAN, 2016; CRISTINO, et al, 2016; FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018) o desenvolvimento de formas de atuação ‘emergentes’, por apresentar “uma concepção muito mais ampla e abrangente do trabalho do Psicólogo na escola que inclui sua dimensão psicossocial” (MARTINEZ, 2009, p.172), a maioria das perspectivas encontradas nos artigos referem-se ao que Martinez (2009) denominou de formas de atuação ‘tradicionais’, práticas “que já têm uma história relativamente consolidada no país” (MARTINEZ, 2009, p. 170). As formas de atuação ‘tradicionais’

estão principalmente associadas à dimensão psicoeducativa do contexto escolar, dimensão essa que tem sido o principal objeto do trabalho na escola e na qual se centra a atenção de todos os seus atores, entre eles, os psicólogos. Elas estão definidas, em grande parte, pelos problemas concretos que, em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem dos alunos, tem que ser enfrentados e resolvidos no cotidiano, e para os quais o trabalho do psicólogo se configura como uma resposta (MARTINEZ, 2009, p. 170-171).

No estudo desenvolvido por Oliveira e Silva (2018), que teve como objetivo analisar as práticas desenvolvidas por psicólogos na assistência estudantil foi apontado a existência, tanto de formas de atuação ‘tradicionais’ como de práticas ‘emergentes’, que inclui, nessas últimas, ações de interface da Psicologia com a saúde e com a educação.

Pode-se dizer que as perspectivas dos estudos foram modificando-se no decorrer dos anos, desde uma perspectiva que circunscrevia a ação no indivíduo, para uma proposta onde se mesclam atividades individuais e grupais, com uma concepção ampliada dos fenômenos psicológicos. Recentemente, a direção dos estudos se encaminha para a busca da compreensão das atividades dos profissionais de Psicologia presentes na assistência estudantil.

Os estudos publicados em 2015 parecem indicar a primeira das perspectivas aqui apresentadas – ação no indivíduo –, ao trazerem os Plantões e serviço de atendimento ao estudante. Os estudos no ano de 2016 parecem apresentar perspectivas mescladas, tanto grupais como individuais; oficinas e grupos temáticos (CRISTINO *et al*, 2016) e rodas de conversa (BRANCO; PAN, 2016), e na perspectiva individual, serviços específicos em parceria com outros setores, visando o atendimento ao discente (PINHEIRO, 2016).

Por último, ressaltamos que, em 2017 o foco recai sobre o trabalho da equipe nos institutos federais. Em 2018, projetos para atendimento a comunidade acadêmica, perspectivas individuais e grupais (RAMOS *et al*, 2018), bem como levantamento mais específico sobre o

trabalho do psicólogo na assistência estudantil de uma universidade (OLIVEIRA; SILVA, 2018) e de um Instituto Federal (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018) são realizados.

Sabe-se que a presença da Psicologia na assistência estudantil se trata de uma prática com demandas atuais de enfrentamento às desigualdades, reflexo da realidade do país, e, portanto, requer do psicólogo uma reflexão acerca do seu fazer profissional, coerente com o contexto de trabalho e com os aspectos éticos da profissão. É oportuno o que Mazer e Melo-Silva (2010) abordam sobre a identidade profissional em Psicologia. Para esses autores

a identidade profissional em Psicologia (...) pode ser definida como uma construção social, formada a partir do conjunto das experiências do percurso profissional, (...) algo que vai sendo construído com o tempo e com as atividades de trabalho, e que conduz à incorporação de um papel (MAZER; MELO-SILVA, 2010, p. 288)

No entanto, mesmo já tendo um percurso no ensino superior, especificamente em setores destinados ao atendimento do estudante, como Serviços de Orientação ao Universitário (SOU) e Serviço de Assistência ao Universitário (SAU), como destacado por Marinho-Araújo (2009), a atuação do psicólogo escolar no ensino superior “é um campo pouco explorado e está longe de apresentar consenso sobre o papel desse profissional” (MOURA; FACCI, 2016, p. 505). Quando se pensa nos contextos de Educação Superior “as referências ainda estão em processo de consolidação, tendo por característica a ampliação do raio de elementos a estabilizar um campo de discussão” (SILVA, 2018, p. 95).

Os artigos sugerem a busca de um papel do psicólogo no contexto da assistência estudantil, o que pode ser observado, através da implantação das várias atividades no contexto e através dos posicionamentos críticos com relação à prática desenvolvida.

Frente aos resultados encontrados nos artigos, é possível afirmar que há predominância de atividades de caráter individual desenvolvidas pela assistência estudantil, no tocante às ações da Psicologia. Ao mesmo tempo observa-se a problematização e questionamento das práticas desenvolvidas. Pan, Zonta e Tovar (2015) revelaram a necessidade de problematização do modelo de clínica individual – que não leva em consideração as implicações da instituição nas queixas do aluno –, bem como do lugar de atuação do psicólogo, no contexto universitário de inúmeras desigualdades sociais. Branco e Pan (2016) tecem críticas ao modelo clínico e as ações individualizadas de atenção ao estudante, no contexto universitário e apontam que a Psicologia Escolar e Educacional

pode desenvolver metodologias que possibilitem a circulação da palavra, modifiquem as relações e possibilitem a formação de espaços coletivos que contribuam para o engajamento dos estudantes e a transformação dos espaços institucionais (p.165).

Feitosa e Marinho-Araújo (2018) defendem um modelo de Psicologia pautado na Psicologia Escolar crítica. Essas autoras identificaram que os profissionais entrevistados demonstraram preocupação com a prática clínica e individualizante de sua atuação, porém,

muitos ainda apresentam dificuldades em propor ações práticas fundamentadas nos processos de desenvolvimento humano para toda a comunidade acadêmica, bem como em ressignificar a escuta psicológica ou implementar propostas de trabalho que ampliem o espectro da sua intervenção no contexto do ensino profissionalizante (*Idem*, 2018, p.189).

Araújo e Andrade (2016) identificaram distanciamento das práticas desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia no cotidiano. Havia um hiato entre a teoria e a prática, bem como do que era especificado no Regulamento de Assistência Estudantil. Ou seja, as atividades desenvolvidas, nem sempre se relacionavam com a proposta da Política de Assistência Estudantil implantada na instituição, que possuía como fundamento o PNAES.

Em síntese, o panorama encontrado nos artigos retrata que, a Psicologia desenvolvida na assistência estudantil se caracteriza por formas de atuação ‘tradicionais’ (MARTINEZ, 2009) voltadas, em sua maioria, para o corpo discente das IFES, não apresentando recorte de prioridade com relação ao público-alvo. Destaca-se que, mesmo com o Decreto 7.234 como norteador das atividades, as instituições apresentaram atividades diferentes em seus contextos, inclusive àquelas realizadas na mesma IFES, em *campi* diferentes. Vale salientar que o PNAES não aponta parâmetros para a atuação dos profissionais que compõe a assistência estudantil. No entanto, ressalta que, as ações desenvolvidas devem considerar as especificidades institucionais, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Partindo dessa abertura de possibilidades proposta pelo Decreto 7.234 (ao mesmo tempo tomando-o como fundamento) e do aqui apresentado, a partir dos artigos, considera-se relevante estudos que possam ampliar a compreensão da Psicologia e os modos de sua apresentação pelas IFES. Frente ao exposto, e com os objetivos para uma apreensão da Psicologia no contexto da assistência estudantil das universidades públicas federais, buscar-se-á, a seguir, apresentar o caminho metodológico da metassíntese aplicada à análise documental e a composição de Núcleos de Significação proposto neste estudo.

4 MÉTODO

Utiliza-se o método qualitativo, em razão do objeto de estudo aqui desenhado, qual seja, “a Psicologia inserida em um contexto específico: a assistência estudantil das universidades federais”. Nesse sentido, busca-se apreender o significado que cada instituição apresenta sobre a Psicologia, na assistência estudantil das universidades, o que exige nova sensibilidade frente à pluralização presente nos contextos estudados, aspecto que nos parece possível por meio da pesquisa qualitativa.

Corroboramos com Minayo (2000) na defesa da pesquisa qualitativa como aquela capaz de incorporar o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Entende-se assim que, estas últimas, são construções humanas significativas. Importa, portanto, a significação que as coisas ganham, ou melhor, as significações que um indivíduo, em particular, ou um grupo determinado atribuem aos fenômenos da natureza que lhes dizem respeito.

Defende-se que estamos diante de diversidades de ambientes, estilos e modos de funcionamentos (FLICK, 2009). Os objetos de estudo são representados em sua totalidade, sem ser retirados de seus contextos cotidianos ou situações naturais, onde as práticas e interações dos sujeitos ocorrem. Assim, consideram-se contexto ou “os campos de estudos” os *sites* das universidades federais. Nessa direção, nossos esforços residem na apreensão da Psicologia, na assistência estudantil, apresentada pelas instituições, em seus documentos disponíveis *online*.

Nas instituições “os documentos são destinados ao registro das rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, ao registro das informações necessárias para a legitimação da maneira como as coisas são feitas nessas rotinas” (FLICK, 2009, p. 235). Documento é “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova” (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67).

Frente ao exposto, utiliza-se a técnica de análise documental, procedimento de coleta de dados de documentos, considerados fontes primárias, porque não receberam, ainda, tratamento analítico (LAKATOS; MARCONI, 2001). Na perspectiva de Bardin (2011), se trata de uma fase preliminar de constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. Diferencia-se da pesquisa bibliográfica, que usa fontes secundárias, que já receberam tratamento científico e se encontram disponíveis nos bancos virtuais de pesquisa. Como observado, as técnicas se assemelham porque comungam da utilização do documento como fonte de informação.

Neste estudo, para montagem do *corpus* analítico da pesquisa, utilizam-se as etapas da metassíntese, conforme apresentadas, a seguir. Definiram-se os documentos oficiais, disponíveis nos *sites* das universidades federais, bem como as informações referentes à Psicologia, disponíveis nos *sites* da assistência estudantil dessas instituições. São documentos que pertencem a arquivos públicos, de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Através desses documentos constrói-se uma versão específica, ou mesmo, uma perspectiva mais ampla da Psicologia na assistência estudantil das IFES (FLICK, 2009).

A abordagem Sócio-Histórica (VIGOTSKI, 2004) defende a descrição e a interpretação do movimento histórico das produções conceituais, as quais são relacionadas à vida social e cultural. Trata-se de uma abordagem dinâmica e processual que procura a gênese e as causas dos fenômenos investigados como algo vivo e em movimento.

O grupo de pesquisa “Epistemologia e a ciência psicológica”, no qual se desenvolve a presente pesquisa, tem desenvolvido o método da metassíntese, especialmente com estudos das produções acadêmicas a fim de realizar uma crítica interna à ciência psicológica. Nesse contexto, as teses, dissertações, artigos, plataformas *online* de Grupos de Pesquisa do CNPq e Lattes são considerados documentos de divulgação da produção científica brasileira (BASTOS, 2014; CANUTO, 2017; LIMA, 2014; TRANCOSO, 2012).

Silva Júnior (2016) utilizou a análise de documentos com o objetivo de investigar a o conceito de pessoa com deficiência em seus aspectos históricos e psicossociais, no contexto da política pública. O *corpus* textual da pesquisa foi composto pelos relatórios finais das Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência, produzidos após 2006, ano de realização da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com deficiência. O estudo concluiu que,

Apesar da produção do conceito estar associada a avanços em relação a ações inclusivas direcionadas aos atores sociais, a manutenção histórica das condições precárias de vida excludentes dissolve as relações sociais e as práticas cotidianas. Dessa forma, a transformação do conceito preconiza a amplitude do seu engendramento, ao mesmo tempo em que revela a fragilidade do protagonismo frente aos interesses econômicos, políticos e culturais (p. 8).

Os dados constituídos na análise documental serão analisados e interpretados através dos Núcleos de Significação, proposta metodológica que visa a “apreensão das significações constituídas pelo sujeito frente à realidade com a qual se relaciona” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015), através da realização das seguintes etapas: levantamento de pré-indicadores; sistematização de indicadores; e sistematização dos núcleos de significação.

A primeira das etapas mencionadas busca identificar, no texto, a partir da leitura fluente e aprofundada do material, a palavra com significado, reveladora da forma de pensar e sentir do sujeito. No entanto, alertam Aguiar e Ozella (2013), não se trata de palavras soltas ou isoladas, mas de trechos compostos por palavras que conversam entre si, que se articulam e compõem um significado. Nesse momento da análise, o pesquisador realiza a primeira descrição detalhada das significações - a partir do registro das palavras e, por meio da articulação desses pré-indicadores, resultará na sistematização dos indicadores.

Na fase de sistematização dos indicadores, busca-se alcançar uma aproximação maior com os sentidos produzidos pelo sujeito, por intermédio da abstração, utilizando-se como fundamento os critérios de complementariedade, similaridade e contradição (AGUIAR; OZELLA, 2013). O que resulta, por sua vez, na sistematização dos Núcleos de Significação. É importante destacar que o processo não deve ser compreendido como uma sequência linear e sim

como um processo dialético em que o pesquisador não pode deixar de lado alguns princípios, como a totalidade dos elementos objetivos e subjetivos que constituem as significações produzidas pelo sujeito, as contradições que engendram a relação entre as partes e o todo, bem como deve considerar que as significações constituídas pelo sujeito não são produções estáticas, mas que elas se transformam na atividade do qual o sujeito participa (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 63).

Considerando o exposto, as estratégias metodológicas ponderaram o tipo de documento, se secundário, no caso dos artigos que compuseram o capítulo 3 e, se primário, no caso dos documentos dos *sites* das IFES.

4.1 Procedimento de busca e de análise de informações

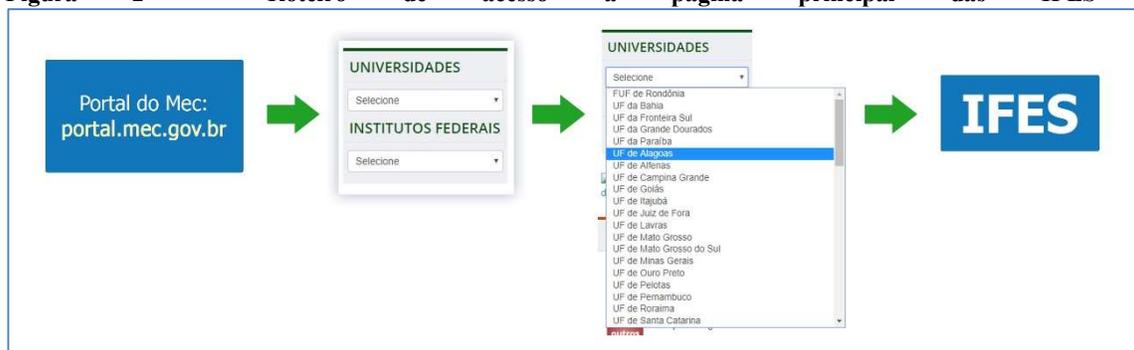
O procedimento de busca e análise de informações contemplou as seguintes fases próprias da metassíntese: exploratória, descritiva e interpretativa. A fase exploratória tratou da busca dos documentos nas páginas eletrônicas das IFES, utilizando-se do método de análise documental. Nesta fase, utilizaram-se ferramentas com o intuito de facilitar o acesso e a delimitação dos documentos que tratam do objeto de estudo, como por exemplo, a leitura seletiva (BASTOS, 2014; OLIVEIRA; BASTOS, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2015). Além disso, a leitura fluente (BARDIN, 2011), como técnica de refinamento utilizada no material encontrado, teve como objetivo demarcar os documentos submetidos às fases seguintes de análise: descritiva e interpretativa.

4.1.1 Fase exploratória e composição do *corpus* analítico

A fase exploratória compreendeu a busca dos documentos referentes à apresentação da Psicologia, na assistência estudantil, nas universidades federais. Trata-se do momento de localizar os textos, verificar a sua credibilidade e representatividade (CELLARD, 2012). Realizou-se uma busca nos *sites* das sessenta e três IFES, entre os meses de outubro e novembro do ano de 2018, com intuito de conhecer a realidade desse contexto, características e tipos de informações disponíveis e modos de sua apresentação.

Critério definido para guardar os documentos e produção de um banco de dados: documentos oficiais e informações disponíveis nos sítios da assistência estudantil de cada Instituição. O acesso às instituições ocorreu em 10 de outubro de 2018, por meio do portal do MEC, através do link: <http://portal.mec.gov.br/>. Na parte inferior do *site*, ao lado direito da página, uma ferramenta de busca permitiu o acesso às universidades, que, eram apresentadas, quando selecionadas. Ao solicitar o acesso, o usuário é direcionado para o sítio eletrônico desejado, conforme roteiro apresentado na figura abaixo.

Figura 2 – Roteiro de acesso à página principal das IFES



Fonte: a autora, 2019.

A busca pelos documentos de cada IFES ocorreu em dois momentos em função da origem do documento: os de cunho institucional e os da assistência estudantil. O acesso aos documentos institucionais por meio da página principal da instituição, enquanto os da assistência estudantil, do *link* da Pró-Reitora relacionada à assistência ao estudante. Importante mencionar que as Pró-Reitorias apresentaram nomenclaturas diferentes a depender da Instituição, como por exemplo: a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, na Universidade Federal da Bahia (UFBA); a Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); e a Pró-Reitoria de

Assistência Estudantil, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), só para citar algumas. Em ambos os acessos, – de cunho institucional e da assistência estudantil–, o nome da aba que direcionava para os documentos, variava conforme a instituição, predominando as seguintes: institucional; documentos; acesso à informação; publicações oficiais; transparência; resoluções e instruções normativas; e correlatos.

Nesse momento, considerou-se a presença de informações descritivas disponíveis nos sítios da assistência estudantil e que se relacionavam a ações, programas ou setores relacionados à Psicologia. O acesso a essas informações foi facilitado através da ferramenta “pesquisar” ou “busca avançada”, disponível na página da assistência estudantil da IFES, com uso do radical “psi”, e dos termos “mental” e “mentais”. O uso do radical “psi” se deu em função da percepção de variações sintáticas, semânticas e derivações da palavra psicologia, como “psicopedagógico”; psicossocial; “psicanalítico”; “psicológico” entre outros. Entende-se que, no tocante à definição de descritores, “para que se alcance um volume considerável de material relacionado ao objeto de pesquisa, os descritores devem ser construídos, considerando variações semânticas e sintáticas”. (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 149).

Em razão da presença importante nos *sites* (ver adiante no Quadro 3), optou-se pelos seguintes documentos: Relatórios de Gestão Institucional (RGI) das IFES; da Assistência Estudantil (AE); e as Informações da Psicologia na assistência estudantil (IP). Em função da intenção de identificar o percurso histórico da Psicologia na assistência estudantil, bem como as implicações do PNAES para a atuação, não foi estabelecido recorte do período de produção dos documentos.

QUADRO 3. Ocorrência e disponibilidade de documentos nos sites das IFES

Região	Nome	Origem	Documentos da Instituição					Documentos da AE	
			Relatório de Gestão	Estatuto	Regimento	PDI	Carta de serviços	Doc.	Informes do Site
Norte	UFAC	1974	X	X	X	X	X	X	---
	UNIFAP	1990	X	X	X	X	X	X	X
	UFT	2000	X	X	X	X	X	X	---
	UFAM	1909	X	X	X	X	X	X	---
	UFPA	1957	X	X	X	X	X	X	---
	UFRA	2002	X	X	X	X	X	X	X
	UNIR	1982	X	X	X	X	---	X	---
	UNIFESSPA	2013	---	X	X	X	X	X	---

Fonte: a autora, 2018. Fragmento do quadro 3, que se encontra completo no apêndice C.

Nesse momento exploratório e de montagem do *corpus* da pesquisa, algumas opções se apresentaram: escolher as IFES mais antigas, ou uma IFES representante por cada período histórico. Nesses dois casos, poderíamos focalizar a Psicologia e sua entrada na universidade

com finalidade histórica, ao longo também das histórias das IFES. Outra escolha poderia ser uma IFES representante por cada região brasileira com a finalidade de comparação geográfica.

Por fim, a escolha se efetivou por um aprofundamento maior em todos os aspectos, que possam ser gerados, das informações, na Região Nordeste, visto que o Programa de Pós-Graduação, a pesquisadora e o campo geográfico de sua atuação situam-se nessa região. Avaliou-se ainda que a Política de Expansão das universidades impactou, sobremaneira, a vida dos estudantes e a universidade no Nordeste brasileiro.

Relevante ainda destacar que a região Nordeste possui nove estados e dezoito IFES. De acordo com dados do MEC, a região apresentou crescimento significativo com relação ao número de *campi* (BRASIL/SESu/MEC, 2014), passando de trinta *campi*, em 2002, para noventa em 2014.

Na medida em que os documentos eram encontrados, foram organizados e arquivados em pastas (PIMENTEL, 2001), considerando a origem (IFES), o local (Institucional; assistência estudantil) e tipo (RGI; AE; IP). As informações encontradas nos *sites* foram salvas em um documento de formato “*Word*” e arquivadas em pastas. Os documentos encontrados apresentaram formatos variados: em “PDF”, “*Word*” e digitalizados.

Ressalta-se que, o momento de busca dos documentos nos sítios da assistência estudantil, constatou-se a presença de documentos oficiais nacionais (Decretos, Portarias, etc.), que foram desconsiderados, em função do foco dessa pesquisa, ou seja, da apreensão do significado atribuído pelas IFES. Portanto, critério de inclusão estabeleceu apenas os documentos institucionais produzidos pelas IFES.

Assim, identificaram-se 474 documentos, que foram submetidos à leitura flutuante, no intuito de verificar se estavam relacionados com os objetivos da pesquisa. Bardin (2011) considera importante estratégia para a delimitação criteriosa do material. A leitura flutuante

cumprir triplo papel: iniciar o investigador no esforço de impregnação com o material a ser analisado, refinar a primeira seleção realizada na leitura seletiva determinando de forma definitiva o corpus analítico da pesquisa, estabelecer, quando for o caso, as partes essenciais dos documentos a serem lidas em profundidade (OLIVEIRA et al, 2015, p. 150).

Como forma de auxiliar nesse processo, o pesquisador lançou mão das seguintes ferramentas de busca de texto: CTRL+L, se o documento em formato “Word”; CTRL+F, em “PDF”; e leitura direta, quando digitalizados. Utilizou-se os termos “mental” e “mentais” e o radical “psi”, com destaque em quantidade de palavras encontradas relacionadas ao radical “psi”. Considerando que o RGI traz um panorama geral da IFES, no qual aponta setores,

unidades ou ações da instituição, os termos foram buscados no tópico referente a assistência estudantil ou correlatos (ex: assistência ao educando).

Como resultado dessa pré-análise, 149 documentos foram selecionados, o que corresponde a 31,2% do total de documentos encontrados. Constatou-se que nove instituições não apresentavam todos os documentos sendo, portanto, excluídas para a próxima fase, uma vez que o conjunto de documentos amplia a compreensão dos dados relacionados à instituição. Nesse sentido, o universo da amostra foi composto por 88 documentos, oriundos de nove instituições do Nordeste brasileiro.

QUADRO 4. Panorama quantitativo dos documentos por IFES antes (S/LF) e após leitura flutuante (C/LF) – Região Nordeste

INSTITUIÇÃO	RELATÓRIOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL (RGI)		ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		
			Documentos		Informações
	S/ LF	C/ LF	S/ LF	C/ LF	
UFAL	16	10	13	3	1
UFBA	10	2	5	0	---
UFRB	12	9	126	6	---
UFC	7	6	---		4
UFMA	9	2	2	0	1
UFCG	15	6	1	0	4
UFPB	10	7	13	0	---
UFPE	5	5	4	1	1
UFRPE	9	7	8	1	2
UNIVASF	8	0	4	1	---
UFPI	5	5	12	7	2
UFERSA	9	2	9	1	1
UFERN	17	8	20	1	4
UFS	15	10	20	0	2
UFCA	5	3	8	4	6
UFSB	4	2	28	1	1
UNILAB	7	3	3	1	5
UFOB	---		---		1
TOTAL	163	87	276	27	35

Legenda: (---) Indisponível no site; (LF) – Leitura flutuante. As Ifes com realce na cor amarela foram as que apresentaram todos os documentos no *site*. Fonte: autora, 2019.

4.1.2. Fase descritiva

Demarcados os documentos e composto o *corpus* da pesquisa, parte-se para a síntese descritiva dos documentos. Trata-se do início do tratamento dos dados que, através de indicadores quantitativos, possibilita o alcance do movimento histórico e institucional da Psicologia na assistência estudantil. Nessa fase serão contempladas as seguintes informações:

tipo de documento, vinculação institucional e série história. Além dessas, realiza-se descrição histórica dos termos da Psicologia disponíveis nos documentos.

Para facilitar este processo foi realizado fichamento do material (Figura 3). Na medida em que os termos eram encontrados, eram grifados, bem como foram marcadas as informações que, relacionadas aos termos, se repetiam em outros documentos. Esse procedimento teve como objetivo, também, auxiliar no processo de identificação dos pré-indicadores, para posterior delimitação dos indicadores e núcleos de significação, que irão compor a síntese interpretativa, apresentada no capítulo 6.

Figura 3: Fichamento dos documentos das IFES

<p>Diante disso, o Setor de Atenção Psicossocial (SATEPSI) da UNILAB se propõe a receber [redacted] que desejem ser acompanhados por profissionais da Psicologia. O setor alinha-se às atuais diretrizes da Política Nacional da Assistência Estudantil, oferecido pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), através da [redacted] de Assistência à Saúde do Estudante (COASSE).</p> <p>A equipe disponibiliza ao [redacted] diversas modalidades de acompanhamento: atendimento clínico individual e em grupos, plantão psicológico, ações no âmbito psicopedagógico; escuta ativa [redacted]; interlocuções com docentes; atividades interdisciplinares de [redacted]; ações de orientação profissional e planejamento de carreira, entre outras. São trabalhados variados temas, como: acolhida ao estudante recém-chegado; adaptação à vida acadêmica, atenção às pessoas em situação de violência; questões de gênero, dentre outros, buscando oferecer espaços de acolhimento nos diversos desafios suscitados pelo cotidiano acadêmico. (ações)</p> <p>INFORME 2: Atendimento Psicológico O atendimento psicológico na Unilab, nos campi do Ceará, ocorre por meio do [redacted]. Essa forma de atendimento pretende facilitar o acesso ao serviço de psicologia, oferecendo um espaço de pronto acolhimento para [redacted] que sinta necessidade de uma escuta psicológica profissional. Poderá ser abordada qualquer questão que provoque sofrimento e/ou incômodo ao estudante, sendo necessário apenas a sua disponibilidade para falar sobre isso. O atendimento acontece por ordem de chegada, sem que seja necessário um agendamento prévio. Para ser atendido, [redacted] deve dirigir-se aos locais de atendimento.</p> <p>Atribuições do psicólogo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento psicológico individual e/ou grupal, conforme demanda; - Realizar Plantão Psicológico; - Orientar e encaminhar estudantes para serviços de saúde locais e nos Regionais, especialmente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); - Ações de acolhimento [redacted], considerando os aspectos subjetivos vinculados à inserção na vida universitária; - Construir espaços para escuta e expressão de sentimentos, sentidos e experiências [redacted] relativos aos desafios do cotidiano acadêmico e ao processo saúde-doença-cuidado, atentando para suas relações com as práticas culturais; - Desenvolver atividades de recepção e acolhida do estudante estrangeiro, tendo em vista os desafios sociopsicológicos vinculados aos processos migratórios e as consequentes dificuldades de adaptação e inserção em um novo contexto cultural. - Atuar na divulgação para [redacted] sobre o SUS e os serviços de saúde locais, atentando para o seu processo de vinculação simbólica e apropriação psicossocial em relação à nova cidade de moradia. <p>INFORME 3: PROJETO GAPS - GRUPOS DE APOIO PSICOSSOCIAL A inserção na vida universitária é um processo permeado por inúmeros desafios para [redacted]. São múltiplas transformações em curso, que envolvem desde a escolha profissional, o contato com novos conteúdos, exigências e métodos de ensino/aprendizagem, até mudanças na rotina e nos relacionamentos interpessoais.</p> <p>No caso [redacted], é comum que a todas essas mudanças somem-se os desafios de lidar com a distância da família e com um universo notadamente multicultural, em que a dimensão da integração ganha uma relevância ainda maior. A vivência desse processo pode</p>
--

Fonte: a autora, 2019.

4.1.3. Fase interpretativa

Na fase interpretativa, busca realizar uma discussão conceitual a partir dos núcleos de significação, processo iniciado na fase descritiva, a partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica, especialmente no que se refere ao movimento histórico de manutenção e ruptura do processo de significação da Psicologia na assistência estudantil. Importante destacar que, os pressupostos da Psicologia Escolar e Educacional contribuíram, sobremaneira, nessa fase.

Assim, as inquietações e o percurso metodológico, com seus recortes necessários, se apresentaram. A seguir, no próximo capítulo, encontra-se a descrição do panorama sócio-histórico da Psicologia, na assistência estudantil, no Nordeste brasileiro.

5 PANORAMA DESCRITIVO: PERCURSO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO NORDESTE BRASILEIRO

Neste capítulo apresenta-se a descrição do *corpus* desta pesquisa. A organização se deu em torno de três segmentos de discussão, a saber: o tipo de documento; a vinculação institucional; e a série histórica. Nesta, será apresentada a descrição dos termos relacionados à Psicologia, reveladores dos pré-indicadores que irão compor indicadores e, posteriormente, os núcleos de significação.

5.1 Tipo de documento

Conforme apontado logo abaixo no Quadro 5, os documentos que compõe o *corpus* da pesquisa são de origem institucional (RGI) e da assistência estudantil (AE e IP), totalizando 88 documentos. Os primeiros apresentam um panorama geral da Instituição, enquanto os segundos são específicos de um setor dessa Instituição, nesse caso, a assistência estudantil.

QUADRO 5. Panorama descritivo do *corpus* da Pesquisa

INSTITUIÇÃO	DOCUMENTO INSTITUCIONAL	DOCUMENTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
	RGI	AE	IP
UFAL	10	3	1
UFRN	8	1	4
UFRPE	7	1	2
UFPI	5	7	2
UFPE	5	1	1
UFCA	3	4	6
UNILAB	3	1	5
UFSB	2	1	1
UFERSA	2	1	1
TOTAL	45	20	23

Fonte: autora, 2019.

Conforme quadro acima, a IFES que apresentou maior número de RGI foi a UFAL, seguida das outras instituições que possuem mais tempo de origem (UFRN, UFRPE, UFPI, UFPE). Vale salientar que o RGI se trata de documento de divulgação obrigatória, pois segundo a Lei de Acesso à Informação, lançada em 2011, os órgãos e entidades públicas deverão atender, entre outros, ao seguinte requisito: “possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações”. Ainda conforme esta Lei, após sessenta dias de

sua vigência, cada órgão ou instituição teria que “monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento” (BRASIL, 2011). Tais apontamentos parecem direcionar e justificar o maior quantitativo de RGI na amostra. Nessa direção, o total de RGI (45) é maior que o total de documentos da assistência estudantil (43).

Do total de 43 documentos da assistência estudantil, 23 são Informações da Psicologia (IP) e 20 distribuem-se em Atos Administrativos (Regimentos, Instruções Normativas e Resoluções), manual e relatórios. Destes relatórios, 6 eram oriundos da UFPI e objetivaram relatar as ações desenvolvidas pela assistência estudantil a partir de 2011, enquanto 1 originou-se na UFSB e se tratava de relato de atividade desenvolvida pela Psicologia, no setor de assistência estudantil.

Nessa direção, considerando o tipo de documento, observa-se que o *corpus* da pesquisa é formado por 51 relatórios, divididos da seguinte maneira: 45 RGI e 7 AE, sendo 6 relatórios da UFPI e 1 relatório da UFSB. Segundo o dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa, relatórios são documentos utilizados para exposição detalhada de uma atividade, projeto, estudo e/ou fatos desenvolvidos (GEIGER, 2012). No contexto normativo e institucional, relatórios são considerados

documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro (TCU, 2010).

Os relatórios de gestão são, portanto, sinônimo de prestação de contas do que foi realizado, em determinado período, a partir dos recursos disponibilizados à instituição. A prestação de contas, por sua vez, trata-se de obrigação que cabe, tanto ao Presidente da República, como aos administradores de órgãos e entidades do setor público. O objetivo final desse documento é propiciar transparência e responsabilidade na administração pública, bem como garantir a informação aos cidadãos (<https://portal.tcu.gov.br/contas/administracao/acordeao-de-links/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas.htm>).

Os RGI, devido sua função de apresentar as ações e as atividades de uma instituição, se mostraram extensos quanto ao número de informações e de páginas. No que concerne aos Relatórios da Assistência Estudantil (AE), se mostraram menores por circunscrevem seus relatos em uma atividade desenvolvida ou em atividades desenvolvidas por um setor.

Conforme já mencionado, além dos relatórios, a assistência estudantil apresentou Atos Administrativos (Regimentos, Instruções Normativas, Resoluções) e um manual. Para Carvalho (2017, p. 289) Atos Administrativos são “atos gerais e abstratos que geram obrigações a uma quantidade indeterminada de pessoas, dentro dos limites da lei”, que emitidos por agentes públicos, buscam produzir efeito em um grupo ou na sociedade a partir das orientações apontadas. Permanecem como referência ao longo dos anos, e caso sofram alterações, estas são apontadas no novo documento, considerando o documento anterior. Já manual trata-se de guia que visa explicar o funcionamento de algo, que serve como documento explicativo e orientador.

No que concerne às Informações da Psicologia (IP) disponíveis no *site* da assistência estudantil, se caracterizaram por serem curtas e pontuais, e apontavam, geralmente, para o que era ofertado pelo setor, possuindo, também, caráter orientador. De modo geral, os documentos, quanto ao tipo, se apresentaram como relatórios, atos administrativos, manuais e informações.

5.2 Vinculação institucional

Os 88 documentos são oriundos de 9 IFES do Nordeste brasileiro. Dessas instituições, cinco são instituições mais antigas, com histórico de referência em pesquisa, ensino e extensão em seus respectivos estados. Enquanto quatro instituições são mais recentes e fizeram parte do processo de expansão (interiorização, estruturação e expansão, desenvolvimento regional e programas especiais) do governo federal, proposta que estava alinhada ao Plano Nacional de Educação (2001/2010), instituído pela Lei nº 10.172/2001, que priorizava o aumento do número de estudantes em todos os níveis e etapas de ensino, e tomou corpo com o REUNI.

Das universidades mais antigas, temos a UFPE, a UFRPE, a UFRN, a UFAL, e a UFPI que respondem pelo total de 58 documentos que compõem o *corpus* da pesquisa. A UFPE e a UFRPE estão localizadas em Recife, no estado de Pernambuco, e foram fundadas nos anos de 1946 e 1947, respectivamente. Originária do ano de 1958, a UFRN está localizada em Natal, Rio Grande do Norte. A UFAL, que se localiza no estado de Alagoas, foi fundada em 1961. Já a UFPI está situada no estado do Piauí, desde o ano de 1971.

Conforme apontado, mais cinco IFES, originárias do processo de expansão fizeram parte da amostra, dentre as quais a UFERSA, a UNILAB, a UFSB e a UFCA. 30 documentos foram provenientes dessas IFES. É importante destacar que o processo de expansão foi dividido em três etapas. A fase I ocorreu de 2003 a 2007 e objetivou interiorizar o ensino superior

público. Como resultado desta fase, tem-se a UFERSA, instituição localizada no Semiárido, região não metropolitana do estado do Rio Grande do Norte, que foi instituída pela Lei nº 11.155 de 29/07/2005. Essa fase visou “reduzir as assimetrias regionais responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo” (BRASIL, 2014, p. 36).

Em seguida, tivemos a implantação do Reuni que enfatizou a reestruturação e expansão das IFES, caracterizando assim a fase II, compreendida entre os anos de 2008 a 2012. Nessa fase temos o surgimento da UNILAB, através da Lei nº 12.289 de 20/07/2010, “que nasce da ideia integrar a educação superior brasileira aos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial com o continente africano” (MEC, ano, p.38). Por fim, temos as universidades localizadas no Ceará (UFCA - Lei nº 12.826, de 05/06/2013) e na Bahia (UFSB - Lei nº 12.818, de 05/06/2013), que fizeram parte da fase III, caracterizada “pela continuidade das propostas anteriores e a sua complementação com iniciativas específicas de desenvolvimento regional” (BRASIL, 2014, p.35).

Com relação ao quantitativo de documentos apresentados, as IFES mais antigas apresentaram maior representatividade de termos relacionados à Psicologia, com total de 65,9% de documentos. As instituições mais recentes, fruto do processo de expansão apresentaram 34,1% da amostra. Ao analisar as afirmativas anteriores, é importante considerar a ano de surgimento das IFES, maior nas primeiras. Desta feita, não podemos afirmar que as IFES mais antigas se apresentam à frente no que concerne a produção de documentos com a presença da Psicologia. Investigações posteriores podem aprofundar essa relação.

5.3 Série histórica

Com relação à série histórica (BASTOS, 2014), os documentos se apresentaram de 2004 a 2018, conforme Quadro 6 e Gráfico 1, abaixo. Ressalta-se que muitas das informações (IP) disponíveis no sítio da assistência estudantil não disponibilizavam o ano de sua publicação. Aquelas que possuíam eram colocadas no ano correspondente, ou ao ano que se mostrava correlacionadas conforme conteúdo expresso na Informação¹⁰ (IP). Já aquelas que não

¹⁰ Apenas uma informação apresentou conteúdo expresso relacionado a ano anterior.

possuíam data, foram apontadas como correspondendo ao ano em que foi encontrada no *site*, ou seja, em 2018¹¹.

Quadro 6. A presença da Psicologia nos documentos das IFES

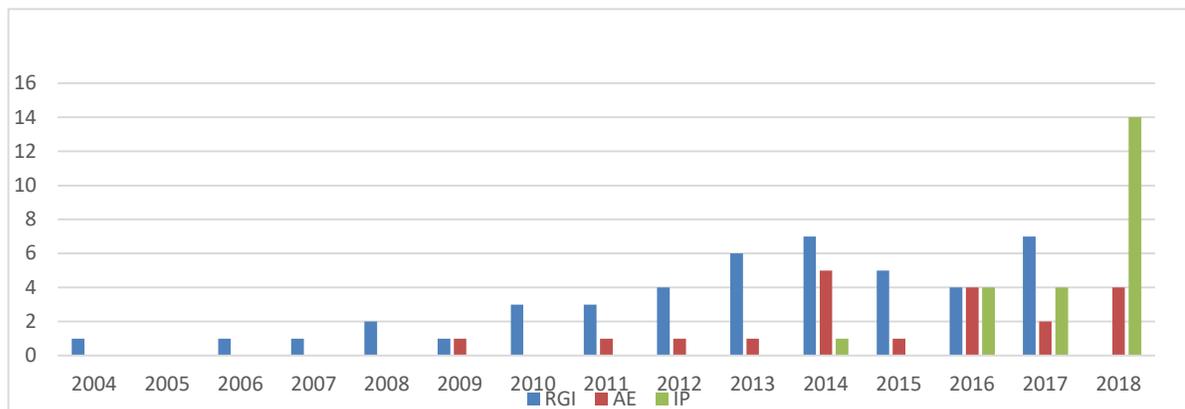
IFES/ANO		2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
UFPE (1946)	RGI										X	X	X	X	X	
	AE													X		
	IP															X
UFRPE (1947)	RGI					X		X	X	X	X	X			X	
	AE													X		
	IP															X
UFRN (1958)	RGI						X	X	X	X	X		X	X	X	
	AE									X						
	IP															X
UFAL (1961)	RGI	X		X	X	X				X	X	X	X	X	X	
	AE															X
	IP															X
UFPI (1971)	RGI								X	X		X	X	X	X	
	AE										X	X	X	X	X	
	IP													X		
UFERSA (2005)	RGI							X	X							
	AE						X									
	IP															X
UNILAB (2010)	RGI										X	X			X	
	AE															X
	IP													X		X
UFSB (2011)	RGI											X	X			
	AE														X	
	IP															X
UFCA (2013)	RGI										X	X			X	
	AE											X				
	IP														X	X

Fonte: a autora (2019). Legendas: PNAES/ Documento disponível no *site*/ Documento Institucional – RGI/ Documentos da assistência estudantil: AE- Relatórios, Manuais, Regimentos, Resoluções, Instruções Normativas e IP- Informações da Psicologia

O quadro acima apresenta a disponibilidade dos documentos que apresentam termos da Psicologia, nos *sites* das IFES. A título de exemplo: a presença do “x” na coluna referente ao ano de 2016 e na linha referente a sigla AE, significa que a Instituição disponibilizou este tipo de documento naquele ano. Optou-se também por destacar: na cor amarela, o ano de surgimento do PNAES, programa de referência para ações desenvolvidas na assistência estudantil das IFES; e na cor cinza, a existência de documento no *site*. Tais demarcações permitem identificar o movimento histórico, considerando a política de permanência nas IFES. Permite situar, assim, o movimento histórico da Psicologia nas IFES do Nordeste brasileiro a partir de 2004.

Com relação ao quantitativo total de documentos produzidos pelas IFES, elaborou-se o Gráfico 1 abaixo. Nele, considerou-se conteúdo expresso nos documentos.

¹¹ A opção mencionada se deu considerando o acesso da pesquisadora ao *site*, bem como a característica da IP (elas não possuíam data de divulgação e data de validade, mas se apresentavam como orientação àqueles que acessavam o sítio da assistência estudantil) o que sugeria validade para o ano em vigência.

Gráfico 1: Distribuição dos documentos

Fonte: a autora, 2019.

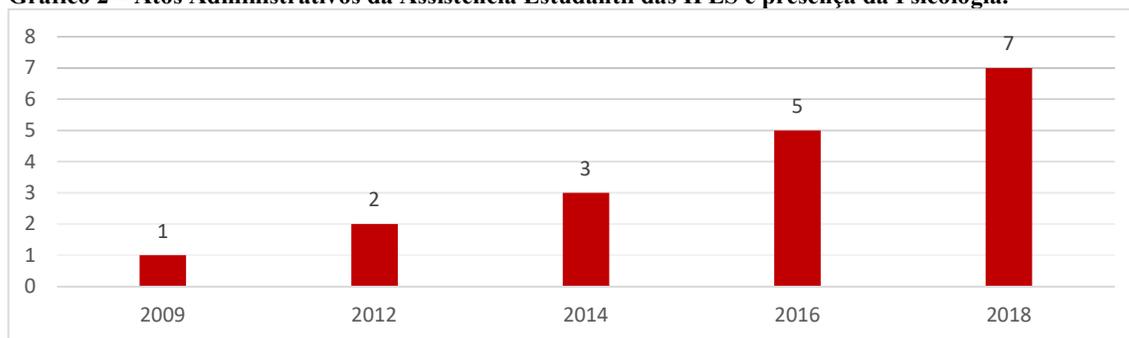
De acordo com o Quadro 6 e o gráfico 1, é possível afirmar que, após o ano de 2010, houve aumento do número de IFES que apresentaram documentos com a presença dos termos da Psicologia em seus documentos, representado, principalmente, por meio de RGI. Movimento ascendente é observado de 2011 a 2014. Em meados desse período, especificamente em 2013, temos o nascimento de duas instituições. Assim, em 2014, sete instituições apresentaram RGI com termos relacionados à Psicologia na assistência estudantil. Além disso, de acordo com gráfico 1 é o primeiro ano apontado no gráfico como apresentando os três documentos.

É importante destacar que, em 2011, foi publicada a Lei 12.527, de 18 de novembro, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de garantir o acesso a informações. Devem cumpri-la os órgãos públicos da administração direta (poder Executivo, Legislativo e Judiciário) e “as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

No entanto, ocorre um decréscimo nessa curva nos anos de 2015 e 2016, retornando a crescer em 2017. Observa-se um movimento intermitente da presença dos termos referentes à Psicologia nos RGI em praticamente todas as IFES, tendência que se repete nos anos subsequentes. Pode-se verificar que a UFAL apresenta, em 2008, a presença de termos no seu RGI e só volta a apresentar em 2012; a UFRPE apresentou em 2008, voltando a apresentar em 2010; A UNILAB apresenta em 2013 e 2014 e volta a apresentar em 2017; já a UFCA possui termos em 2013 e 2014 e nos anos de 2015 e 2016 não apresenta; a UFERSA, por sua vez apresenta apenas nos anos de 2010 e 2011.

Com relação aos documentos da assistência estudantil, observa-se destaque para o ano de 2016, ano em que as IFES apontaram disponibilidade de IP. Com relação aos Atos Administrativos (Regimentos, Resoluções, Instruções Normativas) possuem como características a permanência como referência ao longo dos anos nas IFES. Desta feita, considerando o exposto, foi elaborado o gráfico 2, e pode-se dizer que, ao longo dos anos, aumentou o número de IFES que possuíam Atos Administrativos ou regulamentos internos com presença da Psicologia.

Gráfico 2 – Atos Administrativos da Assistência Estudantil das IFES e presença da Psicologia.



Fonte: a autora, 2019.

De modo geral, os dados sugerem que cresce o número de IFES que apresentam termos relacionados à Psicologia, a partir da implementação das políticas de expansão, acesso e permanência no ensino superior. Essa afirmativa poderá ser ampliada ou refutada após análise descritiva dos documentos, conforme conteúdo expresso historicamente, que se apresentará a seguir.

5.3.1 A Psicologia que se apresenta nos documentos

A presente seção optou pela descrição, com eixo de argumentação, datada historicamente. Assim, o ano de 2004 surge como um marco gerador dos termos vinculado à Psicologia em nossos achados. A “**assistência psicológica**”¹² aparece como um dos objetivos a serem alcançados pela Pró-reitoria Estudantil da UFAL, que também deveria “viabilizar a **assistência biopsicopedagógica** aos dependentes dos dois segmentos da universidade”. Nos

¹² Nesta seção, os termos identificados nos documentos referentes à Psicologia serão marcados em negrito, a fim de destacar sua presença e estabelecer o eixo de argumentação descritiva do estudo. Destaca-se ainda que integram as citações dos documentos analisados.

anos de 2006 e 2007 são realizados, por esta mesma instituição, encaminhamentos do estudante para “diversas **especialidades**” no Hospital Universitário da Instituição. Os encaminhamentos apareciam incluídos na “**assistência médica**”, inserida nas “**políticas na área da saúde**”, ofertadas pela assistência estudantil. Dentre as especialidades apontadas, encontrava-se a “**Psicologia**”, o que sugere a ausência de profissionais de Psicologia, na assistência estudantil da Universidade. Por outro lado, indica a presença da Psicologia como integrante das áreas consideradas nesse contexto.

No ano seguinte, em 2008, duas instituições (UFRPE e UFAL) se apresentam com RGI. Em uma delas (UFRPE), é apontada uma “Coordenadoria” de “**Apoio Psicossocial**” da Pró-reitoria de Gestão Estudantil. Esta é responsável pela “Assistência ao Educando do Ensino de Graduação”. A UFAL, por sua vez, aponta a prestação da assistência nas áreas médica, odontológica e “**psicológica**”, através de encaminhamentos para Hospital Universitário da Instituição.

No próximo ano, 2009, duas IFES trazem um RGI e um AE (Regimento Interno da Pró-reitoria), cada. No RGI da UFRN é apontado que “a Universidade também oferece outros serviços aos estudantes, tais como assistência médico-odontológica, concessão de bolsas em diversas modalidades, além de **assistência psicológica** e religiosa”. No Regimento da UFERSA é apontado como objetivos da Pró-Reitoria “assessorar na **assistência** médico-odontológica, **psicológica**, ambulatorial e de análise do corpo discente”. Além disso, é apresentada a Coordenadoria de Esportes e Saúde que busca “definir a política de esportes, **assistência** médica, **psicológica**, odontológica a ser adotada, e executá-la” e, vinculado a este setor, se encontra o Setor de Saúde que é “responsável pelo planejamento e execução de programas destinados ao **atendimento** médico, odontológico, **psicológico**...”.

Os documentos datados de 2010, três RGI, apresentam termos relacionados à Psicologia. De acordo com o Relatório da UFRN “torna-se imprescindível que a política de assistência estudantil viabilize mecanismos de promoção ao acesso, permanência e conclusão [...], dando subsídios a melhores **condições** econômicas, sociais [...], culturais físicos e **psicológicos**”. Duzentos e noventa e sete (297) atendimentos em “assistência em saúde (**psicológica**, médica e odontológica)” foram realizados. Segundo o RGI da UFRN,

o atendimento às necessidades dos discentes desta instituição ocorreu por meio da Bolsa Residência; Bolsa Alimentação; auxílio-transporte; acompanhamento acadêmico; atenção a promoção integrada da saúde, com **atendimento psicológico**, médico e odontológico, entre outros [...].

Em outra Instituição (UFRPE) foi apontada a “Coordenação de **Apoio Psicossocial**”. Na UFRSA foi indicado o quantitativo de “**atendimentos psicológicos**” realizados no ano corrente. Vale salientar que esta instituição disponibilizou, no ano anterior, Regimento interno onde destaca a realização de assessoramento na “**assistência psicológica**”, planejamento de programas em “**psicologia**” e definição de “**políticas de assistência psicológica**”¹³.

Os demarcadores datados historicamente permitem indicar que, após 2010 os dados apontam movimento ascendente com relação à presença de termos relacionados à Psicologia nos documentos, bem como acréscimo e detalhamento das informações disponibilizadas. A título de exemplo, em 2009, a UFRN aponta que “a Universidade também oferece outros serviços aos estudantes, tais como assistência médico-odontológica, concessão de bolsas em diversas modalidades, além de **assistência psicológica** e religiosa”. Em 2011 essa mesma instituição, em seu RGI desenvolve o seguinte texto:

Com o propósito de atender às metas de expansão e reestruturação com qualidade acadêmica das matrículas do ensino de graduação e Expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* do PDI da UFRN, desenvolve as seguintes atividades:

- atendimentos a grupos de:
 - Reorientação profissional;
 - Apoio psicológico**;
 - Terapêuticos.
- **Atendimento psicológico: o Serviço de Psicologia** do DEAE atendeu, em 2011, 860 estudantes, sendo 570 no primeiro semestre e 290 no segundo semestre. Observa-se que a meta para 2011 de atendimentos do **Serviço de Psicologia** era de 700 participantes, tendo sido, portanto, ultrapassada.

No ano de 2011, quatro instituições apresentaram quatro documentos correspondentes (3 RGI e 1 AE). A UFRPE apontou a “Coordenadoria de **apoio psicossocial**” em seu organograma. A UFRN detalhou (citação acima) ações e apresentou o “**Serviço de Psicologia** do DEAE”, que superou a meta do quantitativo de atendimentos realizados. Além disso, informou déficit de profissionais de Psicologia “**nos setores de atendimento psicológico**”, com a necessidade de “adoção de providências para o aumento do **quadro de psicólogos**”. A UFPI, no Relatório da Assistência Estudantil (AE) definiu o “**Serviço psicossocial**” como setor que presta atendimento a comunidade universitária por meio de **ações psicopedagógicas**, que realiza vários tipos de **atendimento psicológico**, dentre os quais: “**avaliação psicológica**”; “**aconselhamento psicológico**”; “**apoio psicopedagógico**”, “visitas domiciliares”, com destaque para a “**psicoterapia individual**”, demanda que predominou no Serviço. Ainda de

¹³ Os atos administrativos (Regimentos internos, Instruções normativas, Resoluções) e o Manual Operacional Padrão, por suas características, se mantêm como referências para os anos seguintes.

acordo com o documento, o “**apoio psicopedagógico**” é realizado em parceria com a Pedagogia, categoria também presente no setor, “e tem como foco a resolução de problemas de aprendizagem”. A UFERSA, por sua vez, apontou o quantitativo de “**atendimentos psicológicos**” realizados.

Em 2012 cinco instituições, com 4 RGI e 1 AE (Regimento) apresentaram presença dos termos. A UFRPE afirmou no RGI que a Pró-reitoria de Gestão Estudantil “busca assegurar as condições mínimas adequadas para que os estudantes encontrem o necessário incentivo e “**apoio psicossocial**”, pedagógico e logístico”. A UFRN, apresentou dois documentos: 1 Relatório de Gestão Institucional e um AE. No primeiro teve destaque o quantitativo de 1261 “**atendimento psicológico e social**” realizados, o suporte ao aluno estrangeiro através, também, de “atenção à saúde nos aspectos médicos, odontológicos, **psicológicos e psicossociais**”, e quantitativo de atendimentos “**psicológicos**” e “**psicopedagógicos**” realizados a estudantes com deficiência. No Regimento da Pró-reitora a instituição apresentou a “Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante” em que o “**Setor de Psicologia**” estava vinculado. Segundo o documento, o Setor tinha como objetivos “realizar atendimentos individuais ou coletivos aos estudantes que necessitam de “**apoio psicológico**” e “realizar estudos, pesquisas e avaliar os processos sociais de indivíduos, grupos e instituições com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação”.

O “**apoio psicológico**”, associado a outras intervenções como orientação acadêmica e pedagógica, foi ofertado pela UFPI como forma de contribuir para a permanência do aluno na Universidade. A UFAL trouxe o cenário de expansão do ensino superior nos *campi* do interior e sugeriu, no seu RGI, que

a operacionalização dos projetos já existentes, e de novos que venham a atender às demandas e especificidades da realidade local, acontece mediante uma equipe composta de um coordenador e vice-coordenador, um assistente social, um **psicólogo** e um educador físico.

Além disso, informou que os Programas de Assistência Estudantil incluíam também “encaminhamento médico e encaminhamento para **atendimento** odontológico e **psicológico**”, este último oferecido pela Clínica Escola do Curso de Psicologia da UFAL.

Em 2013 amplia-se para sete o número de instituições que apresentaram documentos com a presença da Psicologia, com destaque para os RGI, num total de 6, e 1 AE, também Relatório. Nesse ano, a UNILAB concedeu aos estudantes diversos auxílios, “assim como **atendimento técnico** com os profissionais na **área** de Serviço Social, **Psicologia**, Nutrição”. A UFRPE apontou que a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGEST)

tem por base orientar e executar programas, projetos e ações que atendam prioritariamente aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica buscando a formação plena, **bem-estar psicossocial** e melhoria do desempenho acadêmico.

Foi informado também que, para realização do “**atendimento psicossocial** ao discente”, a unidade “conta com **apoio Psicológico** e de Assistência Social”, que totalizam 1.561 “**atendimentos psicológicos** e de serviço social” realizados na Sede. Já a UFRN mostrou que, no que concerne a “assistência à saúde”, vários setores realizaram atendimentos aos estudantes: **Setor de Psicologia**; Psiquiatria; Setor Médico etc. Nessa direção, foram ações realizadas pelo “**Setor de Psicologia** e atenção à saúde do estudante”:

- 1) Projeto de Extensão Hábitos de Estudos: Plantão de Orientação de Estudos, Palestras e Oficinas do Projeto Hábitos de Estudos, Grupo de Desenvolvimento de Habilidades para a Vida Acadêmica, Grupo de Reorientação Profissional, I Ciclo de Palestras e Workshop: Hábitos de Estudo e Formação Profissional;
- 2) Programa de Aconselhamento em Saúde: distribuição de insumos de prevenção sexual, Orientação individual de aconselhamento em saúde, Oficinas de aconselhamento e prevenção aos residentes universitários do CERES, I Evento de Prevenção & Cultura e testagem HIV/Sífilis;
- 3) **Programa de Atenção à Saúde Mental: Plantão Psicológico, Atendimento Psicoterápico Individual**, Grupo de Apoio Terapêutico, Atendimento Psiquiátrico;
- 4) Orientação a docentes e familiares, mediação de conflitos, visitas técnicas mensais aos residentes universitários do CERES, **atendimentos psicológicos individuais** a residentes universitários do CERES.

Ainda em 2013, a UFPI apontou, em Relatório (AE), que a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

tem investido significativamente no desenvolvimento de programas e projetos que garantam benefícios aos alunos e em ações estruturantes, que instrumentalizam a prática acadêmica com **ferramentas psicopedagógicas** de apoio àqueles com necessidades educacionais especiais [...], sob a responsabilidade de um corpo multidisciplinar de profissionais.

Dentre estes profissionais encontram-se “**psicólogos**”. Para tanto dispõe do “**Serviço Psicossocial e Pedagógico - SEPS**”, que realiza “**acompanhamento sociopsicopedagógico**”, buscando “apoiar o estudante e o servidor, contribuindo para a superação de **dificuldades** sociais, **psicológicas** e pedagógicas, surgidas durante o processo de formação acadêmica”. Este setor realizou, em 2013, diversos procedimentos, dentre os quais: **avaliação psicológica, aconselhamento psicológico e psicoterapia individual**”. Totalizou 1207 “**sessões psicológicas**”, além de “**uma intervenção psicológica grupal** na Residência Universitária II” e “um encontro de **escuta psicopedagógica**” aos alunos do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G)”. Foi apontada a necessidade de ampliação do Serviço.

Considerando as metas relacionadas ao processo de interiorização, a UFAL continuou apontando que, para operacionalização dos projetos já existentes, uma equipe deveria ser composta por vários profissionais no interior, dentre estes o **psicólogo**. Informou ainda que com relação ao “Programa de atenção à saúde do estudante”, “encaminhamentos médicos e odontológicos” foram realizados, sendo apontado quadro de “especialidades no Atendimento em Saúde ao Estudante pelo HUPAA – 2013”, aparecendo a “**Psicologia**” com total de 56 encaminhamentos realizados para esta “especialidade”. Na UFCA, expediente interno foi realizado para avaliação “de ajuda custo, solicitação de transporte pelos alunos, **acompanhamento psicopedagógico** etc”.

Diferente das IFES anteriores, a UFPE ofertou “**auxílio psicológico**” para a realização de “**acompanhamento psicológico** do estudante”, que eram encaminhados para **profissionais de Psicologia**. De acordo com o RGI da instituição, cabe a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES): “a) administrar as bolsas e auxílios para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante editais e avaliados pela **equipe psicossocial** do setor”. Percebe-se expansão do setor nas unidades acadêmicas que estão instaladas no interior do estado, com “instalações do Núcleo de Assistência Estudantil e **Apoio Psicossocial**”, contendo diversas salas, incluindo “duas **salas de psicologia**”.

Considerando o conteúdo dos documentos, 2014 é o ano em que todas as IFES trouxeram a Psicologia em seus documentos, com total de 13 documentos distribuídos da seguinte maneira: 7 RGI, 5 AE e 1 IP. A UNILAB realizou o “Círculo de Chegada e Boas-Vindas”, atividade de “acolhida de calouros estrangeiros realizada em parceria com o NIAS/PROPAE, através do **Serviço de Atendimento Psicológico (SATEPSI)**”. Em 2014 “277 atendimentos clínicos individuais aos estudantes, mediante o **Serviço de Atenção Psicológica (SATEPSI)**, em parceria com a Coordenação de Saúde e Bem-estar (COSBEM)” foram realizados. O RGI destacou que a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAE) realizou, além dos auxílios financeiros,

a atividade de **atendimento psicológico** e social aos estudantes, através dos profissionais técnicos-administrativos da Unilab, que trabalham de forma articulada no intuito de garantir que os estudantes tenham os **meios psicossociais** suficientes para o bom andamento de suas relações com a universidade, outros estudantes e a comunidade externa em geral.

O “Setor de prevenção e urgências” foi apresentado pelo Relatório da UFSB. O setor, que é vinculado a “Coordenação de Qualidade de Vida”, ofereceu “cinco tipos fundamentais de “**atendimento psicológico**”, dentre os quais:

-Plantão psicológico: categoria de atendimento imediato e pontual com o objetivo de tornar mínimo o sofrimento existencial. O foco se mantém nas demandas trazidas pelo paciente na procura – oportunizando a reflexão destinada a uma resolução mais imediata das motivações iniciadoras do atendimento;

-Psicoterapia: categoria de atendimento focado na **psicoterapia breve**, nos casos que demandem um período mais longo de acompanhamento;

-Problemas de aprendizagem: realizar acompanhamento e tratamento de dificuldades específicas de aprendizagem;

-Orientação profissional: auxiliar estudantes da UFSB nos processos decisórios de suas escolhas de formação e profissional;

-Apoio familiar: considerando a mobilidade proposta pelo projeto da UFSB, realizar acompanhamento especializado com estudantes que estejam apresentando dificuldades em função do afastamento de suas famílias;

A Pró-reitoria de Gestão Estudantil (PROGEST), na UFRPE, buscou garantir o “**bem-estar psicossocial**”. Além disso, o documento apontou que “os **serviços social, psicológico e pedagógico** vêm atuando de forma compartilhada aprimorando as ações do acompanhamento ao discente.” Nessa instituição o “**atendimento psicossocial ao discente**” conta com o “**apoio Psicológico e de Assistência Social**”.

Com ações direcionadas ao tripé “ingresso – permanência conclusão”, a UFPI, através de seu Relatório de Gestão Institucional apontou que, a PRAEC desenvolveu atividades em diversas áreas “além de saúde, **atendimento psicopedagógico** e social, médico e odontológico”. Apontou que o “**atendimento psicossocial**” era um “Serviço de Atendimento a estudante com vistas à superação de problemas de **ordem psicológica** e social”. No Relatório da Assistência Estudantil, apontou que as ações desenvolvidas pela PRAEC estiveram “sob a responsabilidade de um corpo multidisciplinar de profissionais, dentre os quais [...] **psicólogos**”.

Essa IFES destaca ainda o “**Serviço Psicossocial – SEPS**” que, através de “**ações psicopedagógicas**”, presta **atendimento psicológico** “à comunidade universitária”, dentre os quais: **avaliação psicológica, aconselhamento psicológico e psicoterapia individual breve**”. Considerando o fluxo do Serviço, é apontado que

o primeiro procedimento realizado quando se procura **atendimento psicológico** no **Serviço Psicossocial** é a **avaliação psicológica**. A avaliação possibilita o devido encaminhamento das demandas, que podem ser sanadas no próprio Serviço, por meio de aconselhamento, **apoio psicopedagógico** ou **psicoterapia**.

Além disso, apontaram-se atividades realizadas em outros *campi*, como palestras, visitas domiciliares, encontros com grupos, *workshop*, eventos e projeto de extensão “visando mapear as principais causas da desistência estudantil no contexto acadêmico da UFPI – Bom

Jesus”. Observa-se que a atividade de “**aconselhamento psicológico**” se destaca nos diversos *campi* fora de sede, e em um dos *campi* o atendimento psicológico era realizado pela Clínica Escola de Psicologia. A instituição apontou que o ano de 2014 foi o ano de maior contratação de profissionais.

A UFAL reafirma a necessidade de uma equipe que deve ser composta por vários profissionais, dentre estes o **psicólogo**, para operacionalização dos projetos já existentes no processo de interiorização. No relatório foi apontado um órgão da Pró-reitoria Estudantil (PROEST) denominado “Gerência de Assistência Estudantil” que tinha como objetivo “planejar, desenvolver e coordenar ações e projetos relacionados às atividades de assistência estudantil da PROEST, além de fomentar políticas de apoio e **acompanhamento** pedagógico e **psicológico**...”. No que concerne as ações na “Atenção à saúde do estudante”, informou que encaminhamentos foram realizados para diversas especialidades em saúde, dentre estas o “**atendimento psicológico**”. Identificou-se dificuldades no *campus* Sertão, apontado pelo Serviço Social, sobre o “**encaminhamento** médico e/ou **Psicológico**, uma vez que nos referidos Municípios (Delmiro e Santana do Ipanema) a situação da saúde pública é precária e/ou inexistente, e não consegue atender nem a demanda local, com ausência de especialista”.

A UFCA, por sua vez, apontou parceria com o “Núcleo Universitário de **Apoio Psicopedagógico** da UFCA- NUAP com o propósito de oferecer serviços de aconselhamento, escuta, atendimento clínico e aconselhamento profissional aos estudantes”. 30 (média mensal) estudantes realizaram “**acompanhamento psicológico**”, segundo RGI. Os 4 documentos apresentados na assistência estudantil trataram dos Programas da assistência estudantil (Programa de Auxílio Moradia; Programa Auxílio-transporte; Programa Auxílio-creche; Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica – Todos relacionados à Resolução de número 16 do Conselho Superior da Universidade – CONSUP, que define os programas de assistência estudantil da universidade e dá outras providências) e foi apontado que o “**acompanhamento psicossocial**” aparece como condição para permanência nos Programas, sendo o estudante convocado pelo serviço social, exceto no documento referente ao Programa auxílio - transporte. Ainda de acordo com os documentos, houve revogação em 2018 do trecho relacionado ao **acompanhamento psicossocial** no Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica e Programa auxílio-creche e acréscimo da seguinte redação no Programa auxílio transporte e no Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica: “caso apresente baixo rendimento acadêmico e não aceite **acompanhamento psicopedagógico** e social” será cancelada e suspensa a bolsa. Identificou-

se, através de uma Informação¹⁴ (IP), que houve em 2014 “implantação do **Serviço de apoio psicopedagógico** nas unidades de Crato e Barbalha”, unidades fora de Sede.

A UFPE trouxe como uma das competências da PROAES “administrar as bolsas e auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante editais e avaliados pela **equipe psicossocial** da Diretoria...”. Continuou afirmando que “além disso, é missão da PROAES oferecer ao discente, **condições** materiais e **psicológicas** que assegurem o processo de formação acadêmica, o desenvolvimento de capacidade profissional e da cidadania.”. Nesse ano foi apontado o “NASE – Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante”, serviço que contava com várias especialidades, com “atendimento ambulatorial nas **áreas** de Clínica Médica, Nutrição, Enfermagem, **Psicologia** e Psiquiatria e Serviço Social”. Nessa direção, a equipe era formada por “duas **psicólogas**, dois psiquiatras, dois médicos clínicos gerais, duas enfermeiras, uma nutricionista e duas recepcionistas”. O acesso ao serviço se dava mediante “triagem feita pela enfermagem para encaminhamento médico ou **psicológico** e serviço social para avaliação do perfil sócio econômico do estudante”. O Programa de Bem-estar Mental (PROBEM) foi também apontado.

Importante ressaltar que, em 2015 há uma redução da produção de documentos, caindo para 6, sendo 5 RGI e 1 AE. No RGI da UFSB, no que concerne ao “**Suporte Acadêmico e Promoção à Saúde**” realizaram-se “ações de promoção de saúde no *campus* (acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de **queixas de ordem psicossocial**)”. Para além dos apoios financeiros, a UFRN desempenhou o “Programa de Atenção à **Saúde Mental** do Estudante”, com foco

no acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, **orientação e/ou intervenção psicológica** na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional, ajudar os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. Visa também contribuir para a permanência no curso e melhorar o aproveitamento acadêmico, através da promoção de ações.

O Programa realizou as seguintes atividades: **plantão Psicológico, grupos de psicoterapia**, reuniões de supervisão com docentes para discussão dos casos da PROAE acompanhados em **psicoterapia**, Programa de Aconselhamento em Saúde e o Projeto de Extensão Hábitos de Estudo.

¹⁴ Tratou-se de informação divulgada em 2017, mas se relacionava ao “balanço de ações” referente ao ano de 2014.

A UFPI, em seu RGI de 2015, adotou “como política de atendimento discente um modelo social inclusivo, nas **áreas** de atenção, alimentação, moradia, saúde, **psicopedagógico** e social, viabilizado pela PRAEC”. Para tanto, apontou a necessidade de “ampliação em 50% do **Serviço Psicossocial – SEPS**” com a contratação de psicólogo e pedagogo. No entanto, foi apontado pelos alunos de graduação que “os programas de **apoio psicológico** aos discentes não são adequados às demandas e ao contexto social”. No Relatório da Assistência Estudantil o **psicólogo** foi apontado como fazendo parte do corpo multidisciplinar da PRAEC, no *campus* Sede e nos *campi* fora de sede, profissional que integra o **Serviço Psicossocial – SEPS**, setor responsável pelo “**Atendimento Psicológico**” e “Atendimento Pedagógico”. No entanto, foi apontada no Relatório da Assistência Estudantil a proposta de desmembramento do SEPS em dois serviços distintos: “o **Serviço de Apoio Psicológico (SAPSI)** e o Serviço Pedagógico (SEPE)”, fazendo parte, ambos, da Coordenadoria de Assistência Comunitária.

Vale salientar que a UFPI possui diversos *campi* que apresentaram os seus respectivos Serviços de atendimento psicológico, apresentando nomenclaturas diferentes. Na sede, o serviço apresentado como “**Serviço Psicossocial**” estava em processo de desmembramento em “**Serviço de Apoio Psicológico**” e Serviço Pedagógico. Em outros *campi* recebia nomes diversos tais como: “**Serviço de Apoio Psicológico**”; “**Serviço Psicológico**”; “**Serviço Psicossocial e Pedagógico**” que serão apresentados logo a seguir.

Ainda no ano de 2015, no Relatório da Assistência Estudantil da UFPI, foi apresentado as atividades de diversos *campi*. No “**Serviço Psicossocial (SEPS)**” foi apontado o “**atendimento Psicológico**”, intervenção que “tem como principal objetivo a promoção da saúde, auxiliando nas dificuldades emocionais e relacionais da vida acadêmica, possibilitando o enfrentamento das situações do cotidiano e a qualidade de vida pelo desenvolvimento das potencialidades do indivíduo”. Dentre os tipos, destacaram-se a “**avaliação psicológica, aconselhamento psicológico e psicoterapia individual breve**”.

Em outro *campi*, apontou-se o “**Serviço de Apoio Psicológico do NAE/CSHNB**” que realizou atividades de “**aconselhamento psicológico**” e “**psicoterapia individual breve**”. Além disso, atividades de cunho coletivo foram também realizadas: o “Ciclo de Recepção aos Estudantes Calouros”, com foco na Adaptação ao Ensino Superior; a “I Capacitação do Conselho de Moradores da Residência Universitária”, com foco nas questões relacionadas à Gestão e Liderança. Identificou-se também suporte no processo seletivo dos benefícios da assistência estudantil, com realização de entrevistas individuais “objetivando dirimir quaisquer dúvidas identificadas pelo Serviço Social a partir da análise de documentos fornecidos pelos

estudantes. Com isso, a **psicóloga** realizou entrevista com 95 candidatas aos benefícios da assistência estudantil”.

Em outro *campi* da UFPI, através do “**Serviço Psicológico** do NAE/CAFS” foram realizadas as seguintes ações:

- **Avaliação e diagnóstico psicológico;**
- Supervisão sistemática e acompanhamento dos alunos da Residência Universitária;
- **Encaminhamento** de alunos para **acompanhamento psicológico**, em grau mais avançado, pelos serviços públicos de saúde;
- **Aconselhamento psicológico** (individual e em grupo);
- Promoção de ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante ingresso, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente educacional;
- Contribuição ao processo de acompanhamento e implementação da política de assistência ao estudante, nas questões relativas ao **desenvolvimento psicossocial** e intelectual;
- Oficinas sobre relacionamento intra e interpessoal do estudante, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem;
- Desenvolvimento de ações coletivas na prevenção de problemas que venham a interferir no processo de ensino-aprendizagem.

Em mais dois *campis* apresentaram-se: “o trabalho de **Orientação Psicopedagógica**, de extrema importância para que alunos com baixo rendimento acadêmico tenham condições mais favoráveis de evolução no decorrer do curso” e a realização de “atendimentos diários de **psicoterapia breve e aconselhamento psicológico**” e “atendimentos em grupos terapêuticos”. Recebiam nomes de “**Serviço Psicossocial e Pedagógico**” e “**Serviço Psicológico**”, respectivamente.

Em 2015, a Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) da UFAL apontou a necessidade de expansão da equipe de trabalho com vistas a atender melhor estudantes nas áreas “**psicossocial**, saúde, apoio pedagógico e administrativo.” Como metas para 2016, declarou que deveria ser ofertado “**atendimento psicossocial** aos estudantes provenientes de encaminhamentos de coordenações e/ou de demanda espontânea”.

O “**Programa de Bem-Estar Mental**” foi apontado pela UFPE com propósito de ofertar “**Serviços de acompanhamento psicológico e psiquiátrico**”. O NASE permaneceu na estrutura da Pró-Reitoria ofertando atendimento ambulatorial em diversas **especialidades**, dentre estas a **Psicologia**.

Em 2016, 4 AE foram apontados e 4 RGI, além de 3 IP, que totalizaram 11 documentos. A UFRPE apontou, no Regimento das Residências, que no processo seletivo para acesso ao programa deveriam analisadas, também, “as **condições psicológicas** do estudante, sobretudo

no que diz respeito à capacidade de adaptação e de relacionamento interpessoal em uma comunidade estudantil”. Além disso, foi apontado que a “assessoria elaborará relatório consubstanciado contendo classificação dos candidatos quanto ao **critério psicossocial**” e o desempenho acadêmico será monitorado pelas “**Coordenadorias de Residência Universitário e de Apoio Psicossocial**”.

A PROAE da UFRN, “para além [...] de auxílios, bolsas e ofertas de alimentação e/ou moradia”, ofertou o “**Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante**” que realizou diversos atendimentos a 517 estudantes, “na **área de saúde mental**”, através de: “**Plantão Psicológico**”; “**grupos de psicoterapia**”; “reuniões de supervisão com docentes” para “discussão e estudo dos casos da PROAE **acompanhados em psicoterapia** pelas estagiárias com o docente supervisor de estágio”; “Programa de Aconselhamento em Saúde”; “Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE)” que oferecia “Plantão de Orientações de Estudo, Grupo de Habilidades Acadêmicas, Oficinas temáticas, apresentação de trabalhos em eventos científicos”, ações voltadas para os estudantes com “dificuldades de aprendizagem”.

A UFPI apresentou diversos documentos, como RGI, AE e IP. De modo geral, pode-se dizer que a Instituição “consciente das metas do PNAES, adota como política de atendimento discente um modelo social inclusivo, nas áreas de atenção, alimentação, moradia, saúde, **psicopedagógico** e social, viabilizado pela PRAEC”. Nessa direção, as ações estiveram sob a responsabilidade de um corpo multidisciplinar de profissionais, dentre estes, “**psicólogos**”. No que concerne a área **psicopedagógica**, propôs “para o quinquênio 2015-2019” a “Ampliação em 50% do **Serviço Psicossocial – SEPS**” com a “contratação de **psicólogos** e pedagogos”. Apontou ainda que 2.590 estudantes foram “beneficiados com bolsas e **acompanhamento sócio-psicopedagógico**”.

De acordo com uma das Informações (IP), o “**Serviço Psicossocial (SEPS)**” é “serviço destinado a prestar atendimento à comunidade acadêmica no sentido de colaborar com a compreensão e a mudança comportamental dos estudantes no processo ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais” através de ações no âmbito pedagógico e psicológico. Em Psicologia identificaram-se as seguintes ações: “**avaliação e diagnóstico psicológico**”; “**atendimento psicopedagógico** em grupo ou individual”; “**encaminhamento psicológico**”; “supervisão sistemática e **acompanhamento psicossocial** aos estudantes das Residências Universitárias”.

Já o Relatório da assistência estudantil (AE) informou que o “**Serviço Psicológico (SAPSI)**” prestou atendimento à comunidade universitária por meio de **ações psicopedagógicas**, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa

natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica”. De acordo com Manual Operacional Padrão tratava-se de um setor que

Desenvolve ações de promoção à **saúde mental** da comunidade universitária, intervindo, de forma articulada a outros serviços, nos **problemas psicossociais e psicoeducacionais** que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante na Universidade. É desenvolvido pela **equipe de psicólogos** lotados na Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM/PRAEC (*Campus* sede) e nos Núcleos de Assistência Estudantil – NAEs (*Campi* fora de sede).

O Serviço apresentou os seguintes objetivos:

- a) Identificar, por meio de pesquisa e **psicodiagnóstico**, problemas referentes à permanência e ao desempenho acadêmico do (a) estudante na Universidade;
- b) Realizar atividades individuais e grupais de **apoio psicológico**;
- c) Propor alternativas quanto à política, planos e decisões que visem ao bem-estar da comunidade universitária;
- d) Desenvolver ações de articulação em rede e interinstitucional, visando a **promoção à saúde mental** do (a) estudante;
- e) Desenvolver ações multiprofissionais e interdisciplinares no âmbito da assistência estudantil.

Nesta direção, dentre as ações que se sobressaíram nos *campi* da UFPI estavam o aconselhamento psicológico e a psicoterapia. No *campus* Sede, foram desenvolvidas pelo “Serviço de Apoio Psicológico – SAPSI” a “entrevista psicológica”, o “aconselhamento psicológico” e a “psicoterapia individual breve”. Em outro *campus*, em que o serviço também era denominado de “Serviço de Apoio Psicológico – SAPSI”, o “aconselhamento psicológico” foi a modalidade de atendimento realizado e, caso existisse demanda para “psicoterapia”, o encaminhamento era realizado para rede “socioassistencial do município”. No entanto, nesse mesmo *campus* foi apontando o “cenário atual da **Psicologia Escolar**” e, portanto, existia a

necessidade de investir em práticas preventivas e em ações com outros agentes que também participam do processo formativo das Instituições de Ensino Superior, embora, tradicionalmente, a atuação da **Psicologia Escolar** tenha privilegiado a intervenção direta com o estudante em uma perspectiva individualizada.

Nessa direção, atividades embasadas nessa proposta foram desenvolvidas dentre as quais: “palestra sobre ingresso na universidade e desenvolvimento de hábito de estudos”; “atendimentos grupais sobre planejamento de estudos”; “acompanhamento Acadêmico”; “I Ciclo de Oficinas: Desenvolvendo Competência para Estudar”; “Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem; “co-orientação de trabalho de conclusão de curso”. Além dessas ações com base na Psicologia Escolar, o serviço realizou análise documental e entrevistas

individuais que “tinham como objetivo dirimir dúvidas referentes à análise documental” em processo seletivo de Programa da Assistência estudantil.

Em outro *campus* da Universidade o “**Serviço de Apoio Psicológico – SAPSI**” realizou “**psicoterapia breve /escuta qualificada**” e “orientação aos coordenadores de cursos sobre casos específicos e dificuldades enfrentadas pelos alunos”. Além disso houve a “formação de um grupo de estudo sobre sexualidade humana, no intuito de promover um evento no *campus* sobre sexualidade e seus desdobramentos na área social”. O “**aconselhamento psicológico**” teve destaque em outro *campus*, sendo desenvolvido também pelo “**Serviço de Apoio Psicológico – SAPSI**” o “atendimento Individual” com “escuta qualificada para identificação de **problemas de ordem psicossocial**”, “atendimentos multidisciplinares”, “trabalho em parceria com o serviço pedagógico”, “reuniões em conjunto com os demais técnicos do NAE e Direção do *campus*”, apoio a atividades, campanhas e supervisão de projetos de extensão, etc.

O “**Serviço de Apoio Psicológico**” de outro *campus* da UFPI, não diferente dos outros apresentados, desenvolveu: “atendimento individual: aconselhamento, avaliação, terapia breve”, com foco nas questões relativas ao “**desenvolvimento psicossocial**” do estudante; encaminhamento, dentre outras ações. De modo Geral, como proposta buscava desenvolver “ações de promoção da saúde mental da comunidade universitária, intervindo nos **problemas psicossociais e psicopedagógicos** que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante da universidade”. Observou-se que, neste ano, houve unificação com relação ao nome atribuído ao Serviço de Psicologia nos *campi*.

A UFAL desenvolveu ações voltadas para “assistência à saúde” como o “**acolhimento Psicológico**” ação que se propôs a “orientação e/ou encaminhamento para a rede de atenção psicossocial pública e outros serviços, como a clínica do Instituto de Psicologia, no *Campus* A. S. Simões”. A última instituição, a UFPE, apontou o “Programa de Bem-Estar **Mental**”, Programa já apresentado em anos anteriores e que realizava “**serviços de acompanhamento psicológico e psiquiátrico**” a “estudantes em vulnerabilidade socioeconômica”. Além disso, apontou também o NASE que realizava acompanhamento ambulatorial nas áreas de Clínica Médica, Nutrição, Enfermagem, **Psicologia** e Psiquiatria e Serviço Social. A Resolução 01/2016 da UFPE apresentou a Política de Assistência Estudantil e apontou como diretriz “realizar ações de cunho **psicossocial** e socioeducativo que visem à integração do estudante à vida universitária”. Além disso, apontou o Programa de **Bem-estar Mental** como fazendo parte dos programas e auxílios que compreendiam a Política mencionada.

A UNILAB, através de informação disponível no *sítio* da assistência estudantil apresentou o “Programa Trilhas” que se destinava a estudantes que “desejam receber o serviço de **profissionais da Psicologia** no âmbito da orientação profissional, do planejamento de carreira e do desenvolvimento em gestão democrática para a promoção da permanência estudantil.” Ainda de acordo com a informação, o Programa tinha como objetivos incentivar a permanência e promover

a inserção e integração dos estudantes no mundo acadêmico e do trabalho, o **apoio psicossocial** nas questões relativas à evasão universitária e aos índices de reprovação acadêmica, o desenvolvimento de uma formação ampliada baseada na concepção crítica de trabalho como atividade fundante do ser social e a integração entre as potencialidades do sujeito e sua história de vida e realidade social.

Em 2017, 7 RGI somados a mais 2 AE e 4 IP, totalizaram 13 documentos. A primeira IFES, a UNILAB, em seu RGI disponibilizou neste ano “o **Serviço de Plantão Psicológico e Atenção Psicológica Individual**”, com realização de “atendimentos individuais, dentre sessões de **plantão psicológico**, atendimento regular, visitas domiciliares etc.” A UFRPE, por sua vez, foi orientada por órgãos de controle a desenvolver “procedimentos e rotinas destinadas ao acompanhamento pedagógico/**psicossocial** dos alunos beneficiários que apresentem desempenho acadêmico insuficiente”, sem especificar no RGI quais procedimentos e rotinas.

A UFSB realizou campanha com foco na prevenção do suicídio, apresentada no “Relatório Técnico da Campanha #NãoÉBesteiraÉCoisaSéria”, Relatório da Assistência Estudantil. Para a atividade foi utilizado formulário que buscou compreender do aluno o que causa sofrimento emocional no ambiente universitário. Como um dos resultados do levantamento realizado, foi apontado que

a sobrecarga acadêmica implica em **necessidades psicobiológicas** diversas, relacionadas, por exemplo, à má alimentação, insatisfação com padrão do sono e repouso [...] isso indica a necessidade de **ações psicoeducativas** e investimentos específicos em obras...

Foi apontado também que em situações de crise “o **atendimento psicológico** desponta como uma estratégia privilegiada para a detecção e intervenção precoce nas perturbações mentais da população discente”. Para tanto, o “acolhimento e orientação ofertados pelos **profissionais psicólogos** lotados em cada *campi* da UFSB”, foi apontado. Além disso, segundo os profissionais,

A Campanha #NãoÉBesteiraÉCoisaSéria construiu informações que ultrapassaram o objetivo de uma ação pontual de promoção à saúde, pois permitiu a elaboração de um preocupante diagnóstico de **sofrimento mental** que, de maneira insidiosa e crescente, instala-se na comunidade discente da UFSB. Apesar da existência do SAPS, vinculado à uma Coordenação de Qualidade de Vida, e da oferta de **atendimentos com psicólogos** nos três Campi, o cuidado à essa questão extrapola a capacidade de atuação desses atores, pois exige a sensibilização de todos que compõem o ambiente universitário da UFSB, isto é, estudantes, professores, funcionários e, na medida do possível, familiares. Essa sensibilização deve proporcionar maior aproximação dos sujeitos aos problemas, contextos e **dinâmicas biopsicosociais**.

No RGI da UFRN foram apresentadas as mesmas propostas do ano anterior, com ampliação do número de estudantes atendidos. Para além de auxílios e bolsas, as ações foram desenvolvidas através do “**Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante**” através de: “**Plantão Psicológico**”; “**grupos de psicoterapia**”; “Reuniões de supervisão com docentes” para “discussão e estudo dos casos da PROAE acompanhados em **psicoterapia** pelas estagiárias com o docente supervisor de estágio”; “Programa de Aconselhamento em Saúde”; “Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE)”, com “Plantão de Orientações de Estudo, Grupo de Habilidades Acadêmicas, Oficinas temáticas, apresentação de trabalhos em eventos científicos”, ações voltadas para os estudantes com “dificuldades de aprendizagem”.

A UFPI continuou apontando como meta a “ampliação em 50% do **Serviço Psicossocial – SEPS**”. Informou ainda que “a Assistência Estudantil na UFPI, em 2017, teve avanços e melhorias nos serviços de atendimento em saúde (serviços odontológicos e **serviço psicológico**)” nos cinco *campi* da Instituição. Observou-se continuidade das ações nos diversos *campi*. Embora apontado como Serviço Psicossocial no RGI, o “**Serviço de Apoio Psicológico (SAPSI)**”, já apresentado nos documentos como separado no ano anterior, de acordo com Relatório da Assistência Estudantil (AE)

presta atendimento à comunidade universitária por meio de **ações psicopedagógicas**, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica.

Para tanto, buscava intervir “**nos problemas psicossociais e psicoeducacionais** que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante na universidade”. Foram atividades realizadas: “o **atendimento psicológico**” através dos seguintes procedimentos: “**entrevista psicológica, aconselhamento psicológico e psicoterapia individual breve**”.

Em outro *campi* fora de sede, o “atendimento individual é feito na modalidade de “**aconselhamento psicológico**”. Caso haja demanda para “**psicoterapia**”, os estudantes poderiam ser “encaminhados para a rede socioassistencial do município. Além desses, e com base na **Psicologia Escolar**, outras atividades foram desenvolvidas, a saber:

- Atendimentos Grupais sobre planejamento de estudos - teve como objetivo identificar comportamentos disfuncionais dos estudantes frente aos estudos, desenvolver competências para melhor gerenciamento do tempo e elaborar planejamento semanal como auxílio ao desenvolvimento de comportamentos autorreguladores no cotidiano acadêmico e pessoal.
- Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem – estudantes encaminhados pelos docentes através de instrumental, de forma que foi construído um plano de trabalho para o estudante a partir de diálogo prévio com o professor.
- Coorientação de Trabalho de Conclusão de Curso - estudantes que buscam o serviço com a necessidade de orientação específica sobre assuntos que envolvem a **Psicologia** e seus Trabalhos de Conclusão de Curso.
- O NAE/CSHNB tem como característica elementar o trabalho em equipe, são realizadas sempre com a participação das profissionais que o compõe as seguintes atividades: discussão de casos; mediação de conflitos, especialmente entre os estudantes da Residência Universitária (REU); reuniões com o movimento estudantil do campus; reuniões semanais com o Conselho de Moradores da REU; atividade de recepção aos calouros; atendimentos compartilhados; articulação e promoção de eventos (que serão citados no item Outras Atividades Desenvolvidas pela Equipe do NAE/CSHNB); Outras Atividades Desenvolvidas pela Equipe do NAE/CSHNB
- Janeiro Branco: Conversando sobre **Saúde Mental** no Ensino Superior A ação foi desenvolvida em apoio a Campanha Nacional do Janeiro Branco, teve como cerne a **Saúde Mental** no Ensino Superior, haja vista, a necessidade de se discutir temas como: ansiedade diante de processos avaliativos, dificuldade de adaptação ao meio universitário, estabelecimento de novos vínculos afetivos, o rompimento de vínculo com a família e com os amigos.
- Setembro Amarelo: viver é a melhor escolha Atividade realizada visando conscientizar a comunidade acadêmica sobre a prevenção do suicídio e a valorização da vida, além de alertar a respeito da realidade do suicídio no Brasil e no mundo.

Mais outros dois *campi* desenvolveram atividades através dos “**Serviços de Psicologia**”. Um deles desenvolveu **atendimentos de psicoterapia breve/escuta qualificada**, e no outro, atendimentos individuais, especificamente o **aconselhamento psicológico**. Além do aconselhamento, campanhas e oficinas foram também desenvolvidas ao longo do ano de 2017. O último *campi* apontado no Relatório (AE) realizou encaminhamento para “**acompanhamento psicológico**”, “**aconselhamento Psicológico (individual e em grupo)**”, e se propôs aos seguintes objetivos:

- Promover ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante ingresso, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente educacional.
- Contribuir com o processo de acompanhamento e implementação da política de Assistência ao estudante, nas questões relativas ao **desenvolvimento psicossocial** e intelectual dos estudantes
- Criar situações que facilitem o relacionamento intra e interpessoal do estudante, contribuindo, assim, para o processo de ensino aprendizagem.
- Desenvolver ações coletivas na prevenção de problemas que venham a interferir no processo de ensino e aprendizagem.
- Avaliação e diagnóstico psicológico**

Na UFAL diversas “ações de atenção à saúde do/a estudante” foram desenvolvidas como: “**acolhimento psicológico**, orientação e/ou encaminhamento para a rede de atenção

psicossocial pública e outros serviços”; “ações de promoção da saúde mental” como a realização de campanhas; “lançamento do **Guia de Atenção Psicossocial** em Saúde Mental, com informações sobre a **rede de atenção psicossocial**, instrumento informativo e de suporte fundamental nas **atividades de caráter psicossocial** realizadas pelos profissionais da Assistência Estudantil, principalmente, **psicólogos**”; dentre outras.

A UFCA apontou que a “**Divisão Psicopedagógica**, só possui uma sala para a realização dos atendimentos, sendo exigido o revezamento entre a **psicóloga** e a pedagoga”. De acordo com as 4 Informações (IP) o “**Serviço de atendimento Psicológico**” abrangia as seguintes atividades: “**aconselhamento psicológico**”; “**escuta psicológica**”; “aconselhamento profissional”. Nesse contexto, as Coordenações da Pró-Reitoria deveriam promover o **desenvolvimento psicossocial** e acadêmico do estudante e “promover de maneira integral o estudante enquanto **ser biopsicossocial** e profissional”.

Na UFPE, conforme o RGI, “**serviços de acompanhamento psicológico e psiquiátrico**” foram ofertados através do “Programa de **bem-estar mental**”. Outra proposta para os estudantes foi o NASE - Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante” com atendimento em diversas especialidades, dentre estas a “**Psicologia**” e a “**Psicopedagogia**”.

Com relação ao ano de 2018, não se observaram RGI ou Relatórios da Assistência Estudantil (AE) devido ao período em que a busca foi realizada (entre os meses de outubro e novembro de 2018). Esses documentos, conforme já apontado em tópico anterior desse capítulo, geralmente são disponibilizados no final do ano corrente ou início do próximo. No entanto, identificou-se a presença de outros AE, sendo 4 Atos Administrativos e 15 Informações (IP) oriundas da assistência estudantil. Optou-se por considerá-los.

A Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROP AE) da UNILAB apresentou o seu Regimento Interno. Neste, dentre outras coisas, foi apontado o “**Setor de Atenção Psicossocial – SATEPSI**”, setor vinculado a “Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (COASE)” que era responsável pelo “cumprimento dos objetivos de atenção à saúde e acessibilidade”. Cabia a esta Coordenação “analisar, assessorar, facilitar e/ou intervir em **processos psicossociais** referentes à experiência estudantil na Unilab”.

De acordo com as Informações (IP) disponíveis, o “**Setor de Atenção Psicossocial** (SATEPSI) da UNILAB se propôs a receber os estudantes que desejavam ser acompanhados por “**profissionais da Psicologia**”. Para tanto, diversas modalidades de atendimentos eram ofertadas, como:

atendimento clínico individual e em grupos; **plantão psicológico**; ações no âmbito **psicopedagógico**; escuta ativa dos estudantes; interlocuções com docentes; atividades interdisciplinares de promoção em saúde, ações de orientação profissional e planejamento de carreira, rodas de conversa.

Destaca-se que o **plantão psicológico** foi apontado como modalidade de “**atendimento psicológico**” que facilitava o acesso ao **Serviço de Psicologia** para aqueles que precisavam de “**escuta psicológica profissional**”. Como atividade de grupo, o “Projeto GAPS – **Grupos de Apoio Psicossocial**” foi uma proposta que teve como objetivo a realização periódica de “grupos direcionados a estudantes da Unilab que tenham interesse em compartilhar suas vivências, dificuldades e conquistas com outros estudantes e com **profissionais de psicologia**, em um espaço de trocas, confiança e respeito”. Ação direcionada para a “prevenção do suicídio” foi observada e ocorreu por meio de orientação para o procurar o “**Setor de Atenção Psicossocial (SATEPSI)**”, que oferecia “**acompanhamento psicológico individual e em grupo aos estudantes**”.

As atribuições do **psicólogo** foram apontadas em uma das Informações (IP):

- Realizar **Plantão Psicológico**;
- Orientar e encaminhar estudantes para serviços de saúde locais e/ou Regionais, especialmente da **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**;
- Ações de acolhimento do estudante recém-ingresso, considerando os aspectos subjetivos vinculados à inserção na vida universitária;
- Construir espaços para escuta e expressão de sentimentos, sentidos e experiências dos estudantes relativos aos desafios do cotidiano acadêmico e ao processo saúde-doença-cuidado, atentando para suas relações com as práticas culturais;
- Desenvolver atividades de recepção e acolhida do estudante estrangeiro, tendo em vista os **desafios sociopsicológicos** vinculados aos processos migratórios e as consequentes dificuldades de adaptação e inserção em um novo contexto cultural.
- Atividades de orientação para o estudante estrangeiro sobre o SUS e os serviços de saúde locais, atentando para o seu processo de vinculação simbólica e **apropriação psicossocial** em relação à nova cidade de moradia.

A UFSB por sua vez, apresentou o “Setor de acessibilidade e promoção à saúde (SAPS)”, que dispunha de profissionais de saúde que trabalhavam em cinco frentes de atuação, dentre estas encontrava-se o “**atendimento psicológico**”. O setor era vinculado à “Coordenação de qualidade de vida”, setor que trabalhava com a seguinte concepção de qualidade de vida:

A qualidade de vida (QV) relaciona-se à percepção do indivíduo em relação à sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL, 1994). É influenciada, portanto, por diversas condições que podem afetar a percepção, os sentimentos e as **necessidades biopsicossocioespirituais** de cada pessoa.

A UFRPE apontou a “Coordenadoria de **Apoio Psicossocial (COAP)**” que, ao focar a atuação no processo ensino-aprendizagem, traçava propostas voltadas para a área pedagógica, **psicológica** e social. Desta feita, a Informação (IP) apontou como atribuições dessa Coordenação:

- a) Oferecer **atendimento psicológico** e apoio pedagógico aos universitários que demandam esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e orientação profissional com forte enfoque preventivo.
- b) Planejar, supervisionar e coordenar as atividades de **assistência psicossocial** conjuntamente com as comunidades estudantil e universitária.
- c) Apoiar no processo de seleção dos alunos candidatos ao Programa de Bolsas de Permanência, acesso ao Restaurante Universitário e ao Programa de Residência Estudantil.
- d) Acompanhar estudantes provenientes de classe social menos favorecida, com evidente iminência de abandonar seus estudos, face às dificuldades de ordem econômica, social e emocional.
- e) Produzir, após o término de cada ano letivo, relatório de acompanhamento do desempenho dos estudantes atendidos, com indicação de iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da ação.

Vinculado a esta Coordenação, o “**Serviço de Psicologia** da Progesti” oferecia “**acompanhamento e atendimento psicológico**” aos estudantes, com prioridade para estudantes beneficiados pelos programas da assistência estudantil, sendo o acesso ao serviço realizado por “**plantão psicológico**”.

Na UFRN diversas ações foram apresentadas através de suas Informações (IP), dentre as quais: o “Programa de Atenção à Saúde do Estudante”, que oferecia “**plantão psicológico**”, “atendimento individual” como “**psicoterapia** de apoio aos estudantes, **acompanhamento psicoterapêutico**, atendimento emergencial”, “atendimento psiquiátrico” e “grupos de **apoio psicoterapêutico (GATS)**” que eram “**grupos de psicoterapia** para estudantes”; o Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE) que visava o “desenvolvimento de habilidades acadêmicas em estudantes universitários” e, para intervenção, realizava cursos e oficinas, grupos, plantão de orientação de estudos e levantamento de necessidades da comunidade universitária para fins de implementação de propostas com foco nessas necessidades; mediação de conflitos; e orientação a docentes e familiares como forma de lidar com os estudantes.

A UFAL trouxe o “**acolhimento psicológico**” como ação realizada pela Pro-Reitoria através dos “**psicólogos**” com fins de orientação ou encaminhamento para rede SUS. Vale salientar que essa atividade já havia sido apontada no relatório de 2016. Além disso, apresentou à comunidade e à sociedade diversas Instruções Normativas, mas apenas três delas apresentaram termos relacionadas à Psicologia. Por ordem de lançamento, a Instrução

Normativa N 03/2018 dispôs sobre o Programa de Residência Universitária e apontou em seu artigo 10º que o estudante, para permanecer vinculado ao Programa, precisa “atender às convocatórias da PROEST no que concerne aos processos de atualização cadastral, bem como, para **acompanhamento psicossocial** e pedagógico”. O acesso aos serviços da Pro-reitoria, “como **assistência** médica, odontológica e **psicológica**” foi apontado no artigo 13º como direito dos estudantes residentes.

A Instrução Normativa Nº 07/2018 dispôs sobre o Programa de Apoio pedagógico. Nela o “**psicólogo**” foi apontado como fazendo parte da equipe que compõe o Programa. Nessa direção, “cabe a equipe multiprofissional identificar e acompanhar as **situações** pedagógicas, **psicológicas**, sociais e outras, que possam conduzir à situação de retenção ou evasão”. A Instrução Normativa de Nº 08/2018 dispôs sobre o Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante (PIASE). Mais uma vez “**psicólogos**” foram apontados na equipe multiprofissional, que pode ser ampliada “com outros profissionais da área de saúde”. Foi apontado que este Programa desenvolverá ações de promoção e prevenção nos eixos abaixo elencados:

- I. Ações na perspectiva do direito à saúde, articuladas e referenciando o acesso à rede de serviços de saúde do SUS;
- II. Ações educativas que atendam demandas relacionadas à saúde no conjunto das relações vividas e estabelecidas no cotidiano do espaço universitário, através da democratização de informações, elaboração de materiais socioeducativos, campanhas e realização de debates;
- III. Articulação intersetorial através da participação em fóruns e comitês, entre outros;
- IV. Estímulo ao desenvolvimento de estudos sobre as condições determinantes e condicionantes que interferem no processo saúde/doença das/os estudantes universitários.

De maneira breve, a UFCA apontou quantitativo de alunos que foram atendidos pelo “**Serviço de Psicologia**”. A UFPE apontou as duas propostas de suporte ao estudante: o NASE - Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante, que oferecia diversas especialidades, dentre estas o “**atendimento em psicologia**” e “**atendimento psicopedagógico**”; e o Programa de **Bem-Estar Mental- PROBEM** que prestava “assistência à saúde por meio de **acompanhamento psicológico** e/ou psiquiátrico”. A UFERSA dispôs sobre o “**Serviço de Psicologia** na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). Como ações desenvolvidas apontaram as seguintes:

- 1º) **Plantão Psicológico**
- 2º) Orientação de Estudos
- 3º) **Escuta e Aconselhamento Psicológico**
- 4º) Atividades de **Prevenção e Promoção à Saúde Mental**
- 5º) Grupos de apoio e **psicoeducativos**
- 6º) Orientação aos Discentes, Docentes e Familiares dos Estudantes

- 7º) Mediações de Conflitos
- 8º) Rodas de conversa
- 9º) Apoio às Atividades Pedagógicas
- 10º) Visitas Domiciliares
- 11º) Visitas e Reuniões na Moradia Estudantil
- 12º) Execução do Programa Institucional Permanência da UFRSA (seleção, triagem e acompanhamento dos selecionados)

A descrição, acima realizada, apresenta as demarcações históricas relacionadas aos campos de atuação da Psicologia, bem como movimento da assistência estudantil realizada nos Hospitais Universitários, lugar dos profissionais de Psicologia, passando pelas Clínicas-Escolas dos Cursos de Psicologia até a expansão de profissionais de Psicologia nos quadros das IFES o que repercute a ampliação das ações da Psicologia na assistência estudantil, no decorrer dos anos. Os desafios de demarcação das políticas de acesso e permanência que abrem espaço e influenciam as diversas áreas e subáreas de conhecimento e suas referidas práticas, bem como as práticas desenvolvidas serão abordadas no capítulo a seguir.

Em síntese, com o intuito de apreender como a Psicologia se apresenta no contexto da assistência estudantil das universidades públicas federais brasileiras, especificamente, desenhou-se um quadro das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e suas implicações para a Psicologia; mapeou-se a produção acadêmica brasileira da presença da Psicologia no espaço de atuação estudantil; desenvolveu-se o método da metassíntese à análise documental em Núcleos de Significação e realizou-se um panorama sócio-histórico da Psicologia na assistência estudantil no Nordeste brasileiro, com a identificação de áreas, subáreas de conhecimento envolvidas na atuação da assistência estudantil e a descrição das ações da Psicologia no contexto da assistência estudantil.

A seguir, apresenta-se a etapa de Interpretação com os Núcleos de Significação que sustentam as práticas psicológicas no contexto da assistência estudantil.

6 (RE) PRODUÇÃO DE PRÁTICAS DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL EM CONTEXTO EMERGENTE DE ATUAÇÃO?

Este capítulo busca apresentar a interpretação dos resultados dessa pesquisa a partir dos núcleos de significação resultantes do processo de análise. Conforme Aguiar, Soares e Machado (2015, p. 70), trata-se de um momento voltado para a síntese, em que, “por meio da articulação dialética dos indicadores”, visa alcançar as relações que configuram o processo de constituição dos sentidos.

A proposta dos Núcleos de Significação visa sair do empírico para o interpretativo. Nesse sentido, a análise dos núcleos tem início por meio da análise intranúcleo e avança para uma articulação internúcleo. Só assim, afirmam Aguiar e Ozella (2013, p. 311),

avançaremos na compreensão dos sentidos quando os conteúdos dos núcleos forem articulados tanto dentro do próprio núcleo como entre os núcleos. Nesse momento, alcançamos uma análise interpretativa mais completa e sintetizadora, ou seja, quando os núcleos são integrados no seu movimento, analisados à luz do contexto do discurso em questão, à luz do contexto social histórico, à luz da teoria.

O procedimento de identificação dos pré-indicadores teve início na fase de descrição. Recorrendo a Aguiar e Ozella (2013), definir pré-indicadores significa identificar a palavra com sentido, trechos compostos por palavras que, articuladas, compõem um significado. Os pré-indicadores foram sistematizados em indicadores¹⁵ que, por sua vez, foram sistematizados nos seguintes núcleos de significação: as implicações da política de permanência para a atuação em Psicologia na assistência estudantil; a assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco, conforme quadro abaixo:

Quadro 8: Sistematização dos Núcleos de Significação.

Indicadores	Núcleos de Significação
Atividades individuais	A assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco.
Atividades coletivas	
Outras atividades	
O foco das atividades desenvolvidas	
A abordagem do Psicossocial na assistência estudantil	
Suporte na Rede de Assistência	
Dispositivos institucionais no suporte a assistência	As implicações da política de permanência para a atuação em Psicologia na assistência estudantil;
A atenção à saúde	
O trabalho com outros profissionais na assistência estudantil	
Quadro de psicólogos deficitário	
Atendimento ao estudante	
Estudantes de baixa renda	

Fonte: a autora, 2019.

¹⁵ Quadro 7 completo referente a sistematização dos pré-indicadores em indicadores encontra-se no apêndice D.

Portanto, serão desenvolvidas e apresentadas, por meio de subtópicos, as análises intranúcleos, mencionadas acima, a partir dos núcleos de significação definidos: implicações da política de permanência para a atuação da Psicologia na assistência estudantil; e assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco. Por último, a articulação dos significados, suscitados na análise intranuclear permite realizar a síntese internúcleo de Núcleos de Significação, qual seja, centrar foco nas áreas da Psicologia na assistência estudantil.

6.1 Implicações da política de permanência para a atuação na assistência estudantil

A assistência estudantil, prestada nas universidades brasileiras, tem como objetivo o suporte aos estudantes mais necessitados para a permanência e conclusão da jornada no Ensino Superior. As ações desenvolvidas ganharam contornos e investimentos mais específicos, a partir de 2007, com o lançamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através da Portaria nº 39, sendo sancionado, em 2010, pelo Decreto 7.234 (BRASIL, 2010), e permanece com a mesma nomenclatura.

Ao tomar como referência as pesquisas realizadas pelo FONAPRACE (ANDIFES, 1996; 2003/2004), o Ministério da Educação definiu, através do PNAES, dez áreas de atuação em que as IFES poderiam desenvolver ações, são elas: atenção à saúde; moradia estudantil; alimentação; esporte; cultura; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; transporte; inclusão digital; e creche.

A partir do Decreto 7.234 (BRASIL, 2010), caberia a cada IFES definir suas ações e realizá-las, através de uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar (ANDIFES, 2007), “considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010). Com relação aos profissionais que poderiam compor a equipe, a ANDIFES propôs que fossem autorizadas “vagas para a realização de concursos públicos de servidores técnicos-administrativos, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo as especificidades de cada região e instituição” (ANDIFES, 2007).

No entanto, nesses documentos não foram especificadas as atribuições ou funções dos profissionais que fariam parte desse contexto. Ao mesmo tempo, resultados da pesquisa realizada pelo FONAPRACE apontavam demandas específicas do corpo discente, sugerindo

direcionamentos para a contratação de determinadas áreas de atuação, como Medicina, Nutrição, Enfermagem, Pedagogia, Psicologia etc. Nessa direção, podemos inferir, a partir dos achados dessa pesquisa, que a atuação em Psicologia traz implicações das políticas públicas de educação implementadas nos últimos anos, com destaque para o PNAES.

De acordo com os dados desta pesquisa, a Psicologia, na assistência estudantil, possui setor específico em oito instituições. Os resultados apontaram que, em duas instituições (UFRPE, UFERSA), denomina-se de “Serviço de Psicologia”, e ganhava nomes equivalentes em outras instituições, como “Setor de Psicologia” (UFRN), “Serviço de Apoio Psicológico” (UFPI), “Setor de Atenção Psicossocial (SATEPSI)” (UNILAB), “Setor de Atendimento Psicológico” (UFCA), Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (NASE)” (UFPE), “Setor de Acessibilidade e Promoção à Saúde (SAPS)” (UFSB). A identificação do serviço podia variar entre os *campi* diferentes da mesma Instituição. Na UFCA, o nome do Serviço em outro *campus* recebeu o nome de “Serviço de Apoio Psicopedagógico”.

Esses setores, na estrutura organizacional da assistência estudantil de 4 IFES, estavam vinculados a uma coordenação relacionada à saúde ou qualidade de vida do estudante, recebendo as seguintes denominações: Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante (UFRN); Coordenação de Esporte e Saúde (UFERSA); Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (UNILAB); Coordenação de Qualidade de Vida do Estudante (UFSB).

Ainda que a Psicologia não estivesse vinculada a um setor de saúde, desenvolvia projetos ou programas voltados para a saúde do estudante. A UFAL apresentou, em 2018, o Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante - PIASE. Este tinha como proposta “planejar, coordenar e executar ações no âmbito da proteção e promoção da saúde da/o estudante universitário/a” (PROEST/UFAL, 2018). Anterior a esse período, esta mesma IFES apontava a Psicologia nas ações de atenção à saúde do estudante, e a considerava como especialidade que compunha as políticas de saúde na assistência ao estudante.

A UFPE, além de disponibilizar o NASE, setor voltado para a saúde do estudante, dispunha também do Programa de Bem-estar Mental- PROBEM que prestava “assistência à saúde por meio de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico” ao estudante. A UFRN desenvolveu o Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante que atuava no acolhimento em saúde. Esta instituição voltava-se para a “atenção à saúde nos aspectos médicos, odontológicos, psicológicos e psicossociais”. A UFPI, por sua vez, mesmo não apresentando programa específico em saúde, apontou que o atendimento psicológico “tem como principal objetivo a promoção da saúde”. Em 2017, afirmou que houve avanço e melhoria nos serviços

de atendimento em saúde nos cinco *campi* da instituição, incluindo ações em Psicologia e Odontologia.

Em três IFES (UFPE, UFAL, UFSB) o profissional de Psicologia foi denominado como profissional de saúde. Ao trazer as atribuições do psicólogo, a UNILAB fez referência ao processo saúde-doença. Desta feita, era papel do psicólogo “construir espaços para escuta e expressão de sentimentos, sentidos e experiências dos estudantes relativos aos desafios do cotidiano acadêmico e ao processo saúde-doença-cuidado, atentando para suas relações com as práticas culturais” (UNILAB, 2018).

As questões relacionadas ao emocional, nomeadas de “crise emocional” ou “dificuldades emocionais” pela ANDIFES, no texto base do Plano Nacional de Assistência Estudantil, de 2007, estavam situadas no tópico referente à saúde. Neste, ainda eram mencionados o uso dos serviços públicos de saúde por parte dos estudantes de maior vulnerabilidade social, a procura por dentista e a identificação de “alguns temas considerados desafiadores e que demandam programas de saúde específicos: prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreveníveis” (ANDIFES, 2007).

Em 2019, ano da publicação da última pesquisa realizada pelo FONAPRACE sobre o perfil do estudante das IFES brasileiras, as questões emocionais e de saúde mental foram também mencionadas no tópico referente à saúde e qualidade de vida dos graduandos, tópico que se dedica a interpretação dos hábitos estudantis relacionados à alimentação, cuidados médicos e odontológicos, bem como situações vividas que possam afetar a trajetória acadêmica.

Considerando o exposto, a saúde e a qualidade de vida do estudante passa a ser tema importante no contexto do ensino superior, e a Psicologia deverá intervir nas questões emocionais e de saúde mental, ou em situações vividas que possam interferir na trajetória acadêmica (conforme nos apontou o FONAPRACE) ou ampliem os quadros de retenção e evasão (conforme nos indica o PNAES, no texto do Decreto 7.234).

Importante destacar que a Atenção à Saúde não se trata de objetivo das ações do Ministério de Educação (MEC), mas uma das maneiras de propiciar a redução da evasão (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016). Entende-se, portanto, que esta ação deve estar relacionada a outras propostas na assistência estudantil, em parceria com outros profissionais.

Nessa direção, identificamos nos achados que os temas ligados à formação profissional e acadêmica surgem como demanda de intervenção para o psicólogo na assistência estudantil. Em menor proporção, a Psicologia presta suporte em outras áreas apontadas pelo PNAES, para

além da Atenção à saúde do estudante, como participação em processos seletivos referentes a outros Programas da assistência estudantil, em parceria com profissionais do serviço social (UFRPE, 2016; 2017, 2018; UFPI, 2015, 2016; UFERSA, 2018) e apoio pedagógico, juntamente com a Pedagogia (UFPI, 2011, 2012, 2013; UFERSA, 2018; UFAL, 2017).

A Psicologia na UFAL e na UFPI realizaram atividades voltadas para as questões pedagógicas dos discentes. A Psicologia, na UFAL, passa a desenvolver ações de apoio pedagógico, bem como fazer parte de Programa de Apoio Pedagógico após 2017. Anterior a esse período, apenas ações em saúde do estudante eram desenvolvidas. Já a Psicologia na UFPI, embora com amplo caminho dedicado a clínica individual, passa a desenvolver ações de apoio psicopedagógico a partir de 2011. Apresentou-se como uma das IFES que mais desenvolveu ações coletivas, voltadas para auxílio ao estudante no seu processo de formação. Foi a IFES em que um dos *campi* apontou conduzir suas ações, por meio da perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional.

Nas IFES em que a Psicologia se encontra inserida em setores de saúde (UFPE, UFRN, UFERSA, UNILAB, UFSB), aparecem também intervenções individuais e coletivas voltadas para as questões relacionadas à formação, como orientação profissional, orientação nos estudos, ações de apoio pedagógico etc.¹⁶. No entanto, destacamos ainda que, das IFES investigadas, duas não apontaram projetos ou se encontram vinculadas a setores de saúde (UFRPE, UFCA).

Percebe-se assim, a atuação da Psicologia, principalmente, em equipe multiprofissional, em todas as IFES. Dizer que temos uma equipe multiprofissional, na assistência estudantil das IFES do Nordeste brasileiro, significa dizer que existe a justaposição de áreas de conhecimentos diversas, em que o mesmo tema – a permanência do estudante carente - é abordado em diferentes ângulos. A partir disto, cada profissional, baseado em sua perspectiva profissional, emprega sua metodologia (GALVÁN, 2007).

De acordo com a UFPI a assistência estudantil executa suas ações “...sob a responsabilidade de um corpo multidisciplinar de profissionais, dentre os quais se destacam educadores, assistentes sociais, pedagogos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos...”. Além disso, um dos objetivos do serviço psicológico era desenvolver ações multiprofissionais e interdisciplinares no âmbito da assistência estudantil. Em 2015, estava em trâmite o projeto de desmembramento do Serviço Psicossocial, que prestava atendimento psicológico e

¹⁶ As demais atividades serão desenvolvidas, pormenorizadamente, no item 6.2, a seguir.

pedagógico, em dois serviços diferentes: o Serviço de Apoio Psicológico e o Serviço Pedagógico.

A UFAL, em sua Instrução Normativa referente ao PIASE, informou que o psicólogo fazia parte de uma equipe formada por assistentes sociais, pedagogos, “podendo a qualquer tempo ser ampliada com outros profissionais da área da saúde”. Com relação a instrução normativa referente ao PAAPE, “cabe a equipe multiprofissional identificar e acompanhar as situações pedagógicas, psicológicas, sociais e outras, que possam conduzir à situação de retenção ou evasão”. Em outra Instrução Normativa dessa mesma IFES, foi apontada a equipe multiprofissional com realização de acompanhamento psicossocial e pedagógico aos estudantes da residência universitária.

Uma equipe de saúde compunha o NASE na UFPE, serviço que disponibilizava “atendimento ambulatorial nas áreas de clínica médica, nutrição, enfermagem, psicologia, psiquiatria e serviço social”. O Programa de Bem-estar mental, também ofertado por esta IFES, disponibilizava atendimento psicológico e psiquiátrico, bem como eram realizados encaminhamentos de estudantes entre o serviço social, pedagogia e psicologia. Nessa direção, a UFSB também contava com equipe de saúde, formada por “profissionais de saúde que trabalham intra e interdisciplinarmente, promovendo ações de saúde voltadas à coletividade e, em menor grau, realizando atendimentos individualizados”. Informou, em 2015, que foram realizados “encontros com psicólogo e enfermeiro sobre plano de trabalho multidisciplinar”.

Diversas ações em saúde eram também realizadas pela Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil, na UNILAB, compostas de diversos setores, dentre os quais: o Setor de Acessibilidade Setor de Atenção Psicossocial; a Seção de Alimentação e Nutrição. Nesse contexto, a Psicologia realizava atividades com assistentes sociais e nutricionistas, conforme relatório de 2013.

A UFCA ofertava ações de acompanhamento psicopedagógico e social, e para realização de atendimentos, era “exigido o revezamento entre a psicóloga e a pedagoga”, pois existia apenas uma sala para atendimentos. O processo seletivo para programa específico da assistência estudantil da UFRPE era assessorado “por servidores especialistas designados pela Progesti, com objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos e psicológicos”. De acordo com esta IFES, a “Coordenadoria de Apoio Psicossocial (COAP) tem atuação no processo ensino-aprendizagem, identificando problemas e obstáculos que interfiram na integração do aluno à vida estudantil, planejando ações na área pedagógica, psicológica e social”.

A Psicologia na UFERSA informou desenvolver ações de apoio às atividades pedagógicas e participação na execução de programa da assistência estudantil. E por fim, a

UFRN informou que “através do serviço social e psicologia, oferece atendimento e orientação aos docentes e familiares a respeito de como lidar com os estudantes”. Em 2012, ofertou “atendimento psicológico, social e psicopedagógicos a estudantes com deficiência”. A presença de equipe multiprofissional em serviço vinculado a assistência estudantil foi também apontada em outras pesquisas (SIQUEIRA *et al*, 2017; OLIVEIRA; SILVA, 2018; CÊPEDA, 2018).

Depreende-se, portanto, que o corpo discente apresenta demandas específicas à assistência estudantil que estão relacionadas à sua permanência, conforme pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, e, para realização das intervenções, apresenta um corpo técnico de profissionais como observado nos achados. Para Oliveira e Silva (2018) o trabalho em equipe é um dos fatores que constitui a assistência estudantil, o que pode estar relacionado a complexidade das questões relacionados ao estudante no ensino superior. De acordo com a ANDIFES (2007),

A elaboração e implementação de programas vinculados à assistência estudantil no âmbito das Ifes está relacionada ao trabalho integrado de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento. É fundamental que se envide os esforços no sentido de garantir a formação de equipes multidisciplinares e interdisciplinares que tenham como atribuição a construção e a execução dos programas de assistência estudantil que envolvem, dentre outros aspectos, avaliações de cunho social e econômico.

Mesmo sendo a Psicologia área de atuação presente no contexto da assistência estudantil das IFES do Nordeste brasileiro, 4 IFES apontaram fragilidade com relação ao quadro de profissionais da Psicologia. A UFAL, no ano de 2014, sugeriu não possuir profissionais de Psicologia em uma unidade do interior:

outro desafio enfrentado pelo Serviço Social no Campus Sertão é a questão do encaminhamento médico e/ou psicológico, uma vez que nos referidos municípios (Delmiro e Santana do Ipanema), a situação da saúde pública é precária e/ou inexistente, e nem consegue atender a demanda local.

Frente ao exposto, como meta, apontou que iria “intervir junto a Progep para o reforço da equipe de trabalho da Proest e Naes, visando a um melhor atendimento à comunidade estudantil, que venha a fortalecer as áreas: psicossocial, saúde, apoio pedagógico e administrativo”. Identificou-se que essa informação foi novamente apontada no documento de 2015 sugerindo que, o déficit o quadro de profissionais, permanecia.

Algo semelhante se processou na UFRPE em 2014. Foi informado que

nas Unidades acadêmicas de Garanhuns e Serra Talhada os psicólogos pediram exoneração do cargo, ficando deficiente este atendimento para o ano de 2014, todavia novos profissionais já estão sendo convocados para ocupação das vagas.

A redução de atendimentos em determinado ano, devido a profissional de Psicologia ter assumido a função de chefia, foi apontada pela UFPI. De acordo com a IFES,

Um aspecto que deve ser levado em consideração é que a Psicóloga exerceu a chefia temporária do setor de outubro de 2016 a junho de 2017, período em que teve redução de suas atividades de psicóloga, devido a inviabilidade de atender todas as demandas acumuladas pelo cargo.

Além disso, foi apontado também que “os programas de apoio psicológico e pedagógico aos discentes ainda não são adequados às demandas e ao contexto social”, segundo resultado de pesquisa realizada com corpo discente. De modo direto, a UFRN apontou que “apesar da constatação de crescimento de ações de assistência aos estudantes nesse período, o quadro de pessoal é bastante deficitário, especialmente nos setores de atendimento psicológico...”. Mesmo sendo essa informação de 2011, os anos subsequentes (2015, 2016 e 2017) continuaram apontando um quadro deficitário de profissionais da Psicologia. Por exemplo, um dos Programas, coordenado por uma psicóloga, possuía voluntários nas áreas de Psicologia e Pedagogia. Além disso, em outro Programa desenvolvido, também pela Psicologia, foi informado que o atendimento se destinava apenas a “alunos identificados como prioritários de acordo com os critérios do PNAES, dada a grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos”.

Embora se apresente um quadro de expansão do ensino superior público federal, Mancebo, Vale e Barbosa (2015), apontaram discrepâncias quanto ao investimento realizado na iniciativa privada em detrimento do público. Para os autores, o REUNI não conseguiu atingir seus objetivos, pois o aumento do número de estudantes não foi acompanhado pelo incremento necessário no número de professores e técnicos, bem como os recursos destinados para a construção da estrutura física foram insuficientes para a expansão, o que comprometeu a qualidade da vida acadêmica e o trabalho de suporte aos estudantes fornecido pelos servidores técnicos.

Em pesquisa realizada por Cêpeda (2018), discrepâncias com relação ao quantitativo de profissionais na assistência estudantil foram observadas: 399 profissionais eram do serviço social, 201 psicólogos, e 60 pedagogos. Tais quantitativos apresentados podem estar relacionados à ênfase das ações desenvolvidas nesse contexto, com prioridade para bolsas e

auxílios diversos (LEITE, 2015) nas áreas de moradia, alimentação e transporte (SANTOS, et al, 2015). De acordo com Bleicher e Oliveira (2016) outras áreas, mesmo relevantes, como, por exemplo, a saúde (área em que a Psicologia tem sido relacionada na maioria das IFES), não recebe devida atenção. É nesse sentido que Leite (2015) afirma que o PNAES assumiu um perfil excessivamente específico, compensatório e assistencialista.

Essa indefinição, segundo Bleicher e Oliveira (2016, p. 546) está relacionada à falta “de regulamentação específica para as ações direcionadas pelo PNAES”. Além disso, a diferença, no quantitativo de profissionais, pode gerar ambivalência na postura assumida pela Psicologia, o que pode levá-lo a priorizar o atendimento ao estudante carente (conforme aponta o PNAES), devido o quadro deficitário de profissionais efetivos, como apontou uma das IFES. Tais questões podem trazer implicações para o processo de inclusão, buscado pela assistência estudantil, no contexto universitário.

Sabe-se que, de acordo com o Decreto 7.234, “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

No texto citado, é possível identificar que a renda é a principal variável para delimitação das ações da Política de Assistência Estudantil. É importante destacar que “o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita de “até 1 e meio SM” tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica” (ANDIFES, 2019). Isto significa dizer que mais da metade dos estudantes das IFES brasileiras se apresentam como público-alvo da assistência estudantil, se consideramos os critérios do Decreto 7.234 (BRASIL, 2010). O acesso aos programas da assistência estudantil é prioritário; apenas os estudantes que comprovem renda *per capita* de até um salário mínimo e meio podem, a depender do quantitativo de vagas disponíveis, ser contemplado com uma bolsa ou auxílio.

O atendimento ao aluno prioritário foi apontado por 6 IFES, seja de modo integral, com ações destinadas apenas a esse público-alvo (UFPE, UFRPE), em anos anteriores (a UFERSA apresentou essa informação nos anos de 2010 e 2011, não apresentando nos documentos posteriores), em um dos Programas desenvolvidos (UFRN, UFAL), ou porque se constatou que a maioria dos atendimentos se destinou para estudantes de baixa renda (UFPI realizava atendimentos para a comunidade acadêmica – servidor e estudantes). É importante destacar que a prioridade apontada pela UFRN foi justificada em função da alta demanda associada ao baixo quantitativo de profissionais da Psicologia, sugerindo possibilidades de ampliação do

acesso aos atendimentos, caso houvesse aumento do número de profissionais. Assim, pode-se afirmar que apenas três instituições apresentaram prioridade das ações da Psicologia para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFPE, UFRPE, UFAL), ou para aqueles estudantes beneficiados pelos programas da assistência estudantil.

No entanto, observou-se que, de modo geral, as ações da Psicologia na assistência estudantil se voltavam para o estudante, em 7 instituições. Uma delas (UFPI) possui, também, a comunidade universitária (estudantes e servidores) como foco de suas intervenções. Em outras duas, os atendimentos se voltavam para familiares e docentes. No entanto, se caracterizavam como atividade pontual de orientação, extensão do atendimento ao aluno. Caracteriza-se, portanto, apenas quando necessário. Tais achados estão em acordo com os estudos já realizados (OLIVEIRA, 2016; MOURA; FACCI, 2016; BISINOTO; MARINHO-ARAÚJO, 2011; SERPA; SANTOS, 2001).

Considerando o exposto, há de se questionar se a ampliação do público adotada pelos profissionais de Psicologia da assistência estudantil - sem prioridade de público-alvo, seja de graduação e/ou que apresente baixa condição socioeconômica - está relacionada ao contingente expressivo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme dados apresentados pelo FONAPRACE (ANDIFES, 2019), mas nem sempre contemplados pelo repasse de auxílios e bolsas¹⁷; ou se a concepção de assistência estudantil adotada pelo profissional de Psicologia contempla todos os estudantes e/ou comunidade universitária, e adote um olhar ampliado para as ações da assistência estudantil no ensino superior. Nessa direção, pesquisas futuras são necessárias para embasamento de tais inquietações e reflexões.

Esse núcleo de significação permite, oportunamente, afirmar que, as políticas públicas de educação, implementadas no ensino superior, trazem implicações e desafios para a atuação da Psicologia na assistência estudantil. Ao apontar diversas áreas que poderão ser desenvolvidas pelas IFES, através de equipe multi e interdisciplinar, para auxiliar na permanência do estudante no ensino superior, direciona a Psicologia para o trabalho em equipe. Este resultado reforça os achados de Oliveira (2016), que a partir de pesquisa realizada com profissionais da assistência estudantil de universidades federais públicas mineiras, identificou o trabalho em equipe como fator estruturante da identidade da Psicologia nesse contexto.

Além disso, os resultados apontados pela maioria das IFES aqui analisadas, sugerem que a Psicologia, na assistência estudantil, foi convocada a atuar no atendimento direto às

¹⁷Em virtude do recurso limitado destinado para a assistência estudantil das IFES, e do expressivo número de estudantes nas IFES em vulnerabilidade socioeconômica, é realizado processo seletivo via editais na assistência estudantil. O quantitativo de vagas ofertadas é limitado.

demandas específicas da área de atenção à saúde do estudante, uma das áreas do PNAES, política desenvolvida no contexto do ensino superior, onde temas da educação e processos educacionais se inserem.

A autonomia das IFES, associada à forma como foram implementadas as políticas de acesso e permanência no ensino superior, bem como o investimento destinado a elas, abriram possibilidades para prioridade e não exclusividade de ações (BRASIL, 2010), o que trouxe implicações para a composição do quadro de profissionais da Psicologia (na medida em que se priorizam determinadas áreas, em detrimento de outras) e para a definição do público-alvo da Psicologia nesse contexto. Os resultados desse núcleo de significação repercutem nas práticas desenvolvidas pela Psicologia, como veremos a seguir.

6.2 A assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco

Numa perspectiva histórica, as atividades apareceram nos achados a partir de 2006, com o encaminhamento psicológico sendo realizado para o Hospital Universitário da Instituição (UFAL). Além do encaminhamento, observou-se que até o ano de 2010, foram poucas as IFES (UFRN, UFAL, UFERSA) que apontavam a realização de atendimento psicológico, e quando o faziam era sem especificações da modalidade de intervenção ou atendimento realizado. Desta feita, pode-se inferir que a partir de 2010, a Psicologia passa a ganhar contornos mais específicos com relação a modalidade de atividade desenvolvida, amplia-se o leque de IFES que apresentavam atividades em Psicologia, bem como ampliam-se essas atividades.

A título de exemplo, em 2011, a UFRN apontou que realizava o “atendimento psicológico”, passando em 2012 a apresentar o “atendimento psicológico individual” e o “atendimento psicopedagógico”. Já em 2013 o “plantão psicológico”, a “visita técnica”, o “atendimento psicoterápico individual”, a “orientação a docentes e familiares” e a “orientação de aconselhamento em saúde” já se apresentavam como atividades desenvolvidas por esta IFES. É importante recordar que, das 9 IFES que fizeram parte deste estudo, 3 surgiram a partir de 2010, fruto do processo de expansão das universidades federais.

As atividades realizadas pela Psicologia na assistência estudantil, de acordo com os resultados, são majoritariamente voltadas para atendimento psicológico individual, com espectro de variações deste tipo de atendimento no contexto educacional, as quais podem ser observadas, através de ações de curto prazo (plantão psicológico; acolhimento psicológico; escuta psicológica; aconselhamento psicológico; apoio psicológico; atendimento emergencial;

orientação aos discentes; orientação profissional; atendimento psicopedagógico; suporte, através de entrevistas, em processo seletivo de programa na assistência estudantil; orientação de aconselhamento em saúde; avaliação psicológica; assessoria no recrutamento e seleção de Empresa Júnior; plantão de orientação nos estudos) ou de ações de médio/longo prazo (psicoterapia breve; acompanhamento psicológico; acompanhamento psicoterapêutico; atendimento psicológico clínico; atendimento ambulatorial; auxílio (financeiro) psicológico (visando psicoterapia); psicoterapia de apoio; atendimento técnico).

Percebeu-se que, conforme se avançavam os anos, ampliavam-se as ações de caráter pontual e emergencial, como os plantões psicológicos, atendimento emergencial, aconselhamento psicológico, acolhimento psicológico, escuta ativa dos estudantes e orientações ao público universitário. Em 2018 o plantão psicológico era desenvolvido por 5 IFES (UFRPE, UFRN, UFERSA, UNILAB, UFSB) das 9 que apresentaram ações individuais, sendo que em duas delas (UFRPE e UNILAB) era a principal modalidade de atendimento psicológico ofertado pela Psicologia. As outras IFES apontaram aconselhamento, escuta psicológica, acolhimento psicológico, atendimento emergencial etc. Os achados sugerem o plantão psicológico e seus derivados como estratégia principal desenvolvida, no ano de 2018.

Nesse sentido, de acordo com Moura e Facci (2016), o atendimento individual propicia grande procura por profissionais de Psicologia. Demanda essa, atrelada ao pequeno quantitativo de profissionais de Psicologia nas IFES, requer dos profissionais a elaboração de estratégias para atendê-la. Ressalta-se que, em 2018, em cinco das instituições (UFPE, UFRPE, UFAL, UFSB, UFCA), apenas as ações de caráter individual eram apontadas como parte das ações da Psicologia na assistência estudantil.

Dentre essas ações, destacamos: acompanhamento psicológico, atendimento ambulatorial em Psicologia e em Psicopedagogia (UFPE); plantão psicológico e participação em processo seletivo do Programa de moradia para avaliação das condições emocionais do estudante (UFRPE); acolhimento psicológico, orientação e/ou encaminhamento para a rede de atenção psicossocial (UFAL); atendimento psicológico, como plantão, psicoterapia breve (UFSB); atendimento psicológico, aconselhamento psicológico, escuta psicológica e aconselhamento profissional (UFCA);

Como desdobramentos da ação de atendimento psicológico individual, apareceram os encaminhamentos para rede, o atendimento (orientação) ao familiar e ao docente e as visitas domiciliares. Essas iniciativas sugeriam buscar ampliar o espectro do cuidado, com a manutenção de ênfase no discente.

No que concerne aos encaminhamentos, 3 instituições utilizaram-se de dispositivos institucionais, como Hospital Universitário e Clínicas-escola, sugerindo realizar os encaminhamentos para Hospital Universitário (UFAL, 2006; 2007; 2008; 2013; 2014) e Clínica-escola ou serviço equivalente (um dos *campi* da UFPI e a UFCA, 2014; e a UFAL, 2012), devido à ausência de profissionais de Psicologia na assistência estudantil, nos períodos informados. No entanto, mesmo com profissionais de Psicologia presentes na assistência estudantil, as Clínicas-escola mostraram-se como dispositivos utilizados no suporte ao estudante universitário pela assistência estudantil (UFAL, 2016, 2017, 2018; UFPI, 2017).

As Clínicas-escola são espaços voltados para a formação em Psicologia no Brasil. Para Couto e Jerônimo (2019, p. 190), trata-se de “contexto propício ao desenvolvimento de habilidades e competências inerentes à prática da psicologia clínica”. Esses espaços têm ofertado ações voltadas à saúde mental do estudante universitário que se alinham às políticas públicas no campo da assistência estudantil, conforme apontam alguns estudos (COUTO; JERÔNIMO, 2019; LIMA et al, 2019).

Em se tratando dos encaminhamentos para a rede externa à instituição, a UFAL, a partir de 2016, informou que realizava encaminhamentos para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como suporte ao estudante. De acordo com Instrução Normativa lançada em 2018 por esta IFES, as ações em promoção e prevenção se estruturarão nos seguintes eixos: “ações na perspectiva do direito à saúde, articuladas e referenciando o acesso à rede de serviços de saúde do SUS”. Em 2017 foi lançado o Guia de Atenção Psicossocial em Saúde Mental, material que continha “informações sobre a rede de atenção psicossocial” do estado.

Algo semelhante ocorreu com a UFPI. Esta apontou que realizava “parceria com outros serviços disponíveis tanto nesse *campus* quanto no município”, e tinha como objetivo “desenvolver ações de articulação em rede e interinstitucional”. Os serviços da rede foram apontados por esta IFES nos casos que demandavam “grau mais avançado” ou que extrapolavam as possibilidades de resolução da Instituição. O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, as equipes de saúde da família e os hospitais de referência (em casos de suicídio) foram os dispositivos apontados.

Fazia parte das atribuições realizadas pelo profissional de Psicologia da UNILAB “orientar e encaminhar estudantes para serviços de saúde locais e/ou regionais, especialmente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)”. Além disso, foram realizadas “atividades de orientação para o estudante estrangeiro sobre o SUS e os serviços de saúde locais...”. Na UFPE, a “rede de saúde externa” seria indicada para estudantes que não estivesse dentro do

perfil socioeconômico, uma vez que a instituição disponibilizava serviços de saúde apenas para estudantes de baixa renda.

Compreende-se que a rede interna e externa à universidade tem funcionado como suporte à saúde do estudante na assistência estudantil, mormente na ausência do profissional de Psicologia, ou quando as demandas apresentadas pelo caso extrapolam as possibilidades de intervenções disponibilizadas. A referência a estes serviços existe como proposta de acompanhamento individual das problemáticas relacionadas à saúde mental do estudante. Frente ao quantitativo de IFES que mencionaram os serviços, consideramos ainda a necessidade de avanços nas trocas entre a Psicologia na assistência estudantil com rede.

Santos *et al* (2015) defendem, a partir da perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional, que ao se tratar de encaminhamentos dos estudantes, é fundamental que as Clínicas-escola de Psicologia e os serviços de saúde estejam preparados com as demandas estudantis relacionadas ao contexto universitário. Desta feita, apontam os autores,

É dever dos Psicólogos Escolares e Educacionais se preocuparem com a articulação de ações no plano da formação profissional com as Clínicas-Escola para o atendimento de queixas educacionais e entre os psicólogos que atuam na área da educação com os que se encontram na área da saúde, ampliando a compreensão do processo educação formal e sua importância na constituição dos indivíduos (p.518).

Por outro lado, destaca-se que, além das atividades de caráter individual, observaram-se atividades de grupo diversas: grupos de orientação profissional, de apoio psicológico, terapêuticos, de habilidades acadêmicas, psicoterapêuticos, psicopedagógico, psicoeducativos; mediação de conflitos; projetos e programas diversos (programas de aconselhamento em saúde; projetos de extensão); eventos, workshops, oficinas temáticas, cursos; atividades de acolhimento ao estudante ingresso; reuniões com movimento estudantil; terapia comunitária. São práticas inovadoras nesse contexto, que surgem nos documentos a partir de 2011. As ações voltadas para o âmbito educacional ganham mais notoriedade com as ações coletivas.

O que se observa é ampliação das ações na assistência estudantil, com predomínio de modalidade de atendimento individual. A título de exemplo, em 2017 sete IFES apontavam atividades individuais, enquanto apenas 4 IFES desenvolviam atividades coletivas. Tanto as atividades individuais ou coletivas, visavam, principalmente, a resolução e prevenção de problemas e dificuldades apresentadas pelo corpo discente. De acordo com Abreu, Barletta e Murta (2015) a prevenção tem como objetivo evitar problemas cognitivos, emocionais,

relacionais e comportamentais, mas não o faz sem a promoção de fatores de proteção relacionados à saúde mental.

Nessa direção, duas IFES apontaram como objetivo (de determinada ação e do setor) o desenvolvimento de ações de promoção à saúde do estudante (UFPI; UFERSA), com foco no auxílio e criação de estratégias para o enfrentamento dos problemas e dificuldades surgidas no cotidiano. Já a UFPI (2007), o atendimento psicológico visava auxiliar “nas dificuldades emocionais e relacionais da vida acadêmica, possibilitando o enfrentamento das situações do cotidiano e a qualidade de vida pelo desenvolvimento das potencialidades do indivíduo”. O serviço de Psicologia dessa IFES afirmou que as principais demandas para atendimento individual eram referentes a transtornos de ansiedade, depressão, ideação suicida, (re)orientação profissional, problemas de adaptação à vida universitária e às novas relações sociais efetivadas e problemas emocionais que interferem na aprendizagem. Em 2018, afirmou que era um de seus objetivos, “intervir em problemas psicossociais e psicoeducacionais que interferem na permanência”. Outras IFES também apontaram o que visavam com as intervenções em Psicologia:

tornar mínimo o sofrimento existencial. [...] Problemas de aprendizagem. [...] apoio familiar [...] com estudantes que estejam apresentando dificuldades em função do afastamento de suas famílias (UFSB, 2014);

Acompanhar situações que possam conduzir a retenção ou a evasão (UFAL, 2018);

tem como objetivo desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde mental dos estudantes, possibilitando a criação de estratégias para lidar com as dificuldades pessoais, familiares, acadêmicas e profissionais (UFERSA, 2018);

construir espaços para a escuta e expressão de sentimentos, sentidos e experiências dos estudantes relativos aos desafios do cotidiano acadêmico e do processo saúde-doença-cuidado [...] desenvolver atividades de recepção e acolhida ao estudante estrangeiro, tendo em vista os desafios sociopsicológicos vinculados aos processos migratórios e as consequentes dificuldades de adaptação e inserção em um novo contexto [...].As vivências e convivências universitárias são potenciais desencadeadoras de sofrimentos, angustias e necessitam de um espaço para sua acolhida (UNILAB, 2018);

promover o contato com as dificuldades e problemas enfrentados pelos discentes, buscando facilitar a adaptação às novas situações, promover o melhor uso dos recursos pessoais e o desenvolvimento da autonomia e do autoconhecimento [...] Escuta Psicológica [...] busca ouvir e acolher o estudante que apresenta sofrimento psicológico [...] Promove um espaço para o discente falar sobre o seu sofrimento psicológico, desenvolver o autoconhecimento e lidar com suas dificuldades (UFCA, 2017, 2018);

estudantes que necessitam de apoio psicológico (UFRN, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018);

(Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante) Tem como foco atuar no acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional, ajudar os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. (UFRN, 2017, 2018)

atuar no processo de ensino aprendizagem, identificando problemas e obstáculos que interfiram na integração do aluno a vida estudantil; O atendimento psicológico se destina para alunos que demandem este tipo de atendimento nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e orientação profissional com forte enfoque preventivo; acompanhar estudantes de classe mais desfavorecidas, com evidente iminência de abandonar os estudos (UFRPE, 2018);

Além dessas, o serviço da UFPE funcionava com “foco nas demandas do estudante que procura o serviço”. Compreende-se que a procura ao serviço ocorria a partir da necessidade apresentada pelo estudante. Nessa direção, o foco das ações era direcionado para os problemas que podiam interferir na permanência do estudante, seja minimizando-o ou evitando-o. De acordo com Bisinoto e Marinho-Araújo (2015), embora a literatura sinalize “para a necessidade e o desafio de investir em práticas preventivas e em ações com outros agentes que também participam do processo formativo” (p.37), tradicionalmente, a Psicologia no Ensino Superior tem privilegiado “a intervenção direta com o estudante em uma perspectiva individualizada e em resposta ao problema que ele vivencia” (p.37).

Moura e Facci (2016) corroboram com este pensamento ao afirmarem que a função do psicólogo se relaciona à diminuição das taxas de retenção e evasão, através do atendimento e acompanhamento individual ao estudante. Nessa direção, “a evasão e o desempenho dos alunos não são bons porque passam por ‘problemas psicológicos’. Se tiverem atendimento/acompanhamento do psicólogo não se evadirão e o desempenho será melhor” (p.506).

A partir das informações expostas acima, evidencia-se a predominância de formas de atuação denominadas “tradicionais”, práticas que foram “associadas à dimensão psicoeducativa do contexto escolar” (MARTINEZ, 2009, p. 171). Para a autora, as ações tradicionais envolvem avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares, orientação a alunos e pais, orientação profissional, orientação sexual e informação e orientação de professores, propostas que já possuem histórico consolidado no país. Essas formas se definem “a partir dos problemas concretos relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes que demandam solução e para os quais a intervenção do psicólogo constitui uma resposta” (OLIVEIRA; SILVA, 2018, p.12).

É importante ressaltar que, as atividades pautavam-se, conforme algumas IFES, numa concepção psicossocial de sujeito, em que são considerados, obrigatoriamente, a subjetividade atrelada ao campo das relações sociais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011). A título de exemplo, a coordenação na qual se inseria a Psicologia, na UNILAB, apontou que tinha como propósito, em 2018, “analisar, assessorar, facilitar e/ou intervir em processos psicossociais referentes à experiência estudantil”. Justificou a realização de grupos denominados “Grupos de Apoio Psicossocial”, apontando as implicações da inserção do estudante no contexto universitário:

A inserção na vida universitária é um processo permeado por inúmeros desafios para o estudante. São múltiplas transformações em curso, que envolvem desde a escolha profissional, o contato com novos conteúdos, exigências e métodos de ensino/aprendizagem, até mudanças na rotina e nos relacionamentos interpessoais [...] é comum que a todas essas mudanças somem-se os desafios de lidar com a distância da família e com um universo notadamente multicultural, em que a dimensão da integração ganha uma relevância ainda maior...”

Esta IFES informou ainda que é atribuição do psicólogo: “desenvolver atividades de recepção e acolhida do estudante estrangeiro, tendo em vista os desafios sociopsicológicos vinculados aos processos migratórios e as conseqüentes dificuldades de adaptação e inserção em um novo contexto cultural”. Além disso, realizou “atividades de orientação para o estudante estrangeiro sobre o SUS e os serviços de saúde locais, atentando para o seu processo de vinculação simbólica e apropriação psicossocial em relação à nova cidade de moradia”.

No que concerne as ações voltadas para o suporte acadêmico e promoção de saúde, a UFSB realizou, em 2015, “ações de promoção em saúde como acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de queixas de ordem psicossocial”. Para esta IFES, a qualidade de vida é influenciada, portanto, por diversas condições que podem afetar a percepção, os sentimentos e as necessidades biopsicossocioespirituais de cada pessoa (2018).

Em 2017, a UFAL lançou o Guia de Atenção Psicossocial em Saúde Mental. O instrumento informativo continha dados referentes à RAPS e visava prestar suporte aos profissionais, principalmente psicólogos, no que concerne as atividades de caráter psicossocial. Compreende-se a ampliação do olhar para os contextos em que se insere o sujeito, seja o institucional e o territorial, através dos dispositivos de saúde que compõe o local de moradia do sujeito

Nessa direção, “deve-se conhecer que as dimensões simbólica e afetiva, articuladas as orgânicas, derivam do contexto social, o qual é formado por outros indivíduos que têm sentimentos, que têm corpos e que têm inscrições e poder nas relações sociais em um

determinado território” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011, p. 12). No entanto, a maioria das ações voltava-se para o estudante universitário, com poucas ações voltadas para o contexto universitário, que adquire uma concepção com foco no problema apresentado pelo estudante.

Ao abordar a dimensão psicossocial no contexto escolar e educacional, Martinez (2009) aponta que o foco das ações deixa de ser apenas o indivíduo e amplia-se para o contexto institucional, de maneira que são considerados

Os sistemas de relações que se dão entre os membros da instituição, os estilos de gestão, os valores, as normas, e o clima emocional, constituem apenas alguns exemplos de importante fatores que influem, direta ou indiretamente, não apenas os modos de agir dos integrantes do coletivo escolar, mas também, os seus estados emocionais, a sua satisfação com a instituição e o seu compromisso e motivação com as atividades que realizam (Idem, 2009, p.172).

Para esta autora, as formas de atuação que abrangem a dimensão psicossocial não incluem apenas o sujeito. Esse tipo de intervenção, em que o contexto educacional é visto “não apenas como um lugar onde uns ensinam e outros aprendem, mas como um espaço social *sui generis* no qual as pessoas convivem e atuam” (MARTINEZ, 2009, 172), é denominado de forma de atuação emergente, e adquirem uma concepção ampliada do trabalho do profissional de Psicologia. Nesse tipo de atuação, possui relevância os aspectos organizacionais da instituição, mormente sua subjetividade social (para compreensão dos processos relacionais que ocorrem nesse espaço), e a ação dos sujeitos nesse espaço (que tem influência na subjetividade deste).

No entanto, isso não significa dizer que as formas de atuação tradicionais não devem fazer parte das intervenções, mas nas intervenções realizadas pela Psicologia, a dimensão psicossocial deve também ser considerada, simultaneamente, à dimensão psicoeducativa, o que permite, ao profissional da Psicologia “o delineamento de estratégias de trabalho que, à partir da articulação das duas dimensões, resultem mais efetivas para a otimização dos processos educativos que nela ocorrem”.

Essas formas de atuação apareceram, nos nossos achados, em menor proporção, dentre as quais, elencamos: levantamento das necessidades e dificuldades da comunidade universitária (UFPI; UFCA); programas e projetos voltados para melhoria das habilidades acadêmicas e planejamento de carreiras e atividades interdisciplinares, com foco na promoção da saúde (UNILAB); acompanhamento do processo de ensino aprendizagem em parceria com professores (UFPI); proposição de alternativas no que se referem às políticas, planos,

programas que visem o bem-estar da comunidade acadêmica (UFAL; UFPI); oficinas com a finalidade de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliam no processo de aprendizagem, favorecendo a permanência do aluno na instituição (UFRN); participação em Fóruns que discutam estratégias referentes à saúde mental no contexto universitário (UFAL). Tais ações, são mais recentes, e se apresentaram em nossos achados a partir de 2016.

Conforme podemos observar nos apontamentos de Martinez (2009) e do Conselho Federal de Psicologia (2011), a problematização da integralidade deve ser a orientação para a compreensão do termo psicossocial, bem como do seu fazer prático. No entanto, o CFP (2011) alerta que, muitas vezes, o termo psicossocial é utilizado de forma ingênua, como a somatória de disciplinas, o que não considera o sujeito em sua totalidade. Isso faz com que cada área se ocupe de sua especificidade frente ao sujeito, o que foi observado nos nossos resultados, como se pode ver a seguir.

O termo psicossocial se refere à conotação da soma das áreas no atendimento ao discente, em 7 IFES, reforçando o trabalho multidisciplinar desenvolvido, conforme apontado no núcleo de significação anterior. A UFAL, como forma de ampliar a equipe da assistência estudantil, em 2014 e 2015, apontou que iria “intervir junto à Progep, para reforço da equipe de trabalho da Proest e Naes, visando a um melhor atendimento à comunidade estudantil, que venha a fortalecer as áreas psicossocial, saúde, apoio pedagógico...”. No ano de 2018, na Instrução Normativa referente ao Programa da Residência Universitária, alegou que caberia ao estudante residente, “atender as convocatórias da Proest no que concerne aos processos de atualização cadastral, bem como, para acompanhamento psicossocial e pedagógico”. Nesse caso, o estudante seria acompanhado pela psicologia, serviço social ou pedagogia.

A UNILAB informou, em 2018, que realizava “apoio psicossocial nas questões relativas à evasão universitária e aos índices de reprovação acadêmica”. Em 2014, esta IFES trouxe que o atendimento psicológico e social aos estudantes era realizado através dos profissionais técnicos-administrativos que trabalhavam de forma articulada, no intuito de garantir os meios psicossociais.

Em 2013 e 2014, era objetivo da assistência estudantil da UFRPE realizar ações com foco o bem-estar psicossocial do discente. Para tanto, contava com uma Coordenação de Apoio Psicossocial. Em 2013, para a realização do “atendimento psicossocial ao discente” a unidade contava com “apoio Psicológico e de Assistência Social”, que totalizam a realização de 1.561 atendimentos. No próximo ano, em 2014, o “atendimento Psicossocial ao discente” ocorreu por meio de “apoio psicológico e de assistência social”, sendo apresentados os quantitativos de

atendimentos psicossociais nas unidades acadêmicas, através de dados dos atendimentos psicológicos e sociais realizados. Essas informações foram reforçadas ao longo dos anos.

Ainda no que concerne a esta IFES, no regimento da residência universitária, lançado em 2016, o processo seletivo deverá ser assessorado “por servidores especialistas designados pela Progesti, com objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos e psicológicos, sendo estes aspectos definidos como critérios psicossociais. Em 2018, foi apontado que

a Coordenação de Apoio psicossocial tem atuação no processo ensino-aprendizagem, identificando problemas e obstáculos que interfiram na integração do aluno a vida estudantil, planejando ações na área pedagógica, psicológica e social que envolvam a instituição visando a melhoria do desempenho acadêmico.

Era objetivo dessa coordenadoria “planejar, supervisionar e coordenar as atividades de assistência psicossocial conjuntamente com as comunidades estudantil e universitária”. Essa perspectiva de somatório de áreas foi também compartilhada pela UFRN ao afirmar, em 2012, que “o apoio ao estudante estrangeiro cumpre legislação específica e efetivou-se mediante auxílio à alimentação, ajuda para participação em eventos científicos, culturais e atenção à saúde nos aspectos médicos, odontológicos, psicológicos e psicossociais”. A saúde deveria ser abordada pelas diversas especialidades. Ainda conforme outras IFES:

atendimento psicossocial – serviço de atendimento a estudante com vistas a superação de problemas de ordem psicológica e social (UFPI, 2014).

ações de promoção da saúde mental da comunidade universitária, intervindo nos problemas psicossociais e psicopedagógicos que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante da universidade (UFPI, 2016, 2017, 2018)

o espaço novo oferece estrutura apropriada para atendimento dos alunos pela assistência social e psicologia (UFPE, 2013);

realizar ações de cunho psicossocial e socioeducativo que visem à integração do estudante à vida universitária é apontada no regimento (UFPE, 2016, 2017, 2018);

promover o desenvolvimento psicossocial e acadêmico do estudante (UFCA, 2017)

De modo geral, podemos afirmar que a Psicologia na assistência estudantil, em sua grande maioria, desenvolve ações de caráter individual, voltadas principalmente para resolução dos problemas e dificuldades dos estudantes. Tais formas de intervenção, conforme a Psicologia Escolar e Educacional (MARTINEZ, 2009), são denominadas de formas de atuação tradicionais. No entanto, são observados avanços de ações preventivas, e formas de atuação

emergentes no contexto da assistência estudantil, que se voltam para o ambiente institucional e assumem uma concepção ampliada de sujeito.

Esses resultados corroboram àqueles encontrados por Bisinoto e Marinho-Araújo (2011) e de Oliveira e Silva (2018), estudos realizados, respectivamente, com profissionais de Psicologia atuantes no ensino superior do Distrito Federal, e psicólogos da assistência estudantil de universidades públicas federais mineiras. No estudo de Bisinoto e Marinho-Araújo (2011), as atividades tradicionais corresponderam a 52% do total, prevalecendo, portanto, sobre as emergentes. Nos achados de Oliveira e Silva (2018), predominaram as modalidades de atendimento individual ao estudante, consideradas formas de atuação tradicionais.

Os significados extraídos das práticas em Psicologia na assistência estudantil, permitidos a partir das análises acima realizadas, nos permitem afirmar que: a Psicologia aponta relevante presença na área de atenção à saúde do estudante, voltadas para as dificuldades dos alunos, com predomínio de formas de atuação tradicionais, sem predomínio do recorte de prioridade do público-alvo. Além disso, desenvolve um trabalho em equipe multiprofissional, embora apresente indícios de um pequeno quadro de profissionais. O que esses significados nos apontam será desenvolvido a seguir.

6.3 A ênfase das ações da Psicologia Escolar e Educacional na assistência estudantil

Já apontamos, ao longo deste trabalho, que as políticas públicas voltadas para a educação superior são recentes e consideram imprescindíveis a autonomia das IFES do Brasil, o que traz implicações para delimitação das práticas desenvolvidas pela Psicologia e do lugar ocupado pela assistência estudantil nas instituições. No que concerne ao PNAES, este se apresenta como Decreto presidencial, que pode ser modificado ou retirado a qualquer tempo, o que gera instabilidade com relação ao financiamento nas IFES e investimentos nesse contexto, que visem aperfeiçoamento e qualificação. Com pouco tempo de implementação, tem se apresentado por meio de ações pontuais, no que concernem as demandas apresentadas por estudantes, o que sugerem dificuldades de planejamento de ações de prevenção e promoção no contexto universitário, frente às demandas elevadas e quadro deficitário de profissionais. E é nesse contexto, em construção e em busca de consolidação, que a Psicologia, também, busca demarcar seu lugar na educação, possibilitadas pelas políticas de acesso e permanência, mormente o PNAES.

Nessa direção, os significados apresentados pela Psicologia na assistência estudantil, através de suas práticas, estão relacionados com as influências das políticas de acesso e permanência, com destaque para o PNAES, com as demandas oriundas desse contexto. Frente ao exposto, e a partir das práticas desenvolvidas nas IFES dessa pesquisa, questiona-se: estamos diante de um contexto que permite várias possibilidades de atuação para as várias subáreas e especialidades da Psicologia, com destaque para a Psicologia Clínica? Ou os significados apontam para um campo emergente de atuação da Psicologia Escolar e Educacional que reproduz o modelo de atuação da Psicologia desenvolvido outrora na Educação Básica? É o que buscaremos desenvolver daqui em diante.

Para iniciarmos essa discussão recorreremos à Resolução nº 013/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Nela, 11 especialidades foram apontadas, com possibilidades de ampliação deste número, desde que a “... produção teórica, técnica e institucionalização social assim as justifiquem”. São elas: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social; Neuropsicologia.

Se retomarmos os significados identificados nos núcleos de significação, podemos destacar que a Psicologia sofre influências das políticas públicas de educação voltadas para a permanência do estudante. Portanto, mostra mais expressividade na área de atenção à saúde do estudante, com objetivos que se direcionam para as dificuldades dos alunos, através da realização de ações majoritariamente ‘tradicionais’, com destaque para as modalidades de atendimento individual.

Assim, um primeiro lançar de olhos para esses achados nos direcionam para a especialidade da Psicologia Clínica, que na concepção do CFP, trata-se da área de atuação em que o profissional

Atua na área específica da saúde, em diferentes contextos, através de intervenções que visam reduzir o sofrimento do homem, levando em conta a complexidade do humano e sua subjetividade. Estas intervenções tanto podem ocorrer a nível individual, grupal, social ou institucional e implicam em uma variada gama de dispositivos clínicos já consagrados ou a serem desenvolvidos, tanto em perspectiva preventiva, como de diagnóstico ou curativa. Sua atuação busca contribuir para a promoção de mudanças e transformações visando o benefício de sujeitos, grupos, situações, bem como a prevenção de dificuldades. Atua no estudo, diagnóstico e prognóstico em situações de crise, em problemas do desenvolvimento ou em quadros psicopatológicos, utilizando, para tal, procedimentos de diagnóstico psicológico tais como: entrevista, utilização de técnicas de avaliação psicológica e outros. Desenvolve trabalho de orientação, contribuindo para reflexão sobre formas de enfrentamento das questões em jogo. Desenvolve atendimentos terapêuticos, em diversas modalidades, tais como psicoterapia individual, de casal, familiar ou em grupo, psicoterapia lúdica,

terapia psicomotora, arteterapia, orientação de pais e outros. Atua junto a equipes multiprofissionais, identificando, compreendendo e atuando sobre fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo [...] atua junto aos indivíduos ou grupos na prevenção, orientação e tratamento de questões relacionadas a fases de desenvolvimento, tais como adolescência, envelhecimento e outros [...] Acompanha programas de pesquisa, treinamento e desenvolvimento de políticas de saúde mental, participando de sua elaboração, coordenação, implementação e supervisão, para garantir a qualidade da atenção à saúde mental em nível de macro e microsistema (CFP, 2007).

Tal definição reafirmam os aspectos apresentados pela Psicologia na assistência estudantil aqui analisado, no mesmo campo de conhecimento da Psicologia Clínica: situada na área de atenção à saúde do estudante, com foco na resolução das problemáticas psicossociais vivenciadas pelo corpo discente das IFES. A resolutividade ocorre, por meio de intervenções diversas (com destaque para práticas individuais), em atuação em equipe multiprofissional, para a permanência do estudante.

Três outras questões sugerem um reforço para uma prática situada no modelo clínico na assistência estudantil das IFES: a primeira delas se refere a uma rede de saúde mental precária, resultado da ausência de políticas públicas de saúde eficazes, mormente voltadas para as populações em situações de vulnerabilidades sociais e econômicas. Observou-se também que poucas são as IFES que apontaram possível compartilhamento de ações com essa rede. A segunda volta-se para estudos que tem apontado para o adoecimento mental do estudante universitário (PADOVANI et al, 2014; LAMBERT; MOREIRA; CASTRO, 2018; ARIÑO; BARDAGI, 2018; GRANER; CERQUEIRA, 2019), fator que demanda ações resolutivas em saúde mental no contexto do ensino superior, conforme apontaram pesquisas realizadas pelo FONAPRACE (ANDIFES, 2014; 2019).

A terceira e última questão, aponta para a forma em que é vista a Psicologia, nos diversos âmbitos em que é requisitada. Segundo Wiggers (2016, p. 49), dentre as áreas em que esteve organizada a atuação em Psicologia, historicamente, a clínica “marca predominantemente as práticas e a visão que temos até hoje sobre o papel a ser exercido pelo psicólogo em todos os lugares, ou seja, aquele que trata de problemas psicológicos”.¹⁸

Inicialmente, a Psicologia foi chamada a atuar na assistência estudantil a partir da perspectiva que se aproxima da Psicologia Clínica, conforme nos apontam os resultados dessa pesquisa, os quais reafirmam as reflexões do primeiro relatório da primeira pesquisa, realizada em 1994 pelo FONAPRACE:

¹⁸ As outras áreas apontadas pelo autor são: a educação e a organização.

a assistência psicoterápica é oferecida por algumas universidades, embora, nesses tempos de crise, seja uma demanda efetiva. Até mesmo as universidades que já têm este tipo de serviço sentem a necessidade de ampliá-lo sem que haja condição para tal (ANDIFES, 1994, p. 39).

Observa-se na citação referida acima que existe o fomento para a ampliação desse tipo de serviço para o estudante. Nos relatórios subsequentes (ANDIFES, 2003/2004; 2010; 2014; 2019) já não observamos mais a referência a esta modalidade, mas são apontadas questões de sofrimento e adoecimento mental situadas na área do PNAES de Atenção à Saúde do estudante. Mantem-se assim, a sugestão da necessidade de intervenções voltadas à resolução dessas problemáticas vivenciadas no contexto universitário. Paralelo a isso, tivemos a ampliação do acesso ao ensino superior a estudantes de baixa renda e a delimitação das ações, por parte das políticas, para este público alvo. Reforça, a nosso ver, uma ação voltada apenas para a atuação terapêutica para a superação de problemas psicológicos. A promoção de ações de saúde e voltadas para os processos educacionais ficam em segundo plano.

Para além do foco individual/privado da Psicologia Clínica, a prática da Psicologia nesse contexto se voltou também para a participação em processos seletivos nos programas de assistência estudantil, com visitas domiciliares em parceria com profissionais do serviço social, participação em processo seletivo para Empresa Junior, ações em psicopedagogia. Estas práticas apresentam importante interlocução com outras subáreas da Psicologia, como a Psicologia Organizacional e Psicopedagogia. Somados a esses, algumas ações individuais e coletivas voltavam-se para o contexto educacional e processo de ensino-aprendizagem, com destaque para as ações coletivas, que surgem, mormente em 2011. É oportuno afirmar que um dos *campi* da UFPI afirmou assumir a perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional. Ao retomarmos as especialidades apontadas pelo CFP, a Psicologia do Esporte teria também seu espaço garantido e necessário nesse contexto, haja vista que uma das áreas apontadas pelo PNAES é o esporte.

Frente ao exposto, pode-se apontar que os significados sugerem um contexto que permite várias possibilidades de atuação às várias especialidades da Psicologia, com ênfase na Psicologia Clínica. Esse apontamento ganha força se adicionarmos as várias possibilidades de áreas de atuação, apresentadas pelo Decreto 7.234. Recordamos que algumas delas destacam a atenção à moradia, esporte, transporte, alimentação, inclusão digital, apoio pedagógico. Adicionamos ainda que os editais de concurso mencionam uma descrição generalista ou clínica do cargo de psicólogo para atuação na educação superior. Por último, a autonomia universitária

permite construção de diversas possibilidades, em um campo que se apresenta emergente e sem modelos de atuação.

Por outro lado, em que se pese, a proposta apresentada pelo PNAES sugere pensar o sujeito sócio-histórico, em sua integralidade, com foco na permanência, e não (como já foi e, por vezes, ainda o é) de realizar ações pontuais, focalizadas e fragmentadas. O desafio seria identificar as diversas demandas que partem desse sujeito, inserido socialmente, “e produzir respostas e intervenções satisfatórias voltadas para o saneamento das demandas que tais campos criam” (ALVES; SILVA, 2006, p. 189).

Não podemos nos desprender de um ponto fundamental, qual seja a demanda pelo profissional de Psicologia para atuação com foco nas políticas de permanência: colaborar para melhoria da permanência, ou atuar na prevenção da evasão e retenção no ensino superior, espaço de ensino formal, em que os processos educacionais atrelados ao desenvolvimento humano se fazem presente. Portanto, as ações empreendidas possuem diretrizes que as localizam no campo educacional e definem o objeto específico (processos de ensino - aprendizagem associados ao desenvolvimento).

Estas reflexões nos direcionam para especialidade apontada pelo CFP (2007), a Psicologia Escolar/Educacional. Nesta, o psicólogo especialista atua no contexto educacional, “realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente”. Para Martinez (2009) a Psicologia Escolar se diferencia das outras áreas uma vez que busca contribuir para a otimização dos processos educativos e possui como campo de atuação as diferentes modalidades do sistema educativo, sendo o ensino superior um deles.

Na concepção de Alves e Silva (2006) compreende “vários campos de atuação, sendo os mais conhecidos o psicopedagógico, o clínico, o institucional, o preventivo e o promotor de saúde” (p. 186), de maneira que permite ao profissional transitar por um amplo arcabouço teórico, no entanto, nem sempre complementar e, por vezes antagônicos e contraditórios. Ainda de acordo com os autores, esta área de atuação articula as dimensões individual, social, institucional e cultural. No entanto, pouco utilizadas em conjunto pelos profissionais, o que acarretam dificuldades relacionadas à compreensão e busca de soluções mais duradouras para a instituição.

A partir do exposto, podemos afirmar que os significados apontam para uma Psicologia Escolar e Educacional. Coexistem as ações emergentes da Psicologia na assistência estudantil, identificados nos documentos que subsidiaram a presente pesquisa, com as formas, ainda prevalentes, de atuação tradicional, que as aproximam mais do modelo de atuação clínico. Tais

achados corroboram com o que apontou Marinho-Araújo (2015, p. 153-154). A autora afirma que

tradicionalmente, a Psicologia Escolar até se faz presente em algumas IES; nesses casos, o psicólogo geralmente está ligado ao Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) ou Serviço de Assistência ao Universitário (SAU). Na maioria das vezes, essa atuação tem como foco quase exclusivo o acompanhamento e atendimento aos estudantes, especialmente quanto a problemas verificados no âmbito da adaptação à vida universitária e às novas relações sociais; à insatisfação com a escolha do curso e da profissão; ou a questões ligadas diretamente aos processos de ensino aprendizagem relatados como distúrbios de concentração, falta de motivação, desorganização, não adaptação as metodologias de ensino. Observa-se, na atuação do psicólogo escolar na Educação Superior, uma tendência na recorrência de formas de trabalho individualizadas, adaptacionistas, normatizantes, que partem do pressuposto que “há algo errado” com o aluno que não vai bem nessa modalidade de ensino. Uma tendência criticada, há algumas décadas, na intervenção do psicólogo escolar que atua nos segmentos da Educação básica.

Dentre as práticas tradicionais, identificamos a modalidade da psicoterapia (breve, de apoio, longo prazo) plantões, grupos de apoio psicoterapêutico etc., orientações, avaliação diagnóstica, encaminhamentos para a rede etc. Nessa direção, o papel da Psicologia seria o de evitar problemas e desajustes, solucionados a partir da perspectiva relacional de saúde-doença, que possam interferir no processo de adaptação do aluno (MARTINS, 2003).

Em 2011, Almeida (p. 38) afirmou que os estudos e pesquisas na área da Psicologia inserida em contextos educacionais, apontavam para o fato de que “a identidade profissional do psicólogo parece situar-se entre dois modelos, oscilando de forma pendular entre o clínico (de caráter curativo-terapêutico) e o preventivo (de caráter mais educacional e pedagógico)”.

É importante salientar que a prática da Psicologia Escolar e Educacional não exclui o atendimento individual. Ao mesmo tempo, Teixeira, Gomes e Dazzani (2018, p.180) afirmam que “a prática psicoterapêutica tradicional não caracteriza a ação do psicólogo escolar/educacional, cujo foco reside nos processos de ensino-aprendizagem articulados com o desenvolvimento humano”. Defendem, portanto, a articulação do sofrimento vivido com a estrutura social. Apontamentos que reafirmam uma Psicologia Escolar e Educacional com ênfase na clínica, na assistência estudantil.

As autoras mencionadas se alinham a uma perspectiva ampliada de instituição e de sujeito, de maneira que análise e intervenção do profissional de Psicologia Escolar e Educacional devem envolver

todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino - aprendizagem. Nessa tarefa, considera as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e demais

elementos do sistema. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais (CFP, 2007).

Tais apontamentos se assemelham ao que Martinez (2009) denominou de formas de atuação emergentes, que considera a dimensão psicossocial, numa perspectiva de integralidade (CFP, 2007), ações presentes, mas ainda pouco desenvolvidas. Concordamos com Martins (2003, p. 45), ao mencionar que este lugar desenhado para a Psicologia na educação, “ainda não se consolidou, pois as expectativas sobre a atuação ainda se estruturam no eixo saúde-doença”, área em que as questões de saúde mental e qualidade de vida foram mencionadas nas pesquisas do FONAPRACE, o que aponta para um modelo médico de atuação, que ganha representatividade através da Psicologia Clínica.

Distante de uma proposta clínica voltada para a saúde, Guzzo (2011, p. 33) sugere que o profissional de Psicologia Escolar deve voltar-se para a prevenção e promoção da saúde e do bem-estar subjetivo do estudante, através do envolvimento

em atividades que permitam aos estudantes obterem sucesso em suas atividades de vida, diminuindo o curso da violência, do fracasso escolar, da gravidez precoce, dentre outros comportamentos considerados de risco ao desenvolvimento saudável.

Para a realização desse trabalho, é fundamental que o psicólogo realize ações e esteja integrado com outros setores que venham interferir no desenvolvimento discente, seja a própria instituição de ensino, a comunidade etc., o que não foi possível identificar em nossos achados. Parece-nos que pouco ou quase não recorre a outras instâncias para uma atuação integrada.

No que concerne à saúde do estudante no ensino superior, Santos *et al* (2015, p. 518) defendem como estratégia a atuação do psicólogo, com foco na articulação das ações com objetivo de ampliar a compreensão da importância da educação formal no desenvolvimento dos indivíduos. Essas articulações, conforme os autores, devem ocorrer com as Clínicas-Escola, para atendimento de queixas educacionais, e com profissionais que se encontram na área da saúde. Importante destacar que as Clínicas-Escolas são consideradas dispositivos voltados, principalmente, para a prática clínica (COUTO; JERÔNIMO, 2019). Entende-se, portanto, que o acompanhamento em saúde mental, numa perspectiva clínica-terapêutica, se realize em outros espaços, dentro ou fora da instituição, e o profissional de Psicologia Escolar e Educacional seja um mediador nesse processo. Sem perder a especificidade de seu escopo de atuação, no âmbito das relações entre aprendizagem e desenvolvimento.

Considerando o exposto, os significados apontam para uma Psicologia Escolar e Educacional com ênfase na prática clínica, uma vez que predominaram formas de atuação tradicionais, com destaque para modalidades de acompanhamento individuais centradas no estudante. Essas visam resolução ou prevenção de problemas que venham a interferir na adaptação no ensino superior.

No contexto da assistência estudantil, a Psicologia Escolar e Educacional parece caminhar tal qual a política de permanência no ensino superior: dentre as diversas áreas de atuação que comporta (ALVES; SILVA, 2006), privilegia a clínica. Já apontamos anteriormente, nos capítulos anteriores, que a política de assistência estudantil nas IFES brasileiras, dentre as dez áreas que poderia desenvolver na instituição, mantém foco nas áreas de moradia, alimentação e transporte (SANTOS *et al*, 2015), através de auxílios financeiros diversos (LEITE, 2015).

Defende-se que, para a atuação na assistência estudantil das IFES, faz-se necessário o desenvolvimento de ações para a articulação entre as dez áreas propostas pelo PNAES, e da assistência estudantil com os outros setores da instituição e a rede de assistência social, de saúde e de educação. Desse modo, propiciará a comunidade acadêmica suporte ampliado frente às necessidades relacionadas à formação e enfrentamento das desigualdades no ambiente universitário.

Propõem-se a reflexividade para além das demandas do sujeito, na direção de relação dialógica com os inúmeros dispositivos da rede de assistência (os sistemas de saúde, educação, justiça, família), especialmente, no entorno da universidade. Desse modo, importa demarcar o sujeito político e ativo no seu processo de humanização (SAWAIA, 2009; SAWAIA; MAGIOLINO, 2016; SAWAIA; SILVA, 2015; VIGOTSKI, 1991; VIGOTSKI, 1993; VIGOTSKI, 2001; VIGOTSKI, 2004). Sujeito esse que, segundo Sawaia (2009, p. 369) apresenta “potencialidade de desenvolvimento mediado pelas intersubjetividades e atividades”. Nesse contexto, cabe aos profissionais da assistência estudantil colaborar com o aperfeiçoamento de políticas sociais, e buscar superar mecanismos de inclusão perversa, conforme pontua Sawaia (2009).¹⁹

O desafio da prática da Psicologia nesse contexto é recente, datado e fruto da implementação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Cabe aos

¹⁹ Parte dessas reflexões, aqui destacadas, está discutida no artigo publicado: OLIVEIRA, A.A.S; GOMES, L. M. L. S. Limites e avanços da política de permanência: implicações para afetos e vivências no ensino superior. *Obutchénie – Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, Uberlândia, v. 3, n.2, p. 251-402, 2019. (Ver apêndice E).

profissionais de Psicologia, numa perspectiva ampliada e no trabalho em equipe, refletirem sobre as demandas recebidas e problematizarem as ações desenvolvidas. Seria urgente considerar nessa proposta um sujeito ativo, afetivo e político, consubstanciado nas contradições sociais e históricas da sociedade brasileira. Se assim não o fizermos, podem-se dificultar encontros afetivos e (con)vivências potencializadoras, o que ratifica práticas mantenedoras do que Sawaia (2009) denominou de sofrimento ético-político, processo psicológico-político responsável pela reprodução da desigualdade, oriundo da “relação entre as ameaças provenientes da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a ela se assujeitam” (p. 370).

Entende-se ainda ser fundamental pensar as estratégias de ensino no âmbito da educação superior, mas longe de propor ações imediatistas, paliativas e românticas. Desse modo, concordamos com Pereira, May e Gutierrez (2014) sobre avançar no debate sobre a relação da universidade com a educação básica, espaço de formação e percurso das classes populares, pois “é a partir da consideração de todo o percurso escolar e suas implicações com o ambiente social que podemos compreender de forma mais evidente as desigualdades escolares” (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014, p. 134).

Sabemos, no entanto, que o espectro de ações do MEC privilegia a redução da evasão. Nesse sentido, as ações desenvolvidas nas IFES, pela assistência estudantil, não podem assumir perfil substitutivo dos serviços e políticas públicas de saúde, que fazem parte da rede psicossocial, nas quais os estudantes estão inseridos. No entanto, deve assumir uma postura mediadora das potencialidades vislumbradas no contexto acadêmico para que, através de suas ações, se articulem com as demais esferas da rede de atenção às populações, disponíveis no contexto institucional mais amplo. Configura-se assim, uma história de atuação da Psicologia, no contexto da assistência estudantil universitária, a emitir sinais iniciais de sua construção. Desafios postos à Psicologia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que as estratégias metodológicas utilizadas permitiram a apreensão da Psicologia no contexto da assistência estudantil das universidades públicas federais da Região Nordeste. Essa apreensão se deu por meio do desenho das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e suas implicações para a Psicologia; do mapeamento da produção acadêmica brasileira com a presença da Psicologia, no espaço de atuação na assistência estudantil; da aplicação inovadora do uso do método da metassíntese à análise documental com os Núcleos de Significação. Considera-se ainda a significativa amplitude, evidenciada no panorama sócio-histórico da Psicologia, na assistência estudantil, no Nordeste brasileiro, com a importante identificação das áreas, subáreas de conhecimento envolvidas na atuação da assistência estudantil, bem como a descrição das ações da Psicologia no contexto da assistência estudantil. Por último, a interpretação de Núcleos de Significação evidenciou a sustentação teórica e metodológica de práticas psicológicas no contexto da assistência estudantil.

A análise secundária de documentos, de artigos, permite concluir acerca do esforço de pesquisadores brasileiros para o enfrentamento de novos desafios, decorrentes da implementação da política de acesso ao ensino superior brasileiro. A utilização de portais eletrônicos, por exemplo, na base de dados *Google Acadêmico*, constitui um relevante acervo para a realização de etapas de revisão bibliográfica. Pudemos identificar que a Psicologia desenvolvida na assistência estudantil se caracteriza por formas de atuação ‘tradicionais’ voltadas, em sua maioria, para o seu corpo discente.

Por outro lado, a análise primária, no caso dos documentos oficiais dos *sites* das IFES, evidencia o trabalho realizado no interior das Universidades brasileiras para tornar realidade às proposições dessa política, haja vista o montante expressivo de documentos, que excederam às condições de analisá-los, no âmbito dessa dissertação, e que constituirá futura pesquisa. Consideramos que os documentos, disponibilizados nos bancos de dados *on-line* e pelos *sites* das IFES brasileiras, constituem importante canal de comunicação com a sociedade, em especial para estudos de reflexão e de avaliação da implementação de Políticas. As instituições da região Nordeste apresentam um importante acervo de 474 documentos caracterizados como os Relatórios de Gestão Institucionais, os da Assistência Estudantil e as Informações da Psicologia na assistência estudantil. Destes 474 documentos, nove universidades apresentaram todos os documentos. Esse montante de 88 documentos retrata o movimento de implantação e

de prestação de informações a sociedade das ações desenvolvidas. Destaca-se a variedade de tipos de documentos utilizados para esse fim: relatórios, atos administrativos, manuais e informações; a consistência histórica das IFES mais antigas, pois apresentaram maior representatividade de termos relacionados à Psicologia, com total de 65,9% de documentos. Conclui-se ainda que as instituições mais recentes, fruto do processo de expansão, apresentaram 34,1% da amostra. Do ponto de vista histórico, os documentos se apresentaram de 2004 a 2018 com crescimento do número de IFES que apresentaram termos relacionados à Psicologia, a partir da implementação das políticas de expansão, acesso e permanência no ensino superior, processo que terá repercussões na ampliação das ações da Psicologia na assistência estudantil, a partir da expansão de profissionais de Psicologia nos quadros das IFES.

A interpretação dos Núcleos de Significação, tendo como respaldo o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica e os pressupostos da Psicologia Escolar e Educacional, permite concluir que a Psicologia na assistência estudantil se constitui como setor que toma corpo e ganha mais legitimidade, a partir do processo de expansão do ensino superior público federal. A Psicologia aponta relevante presença na área de atenção à saúde do estudante, sem predomínio do recorte de prioridade do público-alvo. Além disso, desenvolve um trabalho em equipe multiprofissional, embora apresente indícios de um pequeno quadro de profissionais frente às demandas que se apresentam. A Psicologia se apresenta com predomínio de práticas tradicionais, com ações de caráter individual, voltadas principalmente para resolução dos problemas e dificuldades dos estudantes. Ao mesmo tempo, mas em menor proporção, observam-se iniciativas de ações preventivas, e formas de atuação emergentes no contexto da assistência estudantil, que se volta para o ambiente institucional e assumem uma concepção ampliada de sujeito. Achados estes que se aproximam dos encontrados na revisão bibliográfica realizada.

Embora as demandas que partem da assistência estudantil das IFES nordestinas sugiram a possibilidade de atuação de diversas áreas de atuação e especialidades da Psicologia, os significados extraídos, a partir da análise internuclear realizada, apontam para uma Psicologia Escolar e Educacional com ênfase na prática clínica. Fazendo uma analogia ao contexto da assistência estudantil no Brasil e as ações nele desenvolvidas, a Psicologia Escolar e Educacional parece caminhar tal qual a política de permanência no ensino superior: dentre os diversos campos de atuação que comporta, privilegia a clínica. Conforme apontado no decorrer dessa investigação, a política de assistência estudantil nas IFES brasileiras, dentre as dez áreas que poderia desenvolver na instituição, mantém foco nas áreas de moradia, alimentação e transporte, através de auxílios financeiros diversos.

Nessa direção os resultados dessa pesquisa apontam para manutenção das práticas tradicionais, como realizado outrora na educação básica pela Psicologia Escolar e Educacional. Ao mesmo tempo, ressaltamos pontos de ruptura à Psicologia a partir da implementação de políticas públicas de acesso e permanência, o que permitiu a ampliação da entrada de profissionais de Psicologia no ensino superior, e conseqüentemente a ampliação de ações nesse contexto.

Por fim e, parafraseando Saramago²⁰, a pesquisa permitiu movimento de “sair da ilha para ver a ilha”, ao objetivar o campo de atuação para conhecê-lo, processo fundamental para a realização de intervenções pautadas em instrumentais teórico-técnicos e ético-políticos consistentes. Reforça, portanto, a relação teoria e prática como condição necessária para a demarcação do lugar da Psicologia, como ciência e profissão, no contexto da Educação. Além disso, os resultados alcançados permitem pensar criticamente direcionamentos frente aos desafios que se colocam à Psicologia, no contexto das políticas públicas voltadas para o ensino superior.

Frente ao exposto, compreendemos a relevância desse estudo porque contribuiu para a atuação em Psicologia no ensino superior, prática emergente no contexto das políticas de acesso e permanência. Por fim, espera-se contribuir para a produção bibliográfica e estratégias de intervenção, referente à temática de políticas públicas na Educação Superior, uma vez que se trata de política com pouco tempo de inserção.

Ao mesmo tempo, salientamos que se trata de pesquisa documental que focou em Região brasileira específica, o que aponta limitação dos resultados para a compreensão da identidade da Psicologia nesse contexto, considerado emergente pela literatura. Desta feita, enfatizamos a importância de realização de pesquisas que possam ampliar ou refutar os resultados aqui encontrados, sejam através de pesquisas documentais que abarquem o cenário nacional, ou através de pesquisa de campo, que envolva os profissionais de Psicologia da assistência estudantil e seus sentidos e significados atrelados as suas práticas.

²⁰ SARAMAGO, J. O Conto da Ilha Desconhecida. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REFERÊNCIAS

ABREU, S.; BARLETTA, J. B.; MURTA, S. G. Prevenção e promoção em saúde mental: pressupostos teóricos e marcos conceituais. In: MURTA, S. G.; LEANDRO-FRANCA, C.; SANTOS, K. B.; POLEJACK, L. (Orgs.). **Prevenção e promoção da saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 54-74.

AGUIAR, W. M. J. OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Rev. Bras. De Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 94, n.236, p.299-322, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 13/07/19.

AGUIAR, W.M.J.; SOARES, J.R.; MACHADO, V.C. Núcleos de Significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, SP, v. 45, n. 155, p. 56-75, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742015000100056&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 13/07/19.

ALMEIDA, S.F.C. O psicólogo escolar e os impasses da educação: Implicações da(s) teoria(s) na atuação profissional. In: DEL PRETTE (Org.). **Psicologia Escolar e Educacional: Saúde e qualidade de vida – explorando fronteiras**. Campinas: Alínea, 2011. p. 37-57.

ALVES, C. P; SILVA, A. C. B. Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, SP, v. 23, n. 23, p. 189-200, 2006. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200010>. Acesso em 20/10/19.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 5, n. 1, 2002. Disponível em:< http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm>. Acesso em 20/10/2018.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **I Pesquisa Do Perfil Sócio-Econômico e Cultural do Estudante de Graduação das Ifes Brasileiras**. FONAPRACE. Uberlândia. 1994.

_____. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. FONAPRACE. Brasília. 2004.

_____. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/wp->

content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em 15/02/18.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. FONAPRACE. Brasília. 2011.

_____. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. FONAPRACE. Uberlândia, 2016.

_____. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. FONAPRACE. Uberlândia, 2019.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.

ARAÚJO, H. L. M. R.; ANDRADE, F. R. B. O trabalho da equipe multidisciplinar da assistência estudantil no IFCE-*Campus* Fortaleza/CE. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 7, n. 2, p. 350-377, 2017. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/317>>. Acesso em 15/06/2018.

ARIÑO, D. O.; BARDAGI, M. P. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, MG, v. 12, n.3, p. 44-52, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10/11/19.

ARIOVALDO, T.C.C; NOGUEIRA, C.M.M. Nova forma de acesso ao ensino superior público: um estado do conhecimento sobre o sistema de seleção unificada – Sisu. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, SP, v.4, n.1, p. 152-174, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6324924>>. Acesso em 20/10/19.

ASSIS, A. D.; OLIVEIRA, A. G. B. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos brasileiros de saúde mental**, Florianópolis, SC, v. 2, n.4-5, p.159 – 177, 2011. Disponível em: <<http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1113>>. Acesso em: 15/04/18.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, edições 70, 2011.

BASTOS, J. A. **Saúde mental e trabalho: metassíntese da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

BISINOTO, C.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar na educação superior: atuação no distrito federal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 16, n. 1, p. 111-122, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n1/a13v16n1.pdf>>. Acesso em 20/06/18.

_____. Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 67, n. 2, p. 33-46, 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200004>. Acesso em 20/06/18.

BLEICHER, T.; OLIVEIRA, R. C. N. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, PR, v. 20, n.3, p.543-549, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572016000300543&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15/02/19.

BOEHM, G. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, E (org). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 23-38.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a Caminho do Novo Século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, Natal, RN, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>>. Acesso em 20/07/18.

BRANCO, P. I; PAN, M. A. G. S. Rodas de conversa: uma intervenção da psicologia educacional no curso de medicina. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 156-167, 2016. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872016000300012&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso em: 20/07/2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 28 de abril 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto>. Acesso em: 10/09/2018.

_____. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, 13 jul. 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 20/07/18.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. **Diário Oficial da União**, 20 jul. 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 20/07/18.

_____. SESu/MEC. A democratização e expansão da educação superior no país. 2003-2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em 15/09/18.

_____. Ministério da Educação/INEP. Censo do Ensino Superior. 2018. Disponível in: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 04/11/19.

BRASIL. Ministério da educação. **Sisu – sistema de seleção unificada**. 2019. Disponível in: <<http://www.sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em 04/11/2019.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de nov. 2011. Disponível in: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 04/10/19.

CARVALHO, M. **Manual do Direito administrativo**. Salvador: JusPODIVM, 2017.

CANUTO, L. T. **O conceito de infância em artigos brasileiros de Psicologia**. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2017.

CELLARD, A. **A análise documental**. In POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. (tradução de Ana Cristina Arantes Nasser). Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CEPÊDA, V. A. (Org.). **I Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil** – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Resultados da Coleta 2015. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições; FONAPRACE; ANDIFES, 2017.

_____. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil** – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Resultados da Coleta 2016. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições; FONAPRACE; ANDIFES, 2018.

CRISTINO, A. C. C. et al. A contribuição da assistência estudantil para o desenvolvimento biopsicossocial de estudantes do instituto federal, *campus* Limoeiro do Norte. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, CE, v. 10, n. 1, p. 9-16, 2016. Disponível em: <<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/844>>. Acesso em: 15/05/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. **Resolução n. 13**, de 14 de setembro de 2007. Disponível in: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf> Acesso em 20/11/2019.

_____. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011. **Conselho Federal de Psicologia**, 2011.

CORBUCCI, P.R; KUBOTA, L.C.; MEIRA, A.P.B. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Revista Radar**,

v. 46, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7066>>. Acesso em 20/10/19.

COUTO, H. C. C.; JERÔNIMO, A. C. Estratégia de atenção à saúde do estudante: experiência em uma universidade brasileira. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. **Revista INFAD de Psicologia**., v. 5, n.1, p. 189-196, 2019. Disponível em: <<http://www.infad.eu/RevistaINFAD/OJS/index.php/IJODAEPA/article/view/1583>>. Acesso em 10/11/19.

CUNHA, L.C.V *et al.* Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade. Iniciação - **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, v. 4, n. 4, p. 1-14, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269875626_Políticas_publicas_de_incentivo_a_educacao_superior_brasileira_acesso_expansao_e_equidade>. Acesso em 15/09/19.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362017000100148&script=sci_abstract>. Acesso em 20/09/18.

FEITOSA, L. R. C; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Oportunidades para atuação profissional. In: FRANSCHINI, R.; VIANA, M. N. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. p. 176-187.

_____. The role of the psychologist in vocational and technological education: Contributions of school psychology. **Estudos de Psicologia**, Campinas, SP, v. 35, n. 2, p. 181-191, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2018000200181&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 15/06/2018.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERRO, A. S; ANTUNES, A. A. Plantão psicológico: a construção de um "pro-jeto" sobre as vicissitudes humanas no espaço educacional, narrando a intertextualidade de uma experiência psicológica no Instituto Federal de Goiás. **Revista Eixo**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 75-80, 2015. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/213>>. Acesso em: 15/06/2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALVÁN, G. B. Equipes de saúde: o desafio da integração disciplinar. **Revista SBPH**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n.2, p. 53-61, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000200007>. Acesso em: 15/11/2019.

GEIGER, P (Org.). **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aulete Caldas**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

GONÇALVES, V. S. A. et al. **A assistência estudantil como política social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades.** 2011. 123f. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2011.

GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000401327>. Acesso em 11/10/19.

GUZZO, R.S.L. Saúde psicológica, Sucesso Escolar e Eficácia da Escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. In: DEL PRETTE (Org.). **Psicologia Escolar e Educacional: Saúde e qualidade de vida – explorando fronteiras.** Campinas: Alínea, 2011. p. 19-36.

IFPE. **Proposta da Política de Assistência Estudantil.** 2012. Disponível em:<<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/documentos-norteadores/proposta-da-assistencia-estudantil-aprovada-pelo-consupe-26-03-12.pdf>>. Acesso em 25/10/18.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 180f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porte Alegre, RS, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMBERT, A. S.; MOREIRA, L. K. R.; CASTRO, R. C. A. Estado da arte sobre o adoecimento do estudante universitário brasileiro. **Revista brasileira de educação e saúde**, v. 8, n.2, p. 31-36, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328194697_Estado_da_Arte_sobre_adoecimento_d_o_estudante_universitario_brasileiro/fulltext/5bbe00d9a6fdccf2978f1783/Estado-da-Arte-sobre-adoecimento-do-estudante-universitario-brasileiro.pdf>. Acesso em 10/11/19.

LEITE, J. de O. **As múltiplas determinações do programa nacional de assistência estudantil – Pnaes nos governos Luiz Inácio Lula da Silva.** 2015. 544f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

LIMA, C. T. **Adjetivações da obra de Vigotski na produção científica da psicologia brasileira.** 2014. 85f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

LIMA, C. H. et al. Saúde e sofrimento psíquico no contexto universitário à luz da teoria psicanalítica dos quatro discursos. **Humanidades & Inovação**, Palmas, TO, v. 6, n.8, p. 9-22, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1243>>. Acesso em 10/11/19.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; BARBOSA, M. T. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 20/09/18.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: O contexto da educação superior. **Estud. psicol.**, Campinas, SP, v. 33, n. 2, p. 199-211, 2016. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395354131003>>. Acesso em: 15/06/2018.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia Escolar na Educação Superior: Novos cenários de intervenção e pesquisa. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M. (Org.). **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisas, formação e prática**. Campinas: Alínea, 2015. p. 133-174.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, Paraná, v. 13, n. 1, p. 169-177, 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020>. Acesso em: 07/05/2018.

MARTINS, J.B. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 8, n. 2, p. 39-45, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722003000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10/11/19.

MAZER, S. M.; MELO-SILVA, L. L. Identidade Profissional do Psicólogo: uma revisão da produção científica no Brasil. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 276-295, 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932010000200005&script=sci_abstract&tlng=en>. Acesso em: 09/07/2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 9a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.

MT. **Código Brasileiro de Profissões**. 2018. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. 2018.>. Acesso em 27/08/18.

MOURA, F. R.; FACCI, M. G. D. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, PR, v. 20, n. 3, 2016. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00503.pdf>>. Acesso em: 15/06/2018.

MOURA, F. R. **A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar**. 2015. 308f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. 2015.

MUSEUM, T. D. Description of **The Weaning of Furniture-Nutrition**. Disponível em: <<http://archive.thedali.org/mwebcgi/mweb.exe?request=record;id=1671;type=101>>. Acesso em 15/09/18.

- OLIVEIRA, A. A. S.; BASTOS, J. A. Saúde mental e trabalho: descrição da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, SP, v. 17, n. 2, p. 239-254, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03/11/2018.
- OLIVEIRA, A. A. S.; TRANCOSO, A. E. R.; BASTOS, J. A.; CANUTO, L. T. Metassíntese: apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 4, 2015, Aracajú. **Atas...Aracajú-SE**, v. 1, p. 147-152. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/36>>. Acesso em: 20/10/18.
- OLIVEIRA, A.B. **O psicólogo na assistência na assistência estudantil: interfaces entre Psicologia, Saúde e Educação**. 2016, 296 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2016.
- OLIVEIRA, A. B.; SILVA, S. M. C. A Psicologia na promoção da Saúde do Estudante Universitário. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, BA, v. 7, n. 3, p. 363-374, 2018. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1913>>. Acesso em 10/02/19.
- PADOVANI, R.C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista brasileira de terapias cognitivas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 1, p. 2-10, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11/10/19.
- PALAVEZZINI, J. Trajetória da Assistência Estudantil no Ensino Superior do Brasil. **Revista Atlante**. Cuadernos de Educacion y Desarrollo, 2014 Disponível em: <<http://atlante.eumed.net/wp-content/uploads/assistencia.pdf>>. Acesso em: 20/10/18.
- PAN, M. A. G. S.; ZONTA, G. A. Acolhimento por pares como prática de formação de psicólogos: Plantão institucional e Rodas de Conversa. In: PAN, M. A. G. S.; ALBANESE, L.; FERRARINI, N. L(Org). **Psicologia e educação superior: formação e(m) prática**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 35-54.
- PAN, M.; ZONTA; TOVAR, A. Plantão institucional: relato de experiência de uma intervenção psicológica na UFPR. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 20, n. 4, p. 555-562, 2015. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/2871/287145780005/>> Acesso em: 15/06/2018.
- PEREIRA, T. I.; MAY, F.; GUTIERREZ, D. O acesso das classes populares ao ensino superior: novas políticas, antigos desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, SC, v. 16, n. 32, p. 117-140, 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2726>>. Acesso em 20/09/19.
- PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo lula: expansão ou democratização? **Revista debates**, Porto Alegre, RS, v.4, n.2, p. 10-31, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316>>. Acesso em 25/10/18.
- PINHEIRO, E. B. Permanência na universidade e a política de assistência estudantil na ufpa: programas de assistência estudantil. **Revista PET Interdisciplinar e Programa**

- Conexões/UFPA On-line**, Belém, PA, v. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/view/3913>>. Acesso em 25/10/18.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, SP, n. 114, p. 179-195, 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em 20/10/18.
- Professores e técnicos universitários foram os servidores mais contratados em 2017. **Ministério do Planejamento**. 29 de mar. 2018. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticias/professores-e-tecnicos-universitarios-foram-os-servidores-mais-contratados-em-2017>>. Acesso em 27/08/2018.
- RAMOS, F. P. et al. Desafios na trajetória acadêmica e apoio psicológico ao estudante universitário: contribuições de dois Projetos de Extensão. **Revista Guarará**, ES, v. 6, n. 9, p. 57-67, 2018. Disponível em:<<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/guara/article/view/15783>> Acesso em: 15/06/2018.
- ROCHA, F. et al. “Colegas de estudo” e a produção de contextos sociais de apoio para universitários com dificuldades de persistência na permanência no ensino superior. In: PAN, M. A. G. de S; ALBANESE, L.; FERRARINI, N. L. **Psicologia e educação superior: formação e(m) prática**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 231-252.
- SANTOS, A. S. dos et al. Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no ensino superior: reflexões sobre práticas. **Psicologia escolar e educacional**. Campinas, SP. Vol. 19, n. 3, p. 515-524, set/dez, 2015. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/163620>> Acesso em: 20/06/2018.
- SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre a liberdade e a transformação social. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010>. Acesso em 20/01/19.
- SAWAIA, B. B.; SILVA, D. N. H. Pelo reencantamento da Psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no desenvolvimento humano. **Cad CEDES**, Campinas, SP, v. 35, p. 343-360, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622015000400343&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20/01/19.
- SAWAIA, B. B.; MAGIOLINO, L. L. S. As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão em perspectiva. In: BANKS-LEITE, I.; SMOLKA, A. L. B.; DOS ANJOS, D. D. (Org). **Diálogos na perspectiva histórico-cultural interlocuções com a clínica da atividade**. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 61-68.
- SERPA, M. N. F.; SANTOS, A.A.A. atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 27-35, 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000100004>. Acesso em: 20/10/18.

SILVA, A. Permanência estudantil no ensino superior: intersecções entre saúde mental e políticas públicas. In: OLIVEIRA, N. R. C. (Org.). **Qualidade de vida, esporte e lazer no cotidiano do universitário**. Campinas: Papirus, 2018.

SILVA JÚNIOR, G. E. Conceito de pessoa com deficiência: permanências e rupturas no processo psicossocial de significação. 2016, 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SIQUEIRA, L. D., *et al.* Perfil de estudantes acolhidos em um serviço de saúde na universidade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, CE, v. 30, n. 3, p. 1-8, 2017. Disponível in: < <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6218>>. Acesso em 13/09/19.

SOUZA, G. G.; CURY, V. E. A experiência de estudantes sobre a atenção psicológica disponibilizada na universidade: um estudo fenomenológico. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, Belo Horizonte, MG, v. 28, p. 221-239, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6322>>. Acesso em: 15/06/2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 15/12/18.

TEIXEIRA, A.M; GOMES, D.R.; DAZZANI, M.V.M. Estudantes Negros na Universidade: O que a Psicologia tem a ver com isso? In: SOUZA *et al* (Org.). **Psicologia Escolar crítica: atuações Emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas: Alínea, 2018. p. 165-184.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO. **Contexto geral das prestações de contas**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/administracao/acordeao-de-links/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas.htm>>. Acesso em 21/10/19.

_____. Instrução normativa n. 63, de 1º de setembro de 2010. Estabelece regras gerais para a organização e a apresentação da prestação de contas pela administração pública federal a partir de 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/administracao/acordeao-de-links/normas-gerais-para-as-prestacoes-de-contas.htm>>. Acesso em 21/10/19.

TRANCOSO, A. E. R. **Juventudes**: o conceito na produção científica brasileira. 2012. 222 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, MG, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>>. Acesso em 10/11/18.

VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas: **el significado histórico de la crisis de la psicologia**. Madrid: Visor, 1991. i.

_____. Obras escogidas: **Problemas de Psicologia General**. Madrid: Visor, 1993. ii.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Teoria e Método em Psicologia**. Martins Fontes, 2004.

WIGGERS, E. M. Desafios da formação em Psicologia: alguns apontamentos. In: Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina, 12^a Região. Psicologia em Movimento. **Revista n^o 6**, p. 49-51, 2016. Disponível em: < <http://www.crpesc.org.br/psicologia-em-movimento>>. Acesso em 20/10/19.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Certificado de trabalho apresentado em Congresso

V CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO
PSICOLOGIA, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS
14 A 18 DE NOVEMBRO DE 2018 • SÃO PAULO • SP

Certificamos que o trabalho **A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**, de autoria de, **LUCÉLIA MARIA LIMA DA SILVA GOMES, ADÉLIA AUGUSTA SOUTO DE OLIVEIRA** foi apresentado na categoria **Pôster**, no dia 15, durante o V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, realizado de 14 a 18 de novembro de 2018, na UNINOVE e no Centro de Convenções Rebouças – São Paulo – SP.

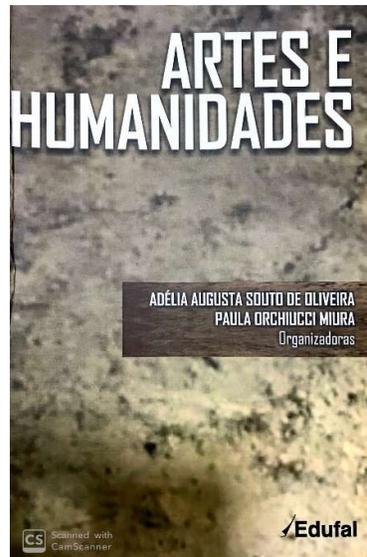

Fabián Javier Marin Rueda
Coordenador do V CBP


Rogério Gianni
Secretaria Executiva do FENPB

REALIZAÇÃO

FENPB

APÊNDICE B - Capítulo de livro publicado



4

PINCELANDO REFLEXÕES SOBRE A PSICOLOGIA NO QUADRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Lucélia Gomes
Adélia Augusta Souto de Oliveira

Profissional de Psicologia, atuante no contexto das políticas públicas de acesso e permanência para a educação superior desde 2014, pode experimentar uma vivência estética (VIGOTSKI, 2001), a partir do quadro de 1934 do pintor espanhol Salvador Dalí (1904-1989), pintura surrealista denominada *O desmame do móvel-alimento*.

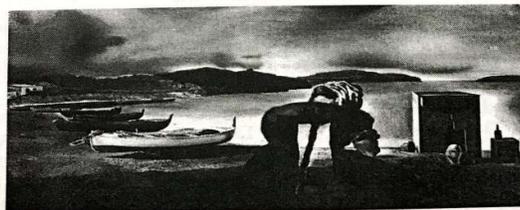


Figura 1. O desmame do móvel-alimento (Salvador Dalí, 1934)⁹.

⁹ Description of The Weaning of Furniture-Nutrition 1934. Disponível em: <http://archive.thedali.org/mweb.cgi/mweb.exe?request=record;id=1671;type=101>. Acesso em 15 set 18.

APÊNDICE C – Quadro 3

QUADRO 3. Ocorrência e disponibilidade de documentos nos sites das IFES

Região	Nome	Origem	Documentos da Instituição					Documentos da AE	
			Relatório de Gestão	Estatuto	Regimento	PDI	Carta de serviços	Doc.	Informes do Site
Norte	UFAC	1974	X	X	X	X	X	X	---
	UNIFAP	1990	X	X	X	X	X	X	X
	UFT	2000	X	X	X	X	X	X	---
	UFAM	1909	X	X	X	X	X	X	---
	UFPA	1957	X	X	X	X	X	X	---
	UFRA	2002	X	X	X	X	X	X	X
	UNIR	1982	X	X	X	X	---	X	---
	UNIFESSPA	2013	---	X	X	X	X	X	---
UFRR	1989	X	X	X	X	X	X	---	
UFOPA	2009	X	X	X	X	X	X	X	
Nordeste	UFAL	1961	X	X	X	X	X	---	X
	UFBA	1808	X	X	X	X	X	X	---
	UFRB	2005	X	X	X	X	X	X	X
	UFC	1954	X	X	X	X	X	---	X
	UFMA	1953	X	X	X	X	X	X	X
	UFCG	2002	X	X	X	X	X	---	X
	UFPB	1955	X	X	X	X	X	---	---
	UFPE	1946	X	X	X	X	X	X	X
	UFRPE	1913	X	X	X	X	---	X	X
	UNIVASF	2002	X	X	X	X	X	X	---
	UFPI	1971	X	X	X	X	X	X	X
	UFERSA	2005	X	X	X	X	X	X	X
	UFRN	1958	X	X	X	X	X	X	X
	UFS	1967	X	X	X	X	X	X	X
	UFCA	2013	X	X	X	X	X	X	X
	UFSB	2011	X	X	X	---	---	X	---
	UNILAB	2010	X	X	X	X	X	X	X
	UFOB	2013	---	X	X	X	---	---	X
Centro-Oeste	UnB	1961	X	X	X	X	X	X	---
	UFG	1960	X	X	X	X	---	X	X
	UFMT	1970	X	X	---	X	X	X	X
	UFGD	2005	X	X	---	X	X	X	X
	UFMS	1962	X	X	X	X	X	X	---
Sudeste	UFES	1954	X	X	X	X	X	X	---
	UFJF	1960	X	X	X	X	X	X	X
	UFLA	1908	---	X	X	X	X	X	---
	UFTM	1953	X	X	X	X	X	X	X
	UFU	1957	X	X	X	X	X	X	---
	UFV	1922	X	X	X	X	---	---	X
	UFVJM	1953	X	X	X	X	X	X	X
	UNIFAL	1914	X	X	X	X	X	X	---
	UNIFEI	1913	X	X	X	X	X	X	X
	UFRJ	1920	X	X	---	X	X	X	X
	UFF	1912	X	X	X	X	X	X	---
	UFRRJ	1910	X	X	X	X	X	X	X
	UNIRIO	1979	X	X	---	X	X	X	X
	UFABC	2005	X	X	X	X	X	X	X
	UNIFESP	1933	X	X	X	X	X	X	---
	UFsCAR	1968	X	X	X	X	X	X	X
	UFMG	1927	X	X	X	X	X	---	X
	UFOP	1969	X	X	X	X	X	X	---
UFSJ	1986	X	X	X	X	X	X	X	
Sul	UFPR	1912	X	X	X	X	X	X	X
	FURG	1969	X	X	X	X	X	X	---
	UFCSPA	1961	X	X	X	X	X	---	---
	UFPEL	1969	X	---	---	X	X	X	---
	UFRGS	1895	X	X	X	X	X	X	---
	UFSM	1960	X	X	X	X	---	X	X
	UNIPAMPA	2006	X	X	X	X	X	X	X
	UFSC	1960	X	X	X	X	X	X	X
	UNILA	2010	X	X	X	X	X	X	X
UFFS	2009	X	X	X	X	X	X	X	
UTFPR	1909	X	X	X	X	---	---	---	

Legenda: -- Indisponível no site. Fonte: a autora (2018)

APÊNDICE D – Quadro 7

Quadro 7. Sistematização dos pré-indicadores em indicadores

INDICADORES	PRÉ-INDICADORES /Trechos dos documentos	
Atividades individuais	Ufpe	<p>-Auxílio psicológico para acompanhamento psicológico clínico (2013);</p> <p>-Atendimento ambulatorial nas áreas de Clínica Médica, Nutrição, Enfermagem, Psicologia e Psiquiatria e Serviço Social” (2014);</p> <p>-Acompanhamento psicológico e atendimento ambulatorial clínico (2015; 2016);</p> <p>-Acompanhamento psicológico e atendimento ambulatorial em psicologia e em psicopedagogia (2017; 2018);</p>
	Ufrpe	<p>-Apoio psicológico; atendimento psicológico (2013);</p> <p>-Atendimento psicológico (2014);</p> <p>- Participação em processo seletivo para Programa de Residência Universitária (2016; 2017, 2018);</p> <p>-Plantão psicológico (2018)</p>
	Ufrn	<p>-Assistência psicológica (2009);</p> <p>-Atendimento psicológico (2010; 2011);</p> <p>-Atendimentos psicológico individuais e psicopedagógicos (2012);</p> <p>-Plantão de orientação aos estudos (Projeto); Plantão Psicológico, Atendimento Psicoterápico Individual; Orientação a docentes e familiares, visitas técnicas mensais aos residentes universitários do CERES; orientação de aconselhamento em saúde (2013);</p> <p>-Atendimentos psicológico individuais (2014);</p> <p>-Plantão psicológico; encaminhamentos; psicoterapia; acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica (2015);</p> <p>-Plantão psicológico; encaminhamentos; psicoterapia (2016; 2017);</p> <p>- Plantão psicológico”, psicoterapia de apoio, acompanhamento psicoterapêutico, atendimento emergencial; plantão de orientação de estudos; orientação a docentes e familiares como forma de lidar com os estudantes (2018);</p>
	Ufal	<p>-Encaminhamento (HU) (2006; 2007; 2008; 2013; 2014);</p> <p>-Acolhimento Psicológico e/ou encaminhamento para a rede de atenção psicossocial pública e outros serviços, como a clínica do Instituto de Psicologia, no <i>Campus A. S. Simões</i>” (2016);</p> <p>-Acolhimento psicológico, orientação e/ou encaminhamento para a rede (2017; 2018);</p>
	Ufpi	<p>-Avaliação psicológica; aconselhamento psicológico; visitas domiciliares, encaminhamentos para serviços especializados e profissionais da equipe; psicoterapia individual, demanda que predominou no Serviço; apoio psicopedagógico é realizado em parceria com a Pedagogia (2011);</p> <p>- Apoio psicológico (2012);</p> <p>- Avaliação psicológica, aconselhamento psicológico e psicoterapia individual”, encaminhamentos (2013);</p> <p>- Avaliação psicológica, aconselhamento psicológico (citado em 2 <i>campi</i>) e psicoterapia individual breve; visitas domiciliares, encaminhamentos; trabalho de assessoria para recrutamento e seleção da empresa florestal júnior (2014);</p> <p>-Avaliação psicológica (2X), aconselhamento psicológico (4x) e psicoterapia individual breve” (3X), encaminhamento (2x)/entrevistas individuais “objetivando dirimir quaisquer dúvidas identificadas pelo Serviço Social a partir da análise de documentos fornecidos pelos estudantes/ diagnóstico psicológico; Supervisão sistemática e acompanhamento dos alunos da Residência Universitária; promoção de ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento do estudante ingresso (2015);</p> <p>-Entrevista, aconselhamento (3X) e psicoterapia (3X), encaminhamento(3X); avaliação psicológica; suporte na realização de análise documental e de entrevistas individuais que tinham como objetivo dirimir dúvidas sobre a análise documental; orientação aos coordenadores de curso sobre casos específicos e dificuldades enfrentadas pelos estudantes; escuta qualificada; (2016);</p> <p>- Entrevista psicológica, aconselhamento psicológico(4x) e psicoterapia individual breve (2x) e encaminhamentos (4x) para acompanhamento psicológico no hospital universitário, clínica escola e rede socioassistencial do município; avaliação e diagnóstico psicológico; atendimento psicopedagógico e individual (2017);</p> <p>-Avaliação e diagnóstico psicológico; atendimento psicopedagógico individual; encaminhamentos para acompanhamento psicológico (2018)</p>
	Ufersa	<p>-Atendimento psicológico (2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017);</p> <p>-Plantão Psicológico, Orientação de Estudos, Escuta e Aconselhamento Psicológico; Apoio às Atividades Pedagógicas; Visitas Domiciliares; Visitas; orientação aos discentes, docentes e familiares dos estudantes; Execução do Programa Institucional</p>

		Permanência da UFERSA (seleção, triagem e acompanhamento dos selecionados) (2018)
	Unilab	- Atendimento técnico na área de psicologia (2013); - Atendimentos clínicos individuais aos estudantes (2014); - Programa <i>Tilha</i> - que se destinava a estudantes que “desejam receber o serviço de profissionais da Psicologia no âmbito da orientação profissional, do planejamento de carreira e do desenvolvimento em gestão democrática para a promoção da permanência estudantil. (2016; 2017). - “Serviço de Plantão Psicológico e Atenção Psicológica Individual ”; plantão psicológico, atendimento regular, visitas domiciliares etc; (2017); - Atendimento clínico individual; plantão psicológico (o atendimento psicológico funciona nessa modalidade); ações no âmbito psicopedagógico; escuta ativa dos estudantes; interlocuções com docentes; orientação profissional e planejamento de carreira ; Ação direcionada para a “prevenção do suicídio” com proposta de atendimento individual (2018)
	Ufsb	- Plantão psicológico, Psicoterapia breve; Orientação profissional (2014); - Acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de queixas de ordem psicossocial (2015); - Acolhimento e orientação ofertados pelos profissionais psicólogos lotados em cada <i>campi</i> (2017); - Atendimento psicológico (inclui, conforme 2014: plantão, psicoterapia breve , etc) (2018);
	Ufca	- Aconselhamento, escuta, atendimento clínico e aconselhamento profissional aos estudantes (realizado em outro serviço que possui parceria com a assistência estudantil) (2014); - “ Aconselhamento psicológico ”; “ escuta psicológica ”; - aconselhamento profissional (2017); - Atendimento psicológico ; “ aconselhamento psicológico ”; - “ escuta psicológica ”; “ aconselhamento profissional (2018);
Atividades coletivas	Ufm	- Atendimentos a grupos de: reorientação profissional; Apoio psicológico; Terapêuticos (2011); - Programa de Atenção à Saúde Mental (Grupo de Apoio Terapêutico); mediação de conflitos; Projeto hábitos de estudos (palestras, oficinas, grupo de orientação profissional, workshop; oficinas e eventos); oficinas de aconselhamento e prevenção aos residentes universitários (programa de aconselhamento em saúde) (2012; 2013); - Grupos de habilidades acadêmicas; grupos de psicoterapia; Programa de aconselhamento em saúde (campanhas, palestras e cursos) sobre informações referentes as doenças sexualmente transmissíveis (2015); - “ grupos de psicoterapia ”; “ Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE) ” que oferecia Grupo de Habilidades Acadêmicas, Oficinas temáticas; programa de aconselhamento em saúde (campanhas, palestras e cursos) ; (2016; 2017);
	Ufpi	- Uma intervenção psicológica grupal com residentes e um encontro de escuta psicopedagógica ” aos alunos do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) (2012; 2013); - Palestras, encontros com grupos, workshop; eventos; Eventos e projeto de extensão “visando mapear as principais causas da desistência estudantil no contexto acadêmico da UFPI – Bom Jesus” (2014); - Ciclo de Recepção aos Estudantes Calouros , com foco na Adaptação ao Ensino Superior; a I Capacitação do Conselho de Moradores da Residência Universitária , com foco nas questões relacionadas à Gestão e Liderança/ Promoção de ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante ingresso/ Oficinas sobre relacionamento intra e interpessoal do estudante, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem; Desenvolvimento de ações coletivas na prevenção de problemas que venham a interferir no processo de ensino-aprendizagem/ atendimentos em grupos terapêuticos/aconselhamento em grupo; palestras com temas de importância social (depressão e suicídio, por exemplo); proposta para 2016: cine clube voltado para comunidade universitária propondo debates construtivos (2015); - Realizar atividades grupais de apoio psicológico/ palestra sobre ingresso na universidade e desenvolvimento de hábito de estudos”; atendimentos grupais sobre planejamento de estudos ; acompanhamento Acadêmico- grupo; I Ciclo de Oficinas : Desenvolvendo Competência para Estudar; atendimento psicopedagógico grupal; grupo sobre sexualidade humana ; promoção de ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante ingressante, visando contribuir para o seu Bem estar, realizada em equipe (campanha de doação de sangue; apresentação do serviço nas salas; ações coletivas na prevenção de problemas que venham a interferir no processo de ensino e aprendizagem (temas voltados para comunidade universitária); projeto biana: promover ações de cuidado à saúde através de atividades culturais e artísticas; programa de extensão identificar habilidades dos alunos, inserindo-os em ações de arte cultura; projeto aquaponia participação – implantação do cultivo de horta e criação de peixes com residentes; capacitação dos residentes em gestão e liderança (2016);

		<p>- Atendimentos Grupais sobre planejamento de estudos/campanhas e oficinas/ aconselhamento Psicológico em grupo/ atividades em equipe (mediação de conflitos; reuniões com movimento estudantil; reuniões semanais com conselho de moradores da Residência; atividades de recepção de calouros; articulação e promoção de eventos (2017); -Atendimento psicopedagógico grupal; atendimento psicológico grupal (2018)</p>
	Unilab	<p>- Círculo de Chegada e Boas-Vindas - atividade de acolhida de calouros estrangeiros realizada (2014); - Planejamento apontado para 2017:oficinas, cursos, palestras (projeto trilhas) - Programa trilhas – intervenções diversas (2016); -Atendimento grupos (grupos de apoio psicossocial) e rodas de conversa/Ação direcionada para a “prevenção do suicídio” com proposta de atendimento em grupo; Programa trilhas (2018);</p>
	Ufal	<p>- Terapia comunitária; atividade de grupo junto com pedagogia; campanhas (prevenção) (2017);</p>
	Ufsb	<p>- Mural de expressões (campanha e levantamento com foco na prevenção do suicídio - essa ação reverberou na necessidade de ações de promoção que precisariam ser implementadas (2017)</p>
	Ufersa	<p>- Grupos de apoio e psicoeducativos, Mediações de Conflitos, Rodas de conversa; visitas e reuniões na moradia estudantil (2018);</p>
Outras atividades	Ufpi	<p>- Contribuição ao processo de acompanhamento e implementação da política de assistência ao estudante, nas questões relativas ao desenvolvimento psicossocial e intelectual - (2015); Proposição de alternativas no que se refere às políticas e planos, que visem o bem-estar da comunidade acadêmica (2016; 2017; 2018); - co-orientação de trabalho de conclusão de curso; articulação com outros profissionais em prol do aluno, buscando auxiliar no processo ensino aprendizagem (2016; 2017);</p>
	Ufrn	<p>-Reuniões de supervisão com docentes para discussão de casos em psicoterapia (2016;2017);</p>
	Ufal	<p>Participação do fórum de saúde mental; levantamento dos dados sobre adoecimento mental; participação na criação de minuta de programas de saúde e pedagógico (2017);</p>
O foco das atividades desenvolvidas	Ufpi	<p>- Serviço psicossocial e pedagógico - Este serviço presta atendimento à comunidade universitária por meio de ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica (2011, 2013; 2014; 2015; 2016;2017); - “O atendimento psicológico tem como principal objetivo a promoção da saúde, auxiliando nas dificuldades emocionais e relacionais da vida acadêmica, possibilitando o enfrentamento das situações do cotidiano e a qualidade de vida pelo desenvolvimento das potencialidades do indivíduo” (2014;2015;2016;2017); conscientização sobre o uso de álcool e outras drogas (palestra), 1 workshop sobre os efeitos do uso de álcool e outras drogas/política de redução de danos” (2014) - em outro campi: “As principais demandas atendidas pelo serviço no CSHNB são referentes aos transtornos de ansiedade, problemas de adaptação à vida universitária e às novas relações sociais efetivadas e problemas emocionais que interferem na aprendizagem” (2015;2016; 2017); Ciclo de recepção facilitando a integração do estudante na universidade; outro campi (O grupo funcionou em caráter experimental a fim de auxiliar os alunos em seu desenvolvimento acadêmico, buscando estratégias de superação da ansiedade em sala de aula); outro campi (“Orientação Psicopedagógica, de extrema importância para que alunos com baixo rendimento acadêmico tenham condições mais favoráveis de evolução no decorrer do curso, parte da identificação prévia das deficiências desses estudantes para elaborar as orientações pertinentes.”) (2015) - Realização das seguintes atividades: palestra buscou estimular o comportamento de autorregulação diante dos estudos; grupos objetivo identificar comportamentos disfuncionais dos estudantes frente aos estudos, desenvolver competências para melhor gerenciamento do tempo e elaborar planejamento semanal como auxílio ao desenvolvimento de comportamentos autorreguladores no cotidiano acadêmico e pessoal; Acompanhamento Acadêmico devido encaminhamento de estudantes com sucessivas recuperações; Atendimento Individual – identificação de problemas de ordem psicossocial que possam interferir no processo ensino-aprendizagem; atendimentos multidisciplinares – Trabalho em parceria com o intuito de auxiliar os alunos com baixo rendimento acadêmico ou outro problema que possa culminar com a retenção e/ou evasão escolar; Reuniões em conjunto com os demais técnicos do NAE e Direção do <i>Campus</i> para aferir as demandas dos residentes, com o objetivo de acompanhar e avaliar o programa Residência Universitária; reuniões com residentes para auxiliá-los em dificuldades na mediação de conflitos com os moradores; objetivo promover ações de cuidado à saúde e da melhoria da qualidade de vida na Universidade através de atividades culturais e artísticas; 2-identificar as habilidades dos alunos, inserindo-os em ações de arte e cultura, tornando-os protagonistas e</p>

	<p>multiplicadores destas ações; oficinas com a finalidade estimular o desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliam o processo de aprendizagem, favorecendo a permanência do aluno na Universidade); (2016);</p> <p>- Desenvolver ações coletivas na prevenção de problemas que venham a interferir no processo de ensino e aprendizagem; colaborar com a compreensão e a mudança comportamental dos estudantes no processo ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais (2015; 2016; 2017; 2018);</p> <p>- Desenvolve ações de promoção à saúde mental da comunidade universitária, intervindo nos problemas psicossociais e psicoeducacionais que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante na universidade. Das atividades: Grupos – objetivo “identificar comportamentos disfuncionais dos estudantes frente aos estudos, desenvolver competências para melhor gerenciamento do tempo e elaborar planejamento semanal como auxílio ao desenvolvimento de comportamentos autorreguladores no cotidiano acadêmico e pessoal”; (2017);</p> <p>-um dos <i>campi</i> - Seminários com foco na promoção de ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante ingressante, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente educacional (2016 e 2017);</p> <p>Objetivos do serviço psicológico – “Propor alternativas quanto a política, planos e decisões que visem ao bem-estar da comunidade universitária” (2016, 2017, 2018);</p>
Ufsc	<p>-Objetivo de tornar mínimo o sofrimento existencial. Problemas de aprendizagem/ que estejam apresentando dificuldades em função do afastamento de suas famílias (2014); 2)Saúde do estudante – problemas psicológicos (suicídio) (2017)O foco se mantém nas demandas trazidas pelo paciente na procura – oportunizando a reflexão destinada a uma resolução mais imediata das motivações iniciadoras do atendimento (plantão psicológico); (2014);</p> <p>- Aponta que o setor de acessibilidade e promoção da saúde tem o “intuito de proporcionar melhor qualidade de vida à comunidade acadêmica”. Ação de atendimento psicológico, educação em saúde e atendimento de urgências e emergências. (2018).</p>
Ufpe	-Auxílio psicológico para acompanhamento fora – apresente, portanto, demanda. (2013) / Foco nas demandas do estudante que procura o serviço (2014, 2015, 2016, 2017, 2018)
Ufal	- Acompanhar situações que possam conduzir a retenção ou a evasão; (2018)
Ufersa	O setor de psicologia “tem como objetivo desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde mental dos estudantes, possibilitando a criação de estratégias para lidar com as dificuldades pessoais, familiares, acadêmicas e profissionais. ” (2018)
Unilab	<p>-Texto do RGI informa que os profissionais da Pro-reitoria “trabalham de forma articulada no intuito de garantir que os estudantes tenham os meios psicossociais suficientes para o bom andamento de suas relações com a universidade, outros estudantes e a comunidade externa em geral” (2014).</p> <p>- Um dos objetivos do programa trilhas envolve: “promoção da inserção e integração dos estudantes ao mundo acadêmico e do trabalho [...] o desenvolvimento de uma formação ampliada baseada na concepção crítica de trabalho como atividade fundante do ser social e a integração entre as potencialidades do sujeito e sua história de vida e realidade social” (2016).</p> <p>-é papel do psicólogo: “construir espaços para a escuta e expressão de sentimentos, sentidos e experiências dos estudantes relativos aos desafios do cotidiano acadêmico e do processo saúde-doença-cuidado...; desenvolver atividades de recepção e acolhida ao estudante estrangeiro, tendo em vista os desafios sociopsicológicos vinculados aos processos migratórios e as consequentes dificuldades de adaptação e inserção em um novo contexto...”; Setor de Psicologia – através do Plantão - São trabalhados variados temas, como: acolhida ao estudante recém-chegado; adaptação à vida acadêmica, atenção às pessoas em situação de violência; questões de gênero, dentre outros, buscando oferecer espaços de acolhimento nos diversos desafios suscitados pelo cotidiano acadêmico; As vivências e convivências universitárias são potenciais desencadeadoras de sofrimentos, angústias e necessitam de um espaço para sua acolhida (plantão psicológico - pra quem sinta necessidade); A vivência desse processo pode gerar dúvidas, ansiedades, conflitos e sofrimentos para o estudante sendo importante que ele tenha espaços de apoio e de cuidado, favoráveis à produção de sentidos e de novos entendimentos sobre suas experiências, bem como à construção de possíveis alternativas e resoluções.” (grupo); prevenção do suicídio através da oferta de atendimento individual ou em grupo (2018);</p>
Ufrpe	- Analisar aspectos socioeconômicos, bem como as condições psicológicas do estudante, sobretudo no que diz respeito à capacidade de adaptação e de relacionamento interpessoal em uma comunidade estudantil. ” (Regimento da Residência sobre processo seletivo para acesso a residência) (2016, 2017; 2018);

		<p>- A coordenadoria na qual está vinculado o serviço de psicologia tem como objetivo atuar no processo de ensino aprendizagem, identificando problemas e obstáculos que interfiram na integração do aluno a vida estudantil. O atendimento psicológico se destina para alunos que demandem este tipo de atendimento nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e orientação profissional com forte enfoque preventivo; acompanhar estudantes de classe mais desfavorecidas, com evidente iminência de abandonar os estudos (2018);</p>
	Ufca	<p>Mudança de Comportamento para permanência no programa será encaminhado para acompanhamento psicossocial (2014, 2015, 2016, 2017, 2018);</p> <p>- o aconselhamento psicológico “promover o contato com as dificuldades e problemas enfrentados pelos discentes, buscando facilitar a adaptação às novas situações, promover o melhor uso dos recursos pessoais e o desenvolvimento da autonomia e do autoconhecimento”; “Escuta Psicológica [...] busca ouvir e acolher o estudante que apresenta sofrimento psicológico”; facilitar o processo de escolha da profissão, promover a autoavaliação da escolha feita pelo estudante, identificar e explorar habilidades e potenciais que podem ser desenvolvidos e apoiar a construção do plano de carreira profissional; atendimento Psicológico Clínico – “Promove um espaço para o discente falar sobre o seu sofrimento psicológico, desenvolver o autoconhecimento e lidar com suas dificuldades.” (2017, 2018);</p>
	Ufrn	<p>Diante do quadro preocupante da crescente demanda de alunos com problemas de ordem emocional que buscam a Proac, (2011). Compete ao setor de psicologia realizar atendimentos “a estudantes que necessitam de apoio psicológico (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018);</p> <p>- Programa Hábitos de Estudo (PHE) - déficits de aprendizagem; Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante. Tem como foco atuar no acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional, ajudar os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. Visa também contribuir para a permanência no curso e melhorar o aproveitamento acadêmico, através da promoção de ações, através de plantão psicológico, grupos de apoio, programas de aconselhamento em saúde e Programa hábitos de estudos. Plantão Psicológico: oferece ao estudante atendimento breve com fins de acolhimento a demandas pontuais, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito acadêmico; Grupos de Apoio Terapêutico: para minimizar os conflitos vivenciados; Programa de Aconselhamento em Saúde. Tem como foco ações de orientação em saúde sexual, sistematizando campanhas, palestras e cursos que possam oferecer informações pertinentes as doenças sexualmente transmissíveis; (2015; 2016, 2017);</p> <p>- Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante (Plantão psicológico: com fins de acolhimento a demandas pontuais; Grupos de Apoio Terapêutico (GATs): para minimizar os conflitos vivenciados); Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE): São realizadas ações preventivas de apoio aos estudantes no desenvolvimento de suas competências para estudar, buscando favorecer a aquisição de estratégias e hábitos de estudo adequados às exigências atuais acadêmicas e de preparação profissional (grupos, oficinas, plantão de orientação aos estudos); Mediações de conflito Atividade com objetivo de buscar acordos entre estudantes em conflito, através do esclarecimento das queixas e emoções envolvidas e proposição conjunta de alternativas possíveis à resolução dos problemas; Orientação a docentes e familiares - de como lidar com os estudantes que vivenciam alguma forma de sofrimento psíquico e/ou distúrbios emocionais, bem como dificuldades ou transtornos de aprendizagem. (2018);</p>
A abordagem do psicossocial na assistência estudantil	Unilab	<p>- Atendimento psicológico e social aos estudantes, através dos profissionais técnicos-administrativos da Unilab, que trabalham de forma articulada, no intuito de garantir os meios psicossociais (2014);</p> <p>-Analisar, assessorar, facilitar e/ou intervir em processos psicossociais referentes à experiência estudantil na Unilab (objetivo da coordenação a qual está vinculado o setor de Psicologia, denominado Setor de Atenção Psicossocial); (2018)</p> <p>- Grupos de apoio psicossocial – “a inserção na vida universitária é um processo permeado por inúmeros desafios para o estudante. São múltiplas transformações em curso, que envolvem desde a escolha profissional, o contato com novos conteúdos, exigências e métodos de ensino/aprendizagem, até mudanças na rotina e nos relacionamentos interpessoais. No caso dos estudantes da Unilab, é comum que a todas essas mudanças somem-se os desafios de lidar com a distância da família e com um universo notadamente multicultural, em que a dimensão da integração ganha uma relevância ainda maior...”</p> <p>Atribuições do psicólogo: “Desenvolver atividades de recepção e acolhida do estudante estrangeiro, tendo em vista os desafios sociopsicológicos vinculados</p>

	<p>aos processos migratórios e as consequentes dificuldades de adaptação e inserção em um novo contexto cultural.”</p> <p>“Atividades de orientação para o estudante estrangeiro sobre o SUS e os serviços de saúde locais, atentando para o seu processo de vinculação simbólica e apropriação psicossocial em relação à nova cidade de moradia”.</p> <p>Objetivo do Programa trilhas era promover a “inserção e integração dos estudantes no mundo acadêmico e do trabalho, o apoio psicossocial nas questões relativas à evasão universitária e aos índices de reprovação acadêmica (2016; 2017; 2018);</p>
Ufpi	<p>“atendimento psicossocial – serviço de atendimento a estudante com vistas a superação de problemas de ordem psicológica e social” (2014).</p> <p>“atendimento Individual” com “escuta qualificada para identificação de problemas de ordem psicossocial”/contribuição ao processo de acompanhamento da política de assistência ao estudante com foco nas questões relativas ao “desenvolvimento psicossocial” e intelectual do estudante (2015)/</p> <p>-ações de promoção da saúde mental da comunidade universitária, intervindo nos problemas psicossociais e psicopedagógicos que interferem na permanência e no desempenho acadêmico do estudante da universidade (2016, 2017, 2018)</p>
Ufpe	<p>- é competência da Proaes “administrar bolsas e auxílios para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante editais e avaliados pela equipe psicossocial da Diretoria” (2013; 2014).</p> <p>-“o espaço novo oferece estrutura apropriada para atendimento dos alunos pelo assistência social e psicologia (2013);</p> <p>Papel da Pro-reitoria conforme Regimento “realizar ações de cunho psicossocial e socioeducativo que visem à integração do estudante à vida universitária é apontada no regimento (2016, 2017, 2018);</p>
Ufca	<p>Coordenação a que está vinculado a Psicologia aponta que busca promover o “desenvolvimento psicossocial e acadêmico do estudante” (2017); outra coordenação da assistência estudantil apontou que era responsável, dentre outras coisas por “promover de maneira integral o estudante enquanto ser biopsicossocial e profissional...” (2017). Em 2014, alguns dos programas da assistência apontavam que “tendo em vista mudança de comportamento para a permanência no referido programa”, o estudante será convocado pelo serviço social para acompanhamento psicossocial, que foi modificado em 2018 para “acompanhamento psicopedagógico e social”</p>
Ufal	<p>De acordo com a Pro-reitoria estudantil: “intervir junto à Progep, para reforço da equipe de trabalho da Proest e Naes, visando a um melhor atendimento à comunidade estudantil, que venha a fortalecer as áreas psicossocial, saúde, apoio...” (2014, 2015)</p> <p>“Lançamento do Guia de Atenção Psicossocial em Saúde Mental, com informações sobre a rede de atenção psicossocial. Instrumento informativo e de suporte fundamental nas atividades de caráter psicossocial realizadas pelos profissionais da assistência estudantil, principalmente, psicólogos.” (2017);</p> <p>- Cabe ao estudante residente, “atender as convocatórias da Proest no que concerne aos processos de atualização cadastral, bem como, para acompanhamento psicossocial e pedagógico” (2018).</p>
Ufrn	<p>-“O apoio ao estudante estrangeiro cumpre legislação específica e efetivou-se mediante auxílio à alimentação, ajuda para participação em eventos científicos, culturais e atenção à saúde nos aspectos médicos, odontológicos, psicológicos e psicossociais” (2012).</p>
Ufrpe	<p>-bem-estar psicossocial apontado como objetivo a ser alcançado pela Pro-reitoria; (2013, 2014); Atendimento psicossocial ao discente - A unidade “conta com apoio Psicológico e de Assistência Social”, que totalizam 1.561 (2013); “Atendimento Psicossocial ao discente... apoio psicológico e de assistência social é compromisso da Progest para atender aos discentes”; os quadros abaixo mostram os quantitativos de atendimentos psicossociais nas Unidades Acadêmicas ... (dados dos atendimento psicológico e social realizados) (2014); Possui uma Coordenação de Apoio Psicossocial (2008, 2010, 2011, 2016); De acordo com regimento da residência, O processo seletivo será assessorado por servidores especialistas designados pela Progesti, com objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos e psicológicos – critérios psicossociais(2016, 2017, 2018); Foi solicitado a pro-reitoria a formalização dos “procedimentos e rotinas destinadas ao acompanhamento pedagógico/psicossocial dos alunos beneficiários que apresentem desempenho acadêmico insuficiente” (2017); Em 2018, foi apontado que “a Coordenação de Apoio psicossocial tem atuação no processo ensino-aprendizagem, identificando problemas e obstáculos que interfiram na integração do aluno à vida estudantil, planejando ações na área pedagógica, psicológica e social que envolvam a instituição visando a melhoria do desempenho acadêmico”... um dos objetivos dessa coordenadoria era “planejar, supervisionar e coordenar as atividades de assistência psicossocial conjuntamente com as comunidades estudantil e universitária” (2018).</p>
Ufsb	<p>O Suporte acadêmico e Promoção de Saúde, realizou “Ações de promoção em saúde como acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de queixas de ordem psicossocial” (2015);</p>

		<p>- Necessidades psicobiológicas diversas, relacionadas, por exemplo, à má alimentação, insatisfação com padrão do sono e repouso [...]/ Essa sensibilização deve proporcionar maior aproximação dos sujeitos aos problemas, contextos e dinâmicas biopsicosociais; (2017);</p> <p>- Qualidade de vida é influenciada, portanto, por diversas condições que podem afetar a percepção, os sentimentos e as necessidades biopsicosociais de cada pessoa (2018)</p>
O trabalho com outros profissionais na assistência	Ufpi	<p>- “apoio psicopedagógico” é realizado em parceria com a Pedagogia; visitas domiciliares realizadas em parceria com serviço social; “...essa medida, aliada à orientação acadêmica, pedagógica, e ao apoio psicológico...; (2011, 2012)</p> <p>- “...sob a responsabilidade de um corpo multidisciplinar de profissionais, dentre os quais se destacam educadores, assistentes sociais, pedagogos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, que buscam ...”(2013, 2014, 2015, 2016, 2017)/ O serviço Psicossocial e Pedagógico- SEPS realiza “acompanhamento sociopsicopedagógico”, buscando “apoiar o estudante e o servidor, contribuindo para a superação de dificuldades sociais, psicológicas e pedagógicas, surgidas durante o processo de formação acadêmica”.../ com relação ao Pec-g, dispõem de atendimento psicopedagógico realizado pela equipe de profissionais multiprofissionais da Praec; acompanhamento do Programa Residência Universitária também realizado por intermédio dos técnicos lotados no Serviço psicossocial que dão suporte no atendimento psicológico e pedagógico, quando necessário (2013);</p> <p>- no <i>campus</i> Sede e nos <i>campi</i> fora de sede, profissional que integra o Serviço Psicossocial – SEPS, setor responsável pelo “Atendimento Psicológico” e “Atendimento Pedagógico” / proposta de desmembramento do SEPS em dois serviços distintos: “o Serviço de Apoio Psicológico (SAPSI) e o Serviço Pedagógico (SEPE)”; reunião entre a equipe (2015);</p> <p>- De acordo com o Manual do Serviço Psicológico, um de seus objetivos era desenvolver ações multiprofissionais e interdisciplinares no âmbito da assistência estudantil / “atendimentos multidisciplinares”, “trabalho em parceria com o serviço pedagógico”, “reuniões em conjunto com os demais técnicos do NAE e Direção do campus”; (2016)</p> <p>- O NAE/CSHNB tem como característica elementar o trabalho em equipe, são realizadas sempre com a participação dos profissionais que o compõe as seguintes atividades: discussão de casos; mediação de conflitos, especialmente entre os estudantes da Residência Universitária (REU); reuniões com o movimento estudantil do campus; reuniões semanais com o Conselho de Moradores da REU; atividade de recepção aos calouros; atendimentos compartilhados; articulação e promoção de eventos (que serão citados no item Outras Atividades Desenvolvidas pela Equipe do NAE/CSHNB); Desenvolver ações multiprofissionais e interdisciplinares no âmbito da assistência estudantil /ressalta-se que o acompanhamento por diversas vezes foi realizado em equipe com a colaboração de outros profissionais(pedagogo, médico, fisioterapeuta, psiquiatra, neurologista, assistente social) e também em parceria com outros serviços disponíveis tanto neste campus quanto no município (2017);</p> <p>- Desenvolver ações multiprofissionais e interdisciplinares no âmbito da assistência estudantil / (2018)</p>
	Ufsc	<p>- Encontros com psicólogo e enfermeiro sobre plano de trabalho multidisciplinar (2015);</p> <p>-“... em que a equipe de saúde dos três Campi da UFSB é apresentada, bem como listas de e-mails e formas de acesso a estes profissionais.”; (2017)</p> <p>- Setor conta com profissionais de saúde (além dos psicólogos) que trabalham intra e interdisciplinarmente (2018)</p>
	Ufrn	<p>“atendimento psicológico e social” realizados; estudantes com deficiência o atendimento envolveu desde... atendimentos sociais, psicológicos e psicopedagógicos (2012);</p> <p>- Através do serviço social e da psicologia, oferece atendimento e orientação aos docentes e familiares a respeito de como lidar com os estudantes (2018)</p>
	Ufpe	<p>Os serviços social, psicológico e pedagógico vêm atuando de forma compartilhada aprimorando as ações do acompanhamento ao discente.” (2014);</p> <p>- O processo seletivo será assessorado por servidores especialistas designados pela Progesti, com objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos e psicológicos; A Coordenadoria de Apoio Psicossocial (COAP) tem atuação no processo ensino-aprendizagem, identificando problemas e obstáculos que interferiram na integração do aluno à vida estudantil, planejando ações na área pedagógica, psicológica e social (2018)</p>
	Ufpe	<p>- “é competência da Proaes: administrar as bolsas e auxílios para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante editais e avaliados pela equipe psicossocial do setor”; o novo espaço oferece estrutura apropriada para atendimento dos alunos pela assistência social e psicologia (2013);</p> <p>- Para Programa de apoio pedagógico alunos são encaminhados pela psicologia e serviço social (2014, 2017)</p>

		- Equipe do Nase (2014, 2015, 2016, 2017, 2018); psicólogos e psiquiatras no Probem (2015, 2016, 2017, 2018);
	Unilab	- Atendimento técnico com profissionais da área de serviço social, psicologia e nutrição ; (2013); - Projeto que teve “colaboração de psicólogos” ; de atendimento psicológico e social aos estudantes, através dos profissionais técnicos-administrativos da Unilab, que trabalham de forma articulada , no intuito de garantir os meios psicossociais (2014); - Atividades interdisciplinares de promoção da saúde; além disso, no regimento, o setor em que a psicologia esta vinculada oferta intervenções diversas em saúde (nutricionista), entre outros profissionais (2018)
	Ufal	- Atividade de grupo junto com pedagogia (2017); - Nela (instrução normativa que dispõe sobre a atenção a saúde do estudante) o “psicólogo” foi apontado como fazendo parte da equipe multiprofissional que compõe o Programa, juntamente com assistentes sociais, pedagogos, “podendo a qualquer tempo ser ampliada com outros profissionais da área da saúde”. Com relação a instrução normativa referente ao Paape, “cabe a equipe multiprofissional identificar e acompanhar as situações pedagógicas, psicológicas, sociais e outras, que possam conduzir à situação de retenção ou evasão ”; em outra instrução foi apontada a equipe multiprofissional; acompanhamento psicossocial e pedagógico (2018)
	Ufca	- “Nesse período, o Setor de serviço social também passou a atuar em outra sala provisória. Entretanto, a Divisão Psicopedagógica, só possui uma sala para a realização dos atendimentos, sendo exigido o revezamento entre a psicóloga e a pedagoga ” (2017); acompanhamento psicopedagógico e social (2018)
Dispositivos institucionais no suporte a assistência	Ufal	- Encaminhamentos HU (2006, 2007, 2008, 2013, 2014); Encaminhamento psicológico para a clínica de psicologia (2012); - Encaminhamento para a rede de atenção psicossocial pública e outros serviços, como a clínica do Instituto de Psicologia (2016, 2017, 2018);
	Ufpi	um dos campi da IFES mencionou a clínica escola que realiza os atendimentos (2014)
	Ufca	“Mantem ainda, parceria com O Núcleo Universitário de Apoio Psicopedagógico da UFCA – NUAC , com propósito de oferecer serviços de aconselhamento...” (2014);
Suporte na Rede de Assistência	Ufpi	- “Esta avaliação possibilita o devido encaminhamento das demandas que podem ser sanadas no próprio serviço, por meio de aconselhamento, apoio psicopedagógico ou psicoterapia, ou encaminhadas para serviços especializados, fora do âmbito da universidade ” (2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017); - “Encaminhamentos de alunos para acompanhamento psicológico, em grau mais avançado, pelos serviços de saúde ” (2015, 2017, 2018) - “... e também em parceria com outros serviços disponíveis tanto nesse campus quanto no município (2016, 2017); - Desenvolver ações de articulação em rede e interinstitucional / (2016, 2017, 2018) - “outros (alunos) foram encaminhados para serviços de saúde da rede como CAPS ou Equipes de saúde da família ” (2016) - “Os encaminhamentos foram realizados para o ambulatório do PROVIDA, no Hospital Lineu Araújo , uma vez que existia a demanda de comportamento suicida, e para a Clínica Escola da Faculdade Santo Agostinho ”. (2017) - intervindo, de forma articulada a outros serviços (2018) (Trata-se de queixas de transcendiam as possibilidades de resolução da instituição)
	Unilab	- “Orientar e encaminhar estudantes para serviços de saúde locais e/ou regionais , especialmente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ”; “Atividades de orientação para o estudante estrangeiro sobre o SUS e os serviços de saúde locais , atentando para o seu processo de vinculação simbólica...”(2018);
	Ufal	- de acordo com Instrução normativa de 2018, as ações em promoção e prevenção se estruturarão nos seguintes eixos: “ações na perspectiva d o direito a saúde, articuladas e referenciando o acesso à rede de serviços de saúde do SUS ” (2018). A psicologia faz parte da equipe mencionada na Instrução; encaminhamentos para a rede.
	Ufpe	- Não possuindo o perfil socio econômico, “o estudante é orientado para atendimento pela rede de saúde externa ” (2014, 2015, 2016, 2017)
A atenção à saúde	Ufrn	- Atenção à saúde nos aspectos médicos, odontológicos, psicológicos e psicossociais” setor de psicologia faz parte da Coordenadoria de Atenção à saúde do estudante (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018)); - Atendimentos em “assistência em saúde (psicológica, médica e odontológica)” ; atenção a promoção integrada da saúde , com atendimento psicológico, médico e odontológico, entre outros (2010) - “Atenção e Promoção integrada da Saúde” (2011); - “assistência à saúde” : vários setores realizaram atendimentos aos estudantes: Setor de Psicologia ; Psiquiatria; Setor Médico etc. Setor de Psicologia e atenção à saúde do estudante ” (2013)

	<p>- Programa de atenção a saúde mental do Estudante tem como foco atuar no acolhimento em saúde do estudante (2015, 2016, 2017)</p>
Ufal	<p>- Os encaminhamentos (para HU) apareciam incluídos na “assistência médica” inserida nas “políticas na área da saúde” ofertadas pela assistência estudantil. Dentre as especialidades do “atendimento médico” encontrava-se a “Psicologia” (2006);</p> <p>- Em relação as políticas de saúde são prestadas pela assistência odontológica e médica. Psicologia inserida nas especialidades médicas (2007)</p> <p>- Aponta a prestação da assistência nas áreas médica, odontológica e “psicológica” através de encaminhamentos para Hospital Universitário da Instituição (2008)</p> <p>- “Programa de atenção à saúde do estudante”, “encaminhamentos médicos e odontológicos” foram realizados, sendo apontado quadro de “especialidades no Atendimento em Saúde ao Estudante pelo HUPAA – 2013”, aparecendo a “Psicologia” com total de 56 encaminhamentos realizados para esta “especialidade” (2013)</p> <p>- No que concerne as ações na “Atenção à saúde do estudante”, informou que encaminhamentos ao HU foram realizados para diversas especialidades em saúde, dentre estas o “atendimento psicológico”; Outro desafio enfrentado pelo Serviço Social no Campus Sertão é a questão do encaminhamento medico e/ou psicológico, uma vez que nos referidos municípios (Delmiro e Santana do Ipanema), a situação da saúde pública é precária e/ou inexistente, e nem consegue atender a demanda local...”(2014). (2014)</p> <p>- Desenvolveu ações voltadas para “assistência à saúde” como o “acolhimento Psicológico” (2016)</p> <p>- Ações de atenção à saúde do estudante (ações da psicologia incluídas nessa parte do RGI) (2017)</p> <p>- A Instrução Normativa de Nº 08/2018 dispôs sobre o Programa Integrado de Atenção à Saúde do Estudante (PIASE). “psicólogos” foram apontados na equipe multiprofissional, que pode ser ampliada “com outros profissionais da área de saúde” (2018)</p>
Ufersa	<p>- Assessorar na assistência médico-odontológica, psicológica, ambulatorial e de análise do corpo discente”. Além disso, é apresentada a Coordenadoria de Esportes e Saúde que busca “definir a política de esportes, assistência médica, psicológica, odontológica a ser adotada, e executá-la” e, vinculado a este setor, se encontra o Setor de Saúde que é “responsável pelo planejamento e execução de programas destinados ao atendimento médico, odontológico, psicológico...”colocado como setor responsável. No entanto ações não aparecem (2009 a 2018)</p> <p>- O serviço de psicologia “tem como objetivo desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde mental dos estudantes...” (2018)</p>
Ufpe	<p>- “avaliar as alternativas e defina os meios e formas de atendimento à saúde dos estudantes da Ufpe (particularmente quanto aos serviços de apoio psicoterapêutico e psiquiátrico) (2013)</p> <p>“NASE – Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante” – atendimento ambulatorial com médicos, psicólogos, psiquiatras, enfermeiras, nutricionistas (2014, 2015, 2016, 2017)</p> <p>- Profissionais de saúde (coordenado pela equipe de psicologia da Proacs (2016)</p> <p>- Núcleo de Atenção à Saúde do Estudantes, que oferecia diversas especialidades, dentre estas o “atendimento em psicologia” e “atendimento psicopedagógico”; e o Programa de Bem-Estar Mental-PROBEM que prestava “assistência à saúde por meio de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico” (2017; 2018)</p>
Unilab	<p>5) Unilab - Mediante serviço de atenção psicológica, em parceria com a Coordenação de Saúde e bem-estar (2014)</p> <p>- Faz parte, o setor de Psicologia, da coordenação de assistência a saúde estudantil, que tem como objetivo cumprir objetivos de atenção à saúde do estudante e acessibilidade (2018)</p>
Ufsb	<p>- O “Setor de prevenção e urgências” foi apresentado pelo Relatório da UFSB. O setor, que é vinculado a “Coordenação de Qualidade de Vida” (2014)no que concerne ao “Suporte Acadêmico e Promoção à Saúde” realizaram-se “ações de promoção de saúde no campus.” (2015)</p> <p>- Setor de acessibilidade e promoção da saúde; “Os resultados deverão fornecer subsídios para a criação de estratégias de cuidado e de futuras políticas de qualidade de vida, relacionadas à promoção à saúde, cultura, lazer e esportes em contexto universitário”; um e-mail padronizado em que a equipe de saúde dos três Campi da UFSB é apresentada”; “A Campanha #NãoÉBesteiraÉCoisaSéria construiu informações que ultrapassaram o objetivo de uma ação pontual de promoção à saúde, pois permitiu a elaboração de um preocupante diagnóstico de sofrimento mental que, de maneira insidiosa e crescente, instala-se na comunidade discente da UFSB.” (2017)</p> <p>- Setor de acessibilidade e promoção à saúde (SAPS)”, que dispunha de profissionais de saúde que trabalhavam em cinco frentes de atuação, dentre estas encontrava-se o “atendimento psicológico (2018)</p>
Ufpi	<p>- Atendimento Psicológico”, intervenção que “tem como principal objetivo a promoção da saúde (2015, 2016)</p>

		- Teve avanços e melhorias nos serviços de atendimento em saúde ” (serviços odontológicos e serviço psicológico)” nos cinco <i>campi</i> da Instituição (2017)
Atendimento ao estudante	Ufal	- Dois segmentos da universidade (2004); Estudante (2006, 2007, 2008, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018);
	Ufirpe	- Estudante de graduação (2008);
	Ufrn	- Estudantes (2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2018); O projeto habito de estudos (de extensão) atende estudantes de graduação da Ufrn e também para estudantes de outras Ifes (2015, 2016); O projeto habito de estudos (de extensão) atende estudantes de graduação da Ufrn (2017)
	Ufersa	- Corpo discente (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017)
	Ufpi	- Comunidade universitária (estudante e servidor) (2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018);
	Ufsb	- Estudantes (2013, 2014, 2017); comunidade acadêmica (2018);
	Unilab	- Estudantes geral e estrangeiros (2014); Estudantes de graduação (2016, 2017); Estudantes de modo Geral e estudantes de graduação (Programa trilhas) (2018)
	Ufca	- Estudantes (2014, 2017, 2018);
Estudantes de baixa renda	Ufirpe	- Prioridade beneficiados pelos programas da assistência estudantil (2012, 2013, 2014, 2017, 2018);
	Ufpi	- Maioria dos atends destinados a estudantes de baixa renda . .. prioridade para estudantes em situação de vulnerabilidade (2017, 2018)/ A quase totalidade dos atendimentos psicoterápicos é realizado com estudantes de baixa renda – apontado em um dos Campi; ... prioridade para público-alvo da assistência estudantil (2013, 2015, 2016);
	Ufal	- Programa Piase aponta prioridade (2018);
	Ufpe	- Situação de vulnerabilidade socioeconômica (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018);
	Ufrn	- estudantes considerados prioritários pelo cadastro da Instituição (2012)/ O Programa de atenção a saúde aponta prioridade , de acordo com critérios do Pnaes, “dada a grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos” (2015, 2016, 2017);
Ufersa	- Corpo discente, vulnerabilidade (2010, 2011);	
Um quadro de psicólogos deficitário	Ufal	- “ Outro desafio enfrentado pelo Serviço Social no Campus Sertão é a questão do encaminhamento medico e/ou psicológico , uma vez que nos referidos municípios (Delmiro e Santana do Ipanema), a situação da saúde pública é precária e/ou inexistente, e nem consegue atender a demanda local...” (2014). - Intervir junto a Progep, para o reforço da equipe de trabalho da Proest e Naes, visando a um melhor atendimento à comunidade estudantil, que venha a fortalecer as áreas: psicossocial, saúde, apoio pedagógico e administrativo” (2014, 2015);
	Ufpi	- em um de seus campi, a quantidade de atendimentos realizadas é seguida da seguinte afirmação: “Um aspecto que deve ser levado em consideração é que a Psicóloga exerceu a chefia temporária do setor de Outubro de 2016 à junho de 2017, período em que teve redução de suas atividades de psicóloga , devido a inviabilidade de atender todas as demandas acumuladas pelo cargo”(2017); “ Os programas de apoio psicológico e pedagógico aos discentes ainda não são adequados às demandas e ao contexto social ” (2015, 2016).
	Ufrn	- “Apesar da constatação de crescimento de ações de assistência aos estudantes nesse período, o quadro de pessoal é bastante deficitário, especialmente nos setores de atendimento psicológico... ” (2011) “o projeto atua sob a coordenação de uma psicóloga e uma equipe de 8 alunos bolsistas e voluntários nas áreas de psicologia e pedagogia que atendem graduandos ...” (2015, 2016, 2017) “o Programa atende somente alunos identificados como prioritários de acordo com os critérios do PNAES, dada a grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos ” (2015, 2016, 2017);
	Ufirpe	- “Nas Unidades acadêmicas de Garanhuns e Serra Talhada os psicólogos pediram exoneração do cargo, ficando deficiente este atendimento para o ano de 2014, todavia novos profissionais já estão sendo convocados para ocupação das vagas” (2014).

Fonte: a autora (2019)

APÊNDICE E – Artigo publicado em revista

Obutchénie

Revista de Didática e Psicologia Pedagógica

DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/COB.v3n2.a2019-51553>

Limites e avanços da política de permanência: implicações para afetos e vivências no ensino superior

Limits and advances of permanence policy: implications for affections
and experiences in higher education

*Adélia Augusta Souto de Oliveira*³²

*Lucélia Maria Lima da Silva Gomes*³³

RESUMO

A assistência deve ser um instrumento de promoção de justiça social e enfrentamento às desigualdades históricas, no contexto da educação superior brasileira. Observam-se, por meio das práticas de sua implantação, os afetos e vivências (re)produzidos nesse âmbito. A presente proposta objetiva refletir, criticamente, a inserção da Política Nacional de Assistência, na universidade pública federal brasileira, seus afetos e vivências políticas. Para tanto, recorre à experiência profissional da Psicologia, nesse novo campo de atuação, a partir da perspectiva vigotskiana. Observa-se uma melhoria no nível de acesso, com a amplitude e a diversidade de estudantes na universidade, com os programas e ações governamentais, no período de 2001 a 2012. Desafios que, ainda, apresentam-se na sua permanência, obtenção de sucesso, vivência de afetos potencializadores, na superação da fragmentação dos campos de saber e de ênfase em ações compensatórias e assistencialistas. Conclui-se que demarcar as fragilidades econômicas pode reafirmar estigmas que se sobrepõem ao sujeito, ativo no estabelecimento de encontros afetivos e (com) vivências potencializadores. A Psicologia deve, portanto, refletir sobre as práticas emancipadoras desenvolvidas no contexto da política de permanência, a partir da concepção de sujeito ético-político.

ABSTRACT

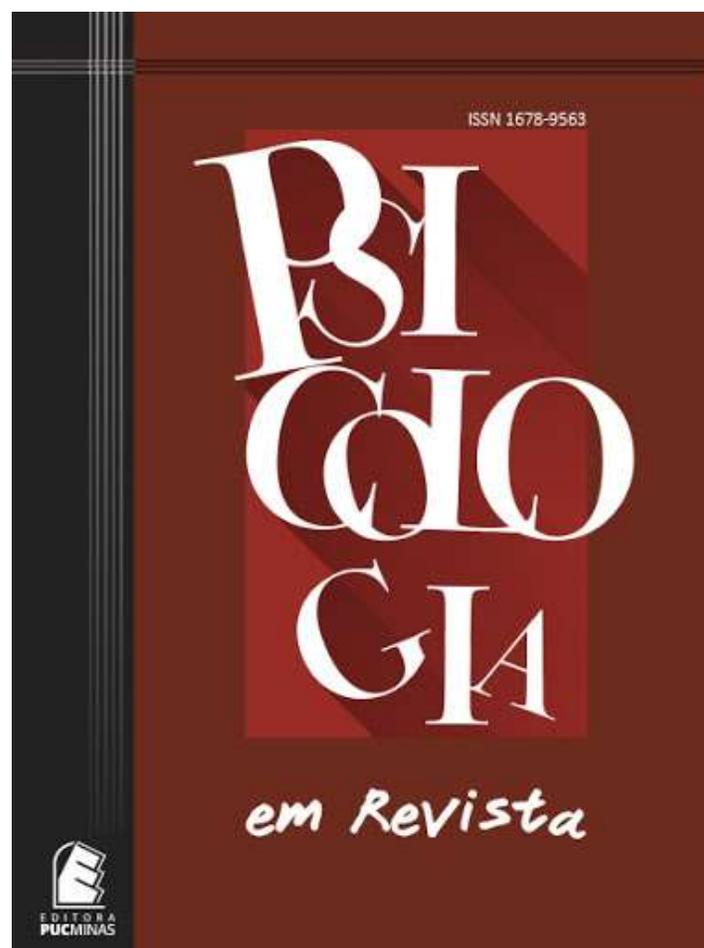
Assistance should be an instrument for promoting social justice and coping with historical inequalities in the context of Brazilian higher education. Through the practices of its implementation, in this text the affections and experiences reproduced in this context are observed. The present proposal aims to critically reflect on the insertion of the National Assistance Policy, in the Brazilian federal public universities, moreover on its affections and political experiences. For this, it uses the professional experience of Psychology in this new field of action, from a Vygotskian perspective. The results show that government programs and actions improved the level of access, with the breadth and diversity of students in the university from 2001 to 2012. However, there are challenges that remain in their permanence, as well as in obtaining success, experiencing potential affections, overcoming the fragmentation of fields of knowledge, as well as of emphasis on compensatory and welfare actions. The results also show that to single out the economic fragilities can reaffirm stigmas that dim the subject as an active individual in the establishment of affective encounters and empowering (co-)existences. Psychology must, therefore, reflect on the emancipatory practices developed in the context of permanence politics, based on the conception of ethical-political subject.

³² Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Brasil. E-mail: ade.iasouto@ip.ufal.br.

³³ Discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: lucelia.silva@proest.ufal.br.

APÊNDICE F – Artigo aceito para publicação

Artigo: Psicologia e a desigualdade social na Educação Superior: as artimanhas de (re) produções sócio-históricas.



APÊNDICE G – Artigo aceito para publicação

Artigo: A Psicologia nos contextos de desigualdade: ações em debate na assistência estudantil.

